

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

MÉRCIA CAROLINE SOUSA DE OLIVEIRA

**O FEMINISMO ACADÊMICO DO JORNAL *MULHERIO* NA
CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA CONTRA O ANDROCENTRISMO**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
ABRIL DE 2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

MÉRCIA CAROLINE SOUSA DE OLIVEIRA

**O FEMINISMO ACADÊMICO DO JORNAL *MULHERIO* NA
CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA CONTRA O ANDROCENTRISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório, para a obtenção do título de Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória: Cultura e Educação.

Orientador: Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

ABRIL DE 2020

Oliveira, Mércia Caroline Sousa de.

O48f

O feminismo acadêmico do jornal *Mulherio* na construção de uma memória contra o androcentrismo. / Mércia Caroline Sousa de Oliveira – Vitória da Conquista, 2020.

143f.

Orientadora: Lívia Diana Rocha Magalhães.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade-PPGMLS, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referências: F. 139 - 143.

1. Jornal *Mulherio* – Feminismo no Brasil. 2. Contramemória – Memória social/coletiva. 3. Feminismo acadêmico. 4. Marcos sociais da memória I. Magalhães, Lívia Diana Rocha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 305.42

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The academic feminism of the journal *Mulherio* in the construction of a memory against androcentrismo.

Palavras-chaves em inglês: Countermemory; Academic feminism; Social landmarks of memory; Journal *Mulherio*.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (presidente), Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (titular), Prof. Dr. Jorge Garcia Marin (titular).

Data da Defesa: 30 de abril de 2020.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

MÉRCIA CAROLINE SOUSA DE OLIVEIRA

**O FEMINISMO ACADÊMICO DO JORNAL *MULHERIO* NA
CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA CONTRA O ANDROCENTRISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório, para a obtenção do título de Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade.

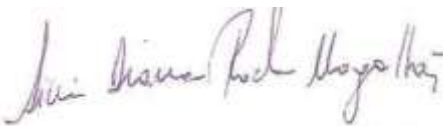
Data da aprovação: 30 de abril de 2020.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães
(presidente)

Instituição: Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia (UESB)

Ass.:



Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves

Instituição: Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia (UESB)

Ass.:



Prof. Dr. Jorge Garcia Marin

Instituição: Universidade de Santiago de
Compostela (USC – Espanha)

Ass.:



À papai. Quando foste, morreste-me!

*“Sem ti, as pessoas ainda vão para onde iam,
ainda seguem as mesmas linhas invisíveis.*

[...]

*Procurei-te para lá da memória, nos cantos que só
nos conhecemos, e não te vi. Vi apenas, no negro
dos cantos ante iluminados, o negro da tua falta, a
dor sem fim que só se pode sentir. Procurei-te nos
cantos da noite.”*

(Morreste-me, José Luís Peixoto)

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães, por toda a liberdade e compreensão que concedeu na orientação deste trabalho, que antes de se tornar minha orientadora já havia se consolidado enquanto uma referência de professora, e uma exímia militante do “coletivo”.

À classe trabalhadora brasileira, que por intermédio da CAPES financiou 24 meses de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) por todo suporte técnico e acadêmico ao longo desses dois anos.

Aos meus colegas de turma, pelo convívio, principalmente no primeiro ano. Em especial, José Fernando (Zezinho) pela leveza de sua companhia.

Aos membros avaliadores da banca de qualificação, Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves; Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha, pelas contribuições com esta pesquisa.

À Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves, e ao Prof. Dr. Jorge Garcia Marin, pela contribuição na banca de defesa.

Ao GHEMPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Memória das Políticas Educacionais), pelo intercâmbio de conhecimento que tem me proporcionado ao longo desses seis anos, em especial à Margareth (Margô), pelos momentos de descontração e compartilhamento de angústias.

Ao Museu Pedagógico – Casa Padre Palmeira, por ser de fato, o meu primeiro *Aretê*, meu berço acadêmico, espaço educacional que me “iniciou”, e me ensinou valores que ultrapassam a universidade.

À Thayse, pela amizade e pelos momentos de catarse.

À minha família, por todo o suporte dado em momentos difíceis durante essa caminhada. Em especial à minha mãe, à tia Gau e a Juju, realmente *“tudo passa”*.

Às minhas pedras preciosas, Safira e Rubi, por serem a minha alegria em todos os momentos.

Ao monge Francisco, por ter sido o meu suporte espiritual, e por não me deixar esquecer de que eu sou capaz, mesmo quando eu não acreditava.

À Dandan, meu amor, que me nutre diariamente com seu afeto e compreensão, alegrando os meus dias e sendo meu lar há muitas existências.

*Quando você for se embora, moça branca como a
neve, me leve, me leve...
Se acaso você não possa me carregar pela mão,
Menina branca de neve, me leve no coração.
Se no coração não possa, por acaso me levar...
Moça de sonho e de neve, me leve no seu lembrar.
E se aí também não possa, por tanta coisa que leve..
Já vivo em seu pensamento, moça de sonho e de
neve, me leve no esquecimento.*

(Cantiga para não morrer – Ferreira Gullar/Fagner)

RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos a trajetória do Jornal *Mulherio* (1981-1988), enquanto construtor do que denominamos de contramemória, ou seja, a construção de uma memória social/coletiva que se contrapusesse aos marcos da memória social (HALBWACHS, 2004, 2006), que sustentam a memória androcêntrica, que permeia as estruturas dominantes da sociedade. Discutimos nesse trabalho, que a contramemória empreendida pelo jornal *Mulherio* se deu, principalmente, pelo caráter acadêmico-científico de militância das pesquisadoras, que se enquadravam no que definimos com base em Céli Pinto, de feminismo acadêmico ou intelectual. O *Mulherio* que era publicado por mulheres pesquisadoras da década de 1980, vinculadas ao Departamento de Pesquisas e Assuntos Educacionais da Fundação Carlos Chagas, de início defendia a construção de um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições com os pesquisadores do tema. Com o tempo, o foco do jornal passou também a incluir temáticas de interesse dos diversos núcleos organizados de mulheres que buscavam não só um canal onde pudessem trocar suas experiências, mas também onde encontrassem resultados de pesquisas sólidas capazes de orientar suas atividades práticas (*MULHERIO*, n. 0, ano I, 1981, p.1). Extraímos das matérias do jornal, as principais pautas de discussão e, situamos como estas articulam a interrelação entre discursos epistemológicos e experiências vividas, revelando a condição da mulher no contexto brasileiro, como também defendendo a necessidade de construção de “uma nova mulher”.

PALAVRAS-CHAVE: Contramemória; Feminismo acadêmico; Marcos Sociais da Memória; Jornal *Mulherio*.

ABSTRACT

In this research, we analyzed the trajectory of journal *Mulherio* (1981-1988), as a constructor of what we call countermemory, that is, the construction of a social / collective memory that opposed the milestones of social memory (HALBWACHS, 2004, 2006), that support the androcentric memory, which permeates the dominant structures of society. In this work, we discussed that the countermemory undertaken by the journal *Mulherio* was mainly due to the academic-scientific character of the researchers' militancy, which fit what we defined based on Céli Pinto, of academic or intellectual feminism. The *Mulherio*, which was published by women researchers from the 1980s, linked to the Department of Research and Educational Affairs of the Carlos Chagas Foundation, initially advocated the construction of a news bulletin that would make the exchange between the various institutions with the researchers on the subject. Over time, the newspaper's focus also began to include topics of interest from the various organized groups of women who sought not only a channel where they could exchange their experiences, but also where they found results of solid research capable of guiding their practical activities (*MULHERIO*, n. 0, year I, 1981, p.1). We extracted from the newspaper articles, the main topics of discussion and, we situate how they articulate the interrelationship between epistemological discourses and lived experiences, revealing the condition of women in the Brazilian context, as well as defending the need to build "a new woman".

KEYWORDS: Countermemory; Academic feminism; Social Landmarks of Memory; Journal *Mulherio*.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Valores doados por tipo de organização e por década em dólares de 2001	p.61
Tabela 2 Principais instituições doadoras da Fundação Ford (1960-1980).....	p.62
Tabela 3 Lista dos doadores do Programa de Direitos Humanos da Fundação Ford específicos de mulheres contemplados com doações superiores a 100.000 dólares de 1966 até 2001.....	p.71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Mestrados e Doutorados sobre mulher	p.72
Quadro 2 Teses sobre mulher na FFLCH-USP (1970-1984).....	p.73
Quadro 3 Professores homens e mulheres no ensino primário – 1970-1980.....	p.106
Quadro 4 Professores homens e mulheres no ensino secundário – 1970-1980.....	p.106
Quadro 5 Professores homens e mulheres no ensino superior – 1970-1980.....	p.106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Áreas prioritárias da Fundação Ford.....	p.59
---	------

LISTA DE SIGLAS

ANPOCS - Associação Brasileira de Antropologia
APED - Associação Profissional dos Empregados Domésticos
APEM - Associação de Pesquisas e Estatutos sobre a Mulher
BM - Brasil Mulher
CAPES - Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCLF - Centro Cultural Luís Freire
CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CESCEM - Escolas Médicas e Biológicas
CMB - Centro da Mulher Brasileira
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAE - Departamento de Assuntos Educacionais (DAE)
DPE - Departamento de Pesquisas Educacionais
ES - Ensino Superior
FCC - Fundação Carlos Chagas (FCC)
FF - Fundação Ford
FFCH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FR - Fundação Rockefeller
ISER - Instituto Superior de estudos da Religião
MLM - Movimento de liberação das Mulheres
NEDIM - Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher
NEM - Núcleo de Estudos sobre a Mulher
ONU - Organização das Nações Unidas
PDH - Programa de Direitos Humanos
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UC - Universidade de Chicago
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O JORNAL <i>MULHERIO</i> , OBJETO DE NOSSO ESTUDO	15
1.1.1 Aportes Teórico-Metodológicos	17
1.1.1.1 <i>Discussões atuais sobre o pensamento de Halbwachs</i>	21
1.1.1.2 <i>O feminismo acadêmico ou intelectual</i>	23
1.1.1.3 <i>Contramarcos sociais da memória no Mulherio</i>	25
1.1.1.4 <i>Aspectos metodológicos</i>	26
1.1.1.5 <i>Estrutura do trabalho</i>	28
2 A HISTÓRIA FEMINISTA NO BRASIL ENTRE A ACADEMIA E A MILITÂNCIA	29
2.1 O FEMINISMO BRASILEIRO A PARTIR DE SUAS ONDAS	32
2.2 A IMPRENSA FEMINISTA DA DÉCADA DE 1970	41
3 O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NO FINANCIAMENTO BRASILEIRO SOBRE OS “ESTUDOS DA MULHER”	45
3.1 AS FUNDAÇÕES FORD E CARLOS CHAGAS E AS PESQUISAS ACADÊMICAS NO BRASIL	51
3.2 O FINANCIAMENTO DA FUNDAÇÃO FORD AOS ESTUDOS SOBRE MULHERES	58
3.2.1 O Projeto <i>Mulherio</i>	62
4 GERAÇÃO SANDUÍCHE: O JORNAL <i>MULHERIO</i> E SUA ATUAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DA CONTRAMEMÓRIA AO MODELO DOMINANTE DE MULHER	69
4.1 O JORNAL <i>MULHERIO</i> NA CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRAMEMÓRIA	69
4.1.1 Os editoriais do <i>Mulherio</i>	71
4.1.2 Mulher, pesquisa e ciência: a memória coletiva e social das mulheres a favor de um outro futuro	77
4.1.2.1 <i>A formação de um “modo de fazer ciência” e a cadeia de informação acerca dos estudos sobre a mulher</i>	81
4.1.2.1.1 <i>Mulheres e associações científicas</i>	87
4.1.2.1.2 <i>O trabalho: um quadro social demarcador da memória de exploração das mulheres</i>	93
4.1.2.1.3 <i>As várias intersecções na produção da memória</i>	100
4.1.2.1.4 <i>Mulheres, política e direitos</i>	106
4.1.2.1.4.1 <i>Marcos sociais religiosos em evidência: das suas contradições na discussão sobre a mulher</i>	125
5 CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

Desde 1790, que é identificado no Brasil, escritos realizados por mulheres, entre as quais os romances da paulista Teresa Orta; os poemas da “musa da inconfidência” Bárbara Heliodora, lançados postumamente em 1862; os escritos de Nísia Floresta, primeira autora feminista brasileira; os quarenta livros publicados no século XIX, por Júlia Lopes de Almeida; até os romances de Patrícia Galvão (Pagu), publicados a partir de 1933.

A partir da década de 1960, a produção de conhecimento das mulheres ainda no campo da literatura, passa a adentrar o espaço acadêmico. Essa trajetória ocorre paralelamente à consolidação da pós-graduação no Brasil, a partir de 1965, especificamente na área de ciências sociais, sendo *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de autoria da socióloga Heleieth Saffioti, publicada em 1967, um marco fundacional das pesquisas sobre a mulher em âmbito acadêmico, inaugurando no Brasil, o que Celi Regina Pinto (2003), denomina de feminismo acadêmico ou como nomeado em países europeus e nos Estados Unidos (EUA) como *Women's Studies*.

No Brasil, os estudos acadêmicos sobre as mulheres despontaram, particularmente, com o apoio de fundações internacionais que passam a financiarem pesquisas e projetos de cunho científico a serem desenvolvidos em parceria com universidades e fundações nacionais. Os investimentos, realizados por tais fundações, se deram em todas as áreas do conhecimento, a exemplo da Rockefeller e a Ford, ambas dos EUA, sendo que a primeira despendia um maior investimento para pesquisas nas áreas de ciências da saúde e tecnológicas, enquanto que a Fundação Ford (FF), tinha seu campo de atuação marcadamente na área das ciências sociais.

O fato é que a Fundação Ford, que financiou pesquisas de caráter social, contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento e consolidação dos estudos acadêmicos sobre a mulher, no Brasil. A principal parceira desta fundação no país foi a Fundação Carlos Chagas (FCC), que contava com um núcleo de pesquisa denominado Departamento de Assuntos Educacionais (DAE), que foi considerado como “tecnicamente apto” para desenvolver projetos que enfocasse as condições do negro e das mulheres no Brasil.

O primeiro projeto desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas, no campo de estudos sobre a mulher, partiu de uma proposta de levantamento de dados acerca da condição feminina no Brasil em seus aspectos, sociais, econômicos e educacionais, iniciativa até então inédita no país. Esse projeto era coordenado pela socióloga Fúlvia Rosemberg, e contava com a produção de um dossiê intitulado: *Bibliografia anotada sobre a mulher*, publicado em dois volumes, em 1979.

O projeto ainda previa a divulgação dos resultados de pesquisa sobre a referida temática, em uma forma não convencional ou acadêmica, e que pudesse atingir o maior número de interessados nos diversos setores da sociedade.

Nessa perspectiva, são criados jornais tratando da mulher. O primeiro jornal a ser feito *por e para* mulheres, foi criado no ano de 1975, trata-se de *O Brasil Mulher (BM)*, vinculado a Sociedade de mesmo nome, por iniciativa da jornalista Joana Lopes e de Terezinha Zerbini¹, além de outras mulheres militantes de esquerda, Esse periódico publicou 16 edições, e segundo Teles e Leite (2003), o jornal

[...] surge como porta-voz do movimento feminino pela anistia, com a proposta de ser um veículo de debate das questões de interesse das mulheres [...]. O jornal BM é um objeto intermediário da formação da consciência. As mulheres não chegaram ali prontas. Esse jornal foi um laboratório da consciência das mulheres. E através das discussões de pauta e das matérias se formou a consciência das mulheres (p.72-73).

Côrrea (2001), trata da iniciativa primeira do jornal, como um veículo para a promoção da anistia no país, que somente em finais da década de 1970, se tornaria um jornal, - de fato -, feminista.

Leite (2003) destaca ainda, que a própria Terezinha Zerbini rejeitava a denominação “feminista” para o impresso, ao contrário da cofundadora do jornal, Joana Lopes, jornalista e assumidamente, militante feminista. A postura de Zerbini, não era única no contexto da década de 1970, onde “mulher era assunto proibido” na imprensa, visto que, diversos jornais (da imprensa independente² ou não) tiveram matérias ou edições inteiras censuradas por “ousarem abordar as mulheres de maneira moderna” ou “pouco convencional”. Entre outros o jornal *Movimento*, por

¹ Um dos principais motivos para a criação do jornal, foi a luta pela anistia. A organização de tal grupo de mulheres, se deu, principalmente, após a cassação do esposo de Terezinha Zerbini, o comandante do exército, Euryale de Jesus Zerbini.

² Utilizaremos neste trabalho os termos “imprensa alternativa” e “imprensa independente” como sinônimos em oposição à imprensa de massa, imprensa de grande circulação e imprensa oficial.

exemplo, que realizou um dossiê sobre a vida pública e privada das mulheres brasileiras, com destaque para a mulher trabalhadora, produziu 305 páginas, das quais 297 foram censuradas, inclusive gráficos do IBGE (*idem*).

Ainda segundo Teles e Leite (2013), no jornal *BM*, houve resistência em associar o termo feminismo à uma prática garantidora da igualdade entre os sexos por parte da sociedade, uma vez que, o feminismo foi difundido pela ditadura e outros setores conservadores como uma ideologia de caráter pejorativo. Desse ponto de vista, a utilização do termo “feminista” poderia impor ao jornal, um juízo prévio antes mesmo de seu conteúdo ser lido.

Sobre isso, a referida autora descreve, o quão difícil era a comercialização e divulgação do jornal, uma vez que as próprias bancas de revistas/jornais, tinham resistência de aceitar “jornais feitos por mulheres”, e ainda mais de expô-los na frente das bancas. Diante das dificuldades encontradas, o impresso adotou uma forma artesanal de produção e venda dos impressos, visto que, a entrega dos mesmos era feita “de mão em mão”.

1.1 O JORNAL *MULHERIO*, OBJETO DE NOSSO ESTUDO

Em 1981, é criado o jornal *O Mulherio*, na sede da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. Este contou com 39 (trinta e nove) edições, publicadas entre os anos de 1981 a 1988 tendo a frente do conselho editorial, a socióloga Fúlvia Rosemberg (entre os anos de 1981 até 1983), e as jornalistas Adélia Borges (1981-1985) e Inês Castilho (de 1985 a 1988).

Partimos da suposição de que a formação do jornal responde a necessidade de divulgação das redes de pesquisa nacional e internacionais, visando intercambiar debates e proposições para a construção de “uma nova mulher” nos marcos da sociedade vigente, por meio da elaboração e divulgação de contramarcos sustentadores de uma *contramemória* à então condição da mulher, uma vez que o propósito do jornal era revisitar os segmentos sociais analisando-os na perspectiva da mulher, invertendo a lógica do androcentrismo.

Desse modo, as notícias do *Mulherio*, por meio da elaboração de suas redatoras ou colaboradoras, se valeram de suas vivências pessoais, do “ser mulher” em um mundo capitalista e machista, ao divulgar as pesquisas científicas realizadas

por elas e por outras mulheres que compartilhavam de um pensamento comum, acerca de temáticas que deveriam ser incorporadas ao universo feminino e masculino, transpondo assim, como considerou Halbwachs (2004, 2006), as suas memórias para o âmbito coletivo, cujos marcos, trouxeram, na história da mulher brasileira, um debate científico, estabelecido por várias redes científicas, de relevância nacional e internacional, que fundamentaram as pesquisas femininas e feministas, inclusive perdurando até os dias atuais.

O nosso objetivo é justamente revisitar esse jornal que se propunha a ser um ponto de intersecção entre os diversos segmentos do feminismo brasileiro na década de 1980, ou seja, pretendia promover uma articulação entre os diversos núcleos de militância feminista e a informação, o debate acerca da condição da mulher brasileira.

Assim nesse trabalho, nos apropriamos da discussão sobre marcos de memória apresentada por Halbwachs (2004) para apresentar o jornal *Mulherio* (1981-1988), enquanto porta voz de contramarcos de memória, como um lugar físico e simbólico, que se utiliza da linguagem acadêmica acessível, para se comunicar com mulheres de todas as classes sociais, de diversas composições familiares e religiosas, fazendo um contraponto dialético na discussão de marcos sociais da memória dominante que considera as mulheres socialmente dotadas de uma feminilidade natural.

No estudo tomamos como referência a discussão do feminismo acadêmico, com base na formulação de Celi Pinto (2003), que seria a reunião “[...] de mulheres intelectuais, dentro do movimento feminista, que se manifestavam por meio de jornais, palestras, romances, e peças de teatro” (p.85).

Esta categoria, compreende a militância de mulheres intelectuais como dotada de características específicas que só a prática política não daria conta de traduzir essa atuação. uma vez que o jornal *Mulherio*, era composto por mulheres que também eram pesquisadoras acadêmicas acerca da condição feminina.

Por sua vez, nos baseamos na discussão de marcos sociais da memória, consideradas em sua amplitude de valores, normas e as linguagem vigentes na sociedade por meio dos grupos que a compõe (família, na religião, na classe) nos seus espaços simbólicos e materiais, e , na contraposição a esses marcos dominantes ao longo do tempo, abstraímos do corpus do objeto, o que estamos

chamando de contramarcos, aqui utilizados como uma categoria analítica para contrapor a memória dominante acerca da mulher, ou seja, lemos o movimento dialético concreto desse jornal como uma importante referência para contrapor aos marcos de uma sociedade androcêntrica como uma coesão do pensamento histórico, por marcos críticos por meio do uso político do jornal como uma prática e linguagens para a geração de uma *contramemória* favorável a emancipação da mulher.

Do ponto de vista da literatura sobre o tema, recorreremos principalmente aquelas produzida pelas feministas da década de 1980, que em sua maioria integravam o corpo editorial do *Mulherio*, a exemplo de Rosemberg (2012), Umbeahum (2012), Corrêa (2001), Campos (2002), Soihet (2007), Leite (2003), Saffioti (1967), Teles (2013), Silva (2009), Blay (2017), Duarte (2019), Moraes (1981), Costa (1985, 2004, 2019), Sarti (2004), Hollanda (2019), Goldberg (1987).

1.1.1 Aportes Teórico-Metodológicos

Decorrente das transformações provenientes do advento do capitalismo e das implicações do “mundo moderno”, o conhecimento atrelado à ciência adquire no século XIX, uma nova configuração, onde as áreas de humanidades foram organizadas com base em métodos de análise, no qual passaram a serem consideradas científicas, o que marcou uma geração de intelectuais. Nesse contexto, a memória passa a ser considerada objeto do conhecimento científico.

Em 1897, o francês Henri Bergson (1999) refuta a concepção da memória enquanto função meramente cerebral e constrói um modelo de discussão que pauta a temática da memória em duas dimensões: a da matéria (percepção pura) e a do espírito (memória pura), recuperando sistematizações platônicas, e adotando a racionalidade científica na construção do discurso filosófico, defendendo a interdependência entre essas duas formas de memória.

[...] É verdadeiramente na matéria que a percepção pura nos colocaria, e efetivamente no espírito que penetraríamos já com a memória. [...] Separamos radicalmente, com efeito, a lembrança pura do estado cerebral que a prolonga e a torna eficaz. A memória,

portanto não é, em nenhum grau, uma emanção da matéria; muito pelo contrário, a matéria, tal como a captamos numa percepção concreta que ocupa sempre uma certa duração, deriva em grande parte da memória. (BERGSON, 1999, p. 210-213).

No século XX, Maurice Halbwachs, teorizou sobre a natureza social da memória e refuta a Henry Bergson, em particular quanto a definição de uma memória pura, quando o seu mestre defende que recordar consiste em buscar uma realidade nas profundezas da consciência individual.

Halbwachs (2004) em *“Los marcos sociales de la memoria”*, publicado em 1925, defende que a memória é socialmente produzida dentro das relações materiais e morais compartilhadas socialmente, reverberando-se das relações de classe, de grupos familiares, religiosos, em suas hierarquias, espaços, tempos, formas de linguagem, entre outros. Como destaca Halbwachs (2004)

[...] esses quadros coletivos de memória não são formas simples e vazias, onde as lembranças se encaixam como um ajuste de peças. Estes, na verdade, são precisamente os instrumentos que a memória coletiva utiliza para reconstruir a imagem do passado de acordo com cada época e em sintonia com os pensamentos dominantes da sociedade. (p34).

Em *Memória Coletiva* (2006) Halbwachs consolida a discussão sobre a memória enquanto fenômeno social e coletivo, ou seja, de que mesmo a memória individual socialmente e coletivamente constituída:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem [...]. (HALBWACHS, 1990, p.26).

O autor chama atenção para o fato de que as memórias individuais são perpassadas pela memória social e coletiva, particularmente construída por grupos que partilharam conjunturas políticas e experiências comuns vivida em determinados espaços, lugares e que estão conectados aos pensamentos dominantes da sociedade à sua época.

Os marcos sociais se referem à uma dimensão mais ampla e estrutural da memória. Se configuram enquanto estruturas que caracterizam a memória social. Como elucida Magalhães (2016), a grande contribuição de Halbwachs, é justamente considerar a dimensão social da memória até então considerada particular pelo campo da psicologia, segundo a autora, a memória se ancora em quadros sociais que articuladas com as memórias coletivas exercem papéis ativos sobre a realidade, na construção de conceitos, ideias, imagens, instituições e lugares.

Inicialmente esse teórico, elege marcos sociais gerais, a linguagem, a família, a religião, tempo e o espaço como demarcadores de nossa memória social individual e coletiva. Neste sentido, existiria para Halbwachs (2004), uma memória coletiva, de grupos concretos, circunscritos à um tempo e espaço, produto da vida social, material e moral de uma sociedade, marcos sociais, que por sua vez, demarcam a dinâmica do funcionamento dessa sociedade, ao longo do tempo.

Para exemplificar o caráter interdependente da dimensão social da memória, o autor recorre ao exemplo do sonho, visto que durante o sono, o indivíduo estaria momentaneamente dissociado de seus iguais e em estado de isolamento, e mesmo assim, seus pensamentos estariam permeados por uma estrutura social, fazendo com que o indivíduo ainda que em uma realidade isolada (fora das relações e de um grupo material), reproduza como parâmetro, mesmo de forma desconexa, as relações sociais do contexto ao qual foi formado/educado.

Desse modo, Halbwachs (2004), nomeia a linguagem como um dos marcos fundamentais da memória. O autor, analisa casos de afasia, para defender que as recordações mesmo naqueles que são acometidos por ela, não desaparecem totalmente, porque em muitos casos, os afásicos podem escrever, mesmo não compreendendo a palavra, vivem em sociedade e são capazes de interagir de alguma forma por meio da linguagem, o que reforça a defesa de que, a memória depende da palavra, e esta só pode existir no interior de uma sociedade. Na medida em que o indivíduo vai se afastando do grupo, vai perdendo a capacidade de se lembrar. De modo geral, a linguagem para Halbwachs (2004), é um fato eminentemente social, pois quando falamos atribuímos às palavras e frases significados. O que faz com que a linguagem tenha significado convencional, uma vez que, nós compreendemos os outros e sabemos que nos compreendem, e por isso, sabemos que compreendemos a nós mesmos, “[...] *El lenguaje consiste, pues,*

en una cierta actitud del espíritu, que solo es concebible en el interior de una sociedad, ficticia o real: es la función colectiva por excelência del pensamiento” (idem, p.88).

Halbwachs (2004), em seguida, situa a família como outro marco da memória, pois na qual se desenvolve a formação de valores, comportamentos, normas comuns socialmente construídas. Para o autor, os indivíduos socializados num dado grupo familiar, por terem compartilhado a mesma vida cotidiana, e de participarem de continuamente de interações, impressões, opiniões, mesmo quando se afastam, sentem resistência quando tentam quebrar esses laços, uma vez que sua memória foi demarcada por esse grupo de referência.

A religião, é o outro marco considerado por Halbwachs (2004), que estrutura a sociedade desde os seus primórdios, proporcionando coesão social, por meio de suas liturgias, dogmas, disciplina e hierarquia.

Um outro marco apresentado pelo referido autor, é o da classe social. A memória da classe para Halbwachs, é um marco de um sistema de classificação baseado valores que unificam memórias sociais e memórias coletivas.

Se o espaço e o tempo são marcos sociais demarcadores da memória, como já anunciava o mesmo teórico em *“los cuadros sociales de la memoria”*, é na obra Memória Coletiva (2006) que o mesmo consolida a importante discussão sobre tempo social e tempo dos grupos, espaço material e simbólico, que habitam em nossa memória, como o lugar da política, da religião, da moradia ou da expressão de um grupo.

Ao relacionarmos essa análise de Halbwachs com o tema das mulheres, verificamos, que os marcos que ele descreve como sendo estruturantes da sociedade, apresentam, principalmente a partir do advento da modernidade, uma supremacia masculina ao hierarquizar o papel do homem, e o da mulher, inferiorizando a segunda. Assim, os marcos da família, linguagem, religião e de classe, reproduzem essa hierarquia, culminando na permanência do androcentrismo, enquanto sistema que centraliza o homem e os seus atributos “masculinos”, em detrimento da mulher e do feminino, em espaços e tempos que continuam sobrevivendo historicamente.

A partir desse entendimento, podemos dizer que a partir da década de 1970, o movimento feminista, começa dentro da pauta de emancipação da mulher, a

criticar o lugar ocupado por estas, dentro destes “marcos”, e a propor uma reestruturação profunda, que inserisse a mulher em posição de igualdade, sendo necessário para isso, modificar as estruturas até então solidificadas na linguagem, nos valores sociais incorporados nos marcos sociais supracitados.

1.1.1.1 Discussões atuais sobre o pensamento de Halbwachs

Um dos autores que defendem a perspectiva da memória enquanto recurso analítico para a pesquisa é o sociólogo Paolo Montesperelli (2004), que também destaca a atualidade do pensamento de Maurice Halbwachs como um dos teóricos da memória, que tem sido criticado por conta de suas vinculações com o funcionalismo durkheimiano, segundo ele:

A crítica que tem sido levantada contra Halbwachs não cancela a sua atualidade, que abrange vários aspectos, teóricos e metodológicos: a consonância com a história social, o problema metodológico das fontes de informação e, acima de tudo, a importância que ele atribui aos significados, de acordo com uma perspectiva semelhante à fenomenologia social. Mas a sua [Halbwachs] é também sobre a atual evolução do conceito de "espírito objetivo" e a importância atribuída ao tempo que o autor aproxima a hermenêutica contemporânea - Heidegger, Gadamer, Ricoeur (MONTESPERELLI, 2011, p.66).

A citação acima descrita por Montesperelli (2011), permite a não redução dos estudos de Halbwachs à determinadas vertentes teóricas sem considerar que o mesmo apesar de ter sido fortemente influenciado pelas ideias de Durkheim também dialogou com outras linhas teóricas de pensamento, incluindo a sua atuação política no socialismo, onde debateu o conceito de classe social.

Cuesta (2015) ressalta o fato de que o contexto vivido por Halbwachs, durante as guerras mundiais, com ascensão fascista, crise profunda do capitalismo e a revolução soviética propiciaram uma nova experiência histórica e de memória, que abandona o seu papel de guardião de tradição conservadora e se coloca a frente pela luta dos direitos humanos, contra a barbárie e os genocídios.

Para Cuesta (2015), Halbwachs enquanto vítima do fascismo, teria sucumbido no campo de concentração Buchenwald, antes disso teria travado uma luta entendendo a memória como consciência e representação social, alterando assim

uma visão que inseria a memória no chamado otimismo científico fundamentado na razão moderna científicista.

Assim, o autor insere a proposta de memória coletiva e marcos sociais da memória defendidos por Halbwachs, como obras e conceitos de grande impacto para a sociologia da memória e outros campos das ciências humanas e sociais ao tratar a memória como construção coletiva de um contexto social dado. Indo além da concepção, que até então se tinha, de uma memória exclusivamente individual.

De acordo com Aróstegui (2004), não existe experiência sem memória, esta consiste na principal potência que desempenha a função de ser histórico, é o suporte da percepção e tempo, continuidade, identidade pessoal e coletiva e por conseguinte acumulando vivências entre o passado e o presente.

O referido autor também ressalta a importância da memória para a recomposição do passado no presente, faceta importante para a construção histórica de determinados estudos e pesquisas, o que justifica a relevância das infindáveis temáticas, cuja temporalidade histórica já não coaduna com o atual momento vivido, mas corrobora com o entendimento da processualidade sócio-política que certamente nos ajudam a compreender determinadas realidades.

Outro autor, que se debruçou nas análises sobre a memória social, foi o psicólogo inglês Frederic Charles Bartlett que, contemporâneo de Halbwachs, também elaborou uma teoria da memória a partir de uma perspectiva psicossocial que considerava que

[...] a memória nem era uma função que pudesse ser atribuída apenas a aparatos biológicos do indivíduo, nem era uma condição mental, como queria Bergson, nem social, como em Halbwachs. A memória era um atributo do indivíduo que se encontra em um grupo social e associava-se à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo. (SANTOS, 2003, p.54).

Bartlett argumentou que o processo pela busca de sentido, a qual estaria inserida a memória, se fazia pelo processo conhecimento e reconhecimento de mundo (SANTOS, 2003), então, explicou a memória como sendo percepção, reconhecimento e reminiscência na reconstrução do passado e que as práticas coletivas exerceriam influência nos indivíduos se estes por sua vez as percebessem, é a memória *no* grupo e não *do* grupo.

Do ponto de vista da ciência histórica, Le Goff (1996), a partir da leitura halbwaquiana afirmou que a memória coletiva é também um instrumento de poder: “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (p. 426).

Essa dimensão polissêmica da memória, bem como outras teorizações que apresentam distintas nuances, conferem a esta, um caráter multimodal e multidisciplinar abarcando diversas áreas do conhecimento (psicologia, antropologia, neurologia, biologia, ciências sociais, história, etc.).

A partir de meados do século XX, entre outros debates, os estudos sobre a memória auxiliam a coletividade nos conflitos sociais, políticos da contemporaneidade, onde diversos grupos buscam sua identidade (mulheres, negros, ambientalistas, etc.), como também nos aspectos individuais, retomando assim experiências vividas e interações mediatizadas pelo campo sócio-político.

1.1.1.2 O feminismo acadêmico ou intelectual

O feminismo brasileiro, desde a sua gênese ainda em meados do século XIX, conforme apresentamos no tópico anterior, era formado principalmente por mulheres intelectuais que expressavam suas opiniões por meio, de jornais, palestras, romances e peças de teatro (PINTO, 2003).

A segunda fase do movimento, a partir da década de 1970, de acordo com Pinto (2003), seguiu a mesma lógica tanto no Brasil, quanto em países europeus e nos EUA. As ideias feministas se propagaram em meios específicos, como nas universidades com mulheres instruídas e de classe média. Ainda segundo a autora,

O movimento feminista não é um movimento popular, nem no sentido de classe, nem no sentido de seu raio de ação. A chegada até as camadas populares ocorre ao longo de sua história, como uma escolha política estratégica, e não como decorrência natural de seu desenvolvimento. De forma distinta ocorreu com muita facilidade a aproximação do feminismo com o mundo da cultura erudita, mais especificamente com a universidade (PINTO, 2003, p.85).

A partir dessa discussão, Pinto (2003) define o feminismo acadêmico atrelado a ideia de intelectual-analista, que seria a de grupos de mulheres produzindo conhecimentos acadêmicos sobre as mulheres. A partir desse conceito, a produção

acadêmica sobre a mulher, tem um texto fundador: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, tese de livre-docência defendida, em 1967, por Heleieth Saffioti.

Segundo Pinto (2003), o trabalho de Saffioti representou um marco não somente dentro do feminismo acadêmico, como também um pioneirismo ao tratar da opressão da mulher dentro do debate marxista, discussão que até então era inédita no Brasil.

Goldberg (1987), salienta o “feminismo acadêmico ou estudos sobre a mulher”, como uma característica do feminismo brasileiro, em contraposição aos rumos do movimento feminista nos EUA e na Europa. Segundo a autora, no Brasil, não se utilizava até então, as categorias gênero e patriarcado para definir ou caracterizar a situação das mulheres, bem como não eram realizados grupos de autoconsciência, nem experimentos sociais alternativos, práticas comuns em outros países.

Por outro lado, encontrava-se em pleno desenvolvimento, na década de 1970, uma complexa relação entre o movimento feminista e a academia, de onde originou uma área de estudos sobre a mulher, que chega até a década de 1980, com certa legitimidade acadêmica, e em alto grau de institucionalização (GOLDBERG, 1987).

Ainda que o marco fundador do feminismo acadêmico tenha sido na década de 1960, foi somente nos finais da década seguinte, que os estudos sobre a mulher tomaram vulto.

No final da década de 1970, conforme elucida Duarte (2019), um movimento articulado entre feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria nos EUA e na Europa, ainda que em menor escala. E sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, por meio de núcleos de estudos e da articulação de grupos de trabalhos, além da organização de eventos (congressos, colóquios, seminários), com o objetivo de promover uma troca de saberes entre as pesquisadoras.

A mais importante iniciativa na área do estudo de mulheres e das relações de gênero no Brasil foi, sem dúvida, o conjunto de concursos de dotação de recursos para pesquisa sobre a mulher promovidos pela Fundação Carlos Chagas e financiados pela Fundação Ford, entre 1978 até 1998 (PINTO, 2003, p.86).

Durante esses vinte anos, a Fundação Carlos Chagas realizou oito concursos, totalizando 170 projetos contemplados em todas as regiões do país, que resultaram em pesquisas publicadas em coletâneas.

O Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, tornou-se referência nacional e internacional para o estudo das mulheres no Brasil, levando à publicação de tesouro e à organização de um banco de dados sobre o trabalho da mulher (PINTO, 2003, p.86).

Também foi na Fundação Carlos Chagas, que foi fundado em 1981, o jornal *Mulherio*, financiado pela Fundação Ford. Pinto (2003), salienta que

O jornal [*Mulherio*] foi a mais importante publicação feminista da década, sendo leitura obrigatória para todas as feministas brasileiras. Com comissão editorial formada por destacadas feministas paulistas o jornal funcionou na sede até 1983 (PINTO, 2003, p.86).

A partir dessas discussões, tomamos o *Mulherio*, em contraposição à existência de um conjunto de marcos dominantes na sociedade acerca da mulher, sendo a linguagem como um importante marco utilizado pelas mulheres acadêmicas, que se apropriaram de elementos constituídos a partir da experiência vivida e recebida socialmente, da prática social e da experiência para refutar esses marcos, e dialeticamente formar contramarcos de memória com a função de construir um novo modelo social do “ser mulher”.

1.1.1.3 *Contramarcos sociais da memória no Mulherio*

As mulheres que compunham o corpo editorial do *Mulherio*, em geral provindas de camadas médias, buscaram superar uma determinada memória social e coletiva, lastreada por marcos sociais de referência familiar, religioso, de classe, materializada em tempos e espaços que viveram, e, na contramão dessa memória, se apropriaram do saber acadêmico-científico, para objetivamente romper com a memória dominante androcêntrica, visando superá-la.

Como já referenciamos, Halbwachs (2004,2006) chama atenção para o fato de que, as memórias de cada indivíduo de um grupo, apesar de suas experiências particulares, não estão desconectadas dos pensamentos dominantes da sociedade e de sua época. Assim, os marcos sociais halbwaquiiana, ancorados na classe

social, linguagem, família e religião são decorrentes de determinado tipo de sociedade, e na presente pesquisa, ampliamos essa discussão, onde os marcos de memória uma vez inseridos no sistema capitalista, reverberam várias formas de opressão, desigualdade e autoritarismo, entre os quais o androcentrismo, que relega as mulheres à espaços de subalternidade em relação aos homens.

Tomando como base o pensamento de Halbwachs (2004), as concepções de uma sociedade estão estruturadas sobre determinados pontos de referência, os quais o autor denomina de marcos sociais da memória. Na sociedade ocidental, esses pontos de referência estão permeados de uma lógica androcêntrica que legitima e reproduzem a centralidade de atuação masculina. Assim, o homem é tido como centro no sistema linguístico, como centralidade ou o chefe na família, como líder religioso, e durante muito tempo como o agente ativo dentro de um sistema de classe.

O *Mulherio*, na década de 1980, buscou por meio da sua dupla militância transpor os limites androcêntricos dos marcos. Para tal, a estratégia que podemos identificar no jornal não foi abolir ou deslegitimar os marcos sociais fundantes de uma sociedade, pelo contrário o jornal discute esses marcos, numa perspectiva inclusiva e de igualdade entre os sexos.

1.1.1.4 Aspectos metodológicos

Realizamos, em primeiro momento, um levantamento bibliográfico sobre a referida temática no banco de dissertações e teses da Capes, bem como em outros indexadores de trabalhos acadêmicos, e localizamos cinco (5)³ trabalhos que se propõe a trabalhar com o jornal *Mulherio*, no entanto, estes trabalhos enfocam a trajetória do jornal apenas enquanto segmento da imprensa alternativa.

Em seguida, localizamos as edições do jornal *Mulherio* e identificamos as seguintes pautas: participação das mulheres na produção científica (concursos,

³ MOSQUEIRA (2016) com o trabalho: *O espelho está partido em mil prismas que teimam em não se encaixar*": as múltiplas faces feministas nas páginas do *Mulherio* (1981-1987); GONZAGA (2014) com *A suave voz do sexo: As mutações no discurso da sexualidade no jornal Mulherio (1981-1988)*; MONTENEGRO (1992), sobre *Uma organização não-governamental feminista: o Mulherio.*; NASCIMENTO (2015), analisa *A natureza do corpo feminino em Mulherio: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro (1981-1988)* e TAMIAO, Juliana Segato (2009) com *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*.

associações feministas, congressos e fóruns, núcleos de estudos), trabalho doméstico, dupla jornada (creches), desigualdades salariais tanto na perspectiva de gênero (homem e mulher), quanto na perspectiva de raça (mulheres brancas e mulheres negras), trabalho feminino (urbano e rural), sufrágio e representação política da mulher, corpo: aborto e repressão sexual e a violência contra a mulher, temas centrais abordados pelo jornal que podem ser relacionados com os marcos sociais da família, linguagem, religião e classe social.

Ao todo, o jornal *Mulherio*, publicou 39 edições, com uma média de 23 páginas em cada volume. Dentre estas, elegemos uma a duas notícias por temática, dos temas de maior representatividade dentro das temáticas acima.

Desse modo, reunimos temáticas comuns tratadas ao longo da vigência do jornal (1981-1988), uma vez que identificamos uma linearidade na forma de abordar os temas durante toda a trajetória do jornal.

Nas temáticas tratadas no jornal, *Mulherio*, visualizamos os seguintes marcos sociais:

- família, quando inseriram o lugar da mulher nos espaços do público e do privado, principalmente a sua redução aos recônditos do lar, o ser homem e ser mulher na sociedade contemporânea, seus papéis e deveres, suas lutas, desde o direito ao trabalho, ao direito de decidir sobre o seu próprio corpo;

- religião, ao relacionar o comportamento cristão, com o androcentrismo que defende a submissão feminina frente ao homem, como também, o encontro com a ciência, como a desmistificadora de preconceitos, estereótipos e silenciamentos, nas quais as mulheres historicamente foram alvos;

- linguagem quando apresenta a concepção de que toda forma de comunicação é ideológica e revela a visão dominante da sociedade, exemplificando com a definição do verbete “mulher” do dicionário Aurélio (que a definiu como ser inferior, de pouca inteligência e do lar) e de homem (como sendo o forte, astuto, inteligente, líder), propondo com a disseminação das pesquisas sobre a mulher se contrapor a esse tipo de linguagem, adotando outra que retirasse da mulher a invisibilidade, atuação essa que fomentou a escolha do próprio nome do jornal para *Mulherio* (escolha que na época foi polêmica, dada a definição pejorativa que a palavra trazia), na qual o posicionamento crítico do corpo editorial do periódico foi o

de trazer um novo conceito para as definições ligadas as mulheres sob a ótica feminina);

- classe social, quando dentre as pautas constantes, estavam a resistência dessas mulheres contra a opressão e autoritarismo dos governos, a crítica ao capitalismo e a exploração que lhe é inerente, e um pioneirismo que antecipava a discussão da interseccionalidade, que torna heterogênea as lutas feministas e femininas, trazendo as questões de discriminação e dominação social, decorrendo na formação de identidades sociais distintas de mulheres: brancas e negras, ricas e pobres, heterossexuais e LGBTQ+, e uma pluralidade de combinações que resultaram em formas de opressão diferenciadas, mas que tinham em comum um único aspecto: o ser mulher.

1.1.1.5 Estrutura do trabalho

Estruturamos o trabalho em cinco seções: para além da introdução e considerações finais, o primeiro capítulo apresenta a *História feminista no Brasil entre a academia e a militância*, onde realizamos um breve panorama do feminismo brasileiro a partir do século XIX, destacando a relação entre as mulheres e as letras, até a década de 1980, com a definição do conceito de feminismo acadêmico.

Na seção seguinte intitulada *O papel das fundações no financiamento brasileiro sobre os “estudos da mulher”*, dissertamos sobre a presença e impacto das fundações internacionais e nacionais na construção do campo das pesquisas em ciências sociais no Brasil e especificamente no financiamento e consolidação das pesquisas na área de “estudos sobre a mulher”, destacando a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas, ambas agenciadoras do jornal *O Mulherio*.

O terceiro e último capítulo intitulado: *Geração sanduíche: o jornal mulherio e sua atuação teórico-prática na construção da contramemória* ao modelo dominante da mulher é dedicado a análise do *corpus* da pesquisa, apresentando a estrutura do jornal, o corpo editorial, bem como, as pautas privilegiadas e como essas se relacionam com os marcos sociais da memória, na tentativa de se contrapor a eles para a construção de uma nova concepção do ser mulher, a qual denominamos de *contramemória*.

2 A HISTÓRIA FEMINISTA NO BRASIL ENTRE A ACADEMIA E A MILITÂNCIA

Ao longo da história da sociedade ocidental, inúmeros foram os discursos que tiveram por objetivo legitimar o fosso de desigualdade entre homens e mulheres que foi historicamente construído. Os maiores exemplos, nesse sentido são as religiões, em seu caráter mitológico ou não, onde, por exemplo na tradição judaico-cristã como também na Grécia Clássica “[...] Pandora e Eva respectivamente desempenham o mesmo papel: o de demonstrar que a curiosidade feminina é a causa das desgraças humanas e da expulsão dos homens do paraíso” (GARCIA, 2012, p. 2), assim como a ciência, que ora em maioria em menor medida continuam desempenhando o papel de delinear os abismos entre os gêneros.

Temas como mulher e feminino são raramente mencionados pela tradição filosófica, conforme considera Ferreira (2008), a oposição ao conceito de masculino, ultrapassa o plano lógico da epistemologia se erradicando na biologia, radicalizando assim um discurso de inferioridade, na qual biologicamente o feminino encontra desvantagem. A hierarquia revestida do discurso neutro de divisão sexual, atravessa toda a filosofia ocidental, inserindo o uso do termo “homem” como definição abrangedora de uma totalidade: humanidade. Tratar da mulher e do feminino, pelo menos até meados do século XIX se reduziu a trabalhos esporádicos e escassos, de pouca abrangência no campo da ciência e filosofia, com caráter secundário.

O termo feminismo foi empregado pela primeira vez em 1911, nos Estados Unidos, quando escritores - homens e mulheres - começaram a utilizar o termo como substituto dos diversos termos, que vinham sendo empregadas desde o século XIX, tais como "movimento de mulheres", "problemas das mulheres", para descrever "um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres" (GARCIA, 2012, p.3). Tal movimento objetivava romper as barreiras além do sufrágio, buscando uma determinação que fosse "intelectual, política e sexual", que equilibrasse as necessidades afetivas às individuais e políticas.

Importante considerar que antes da publicização do termo feminismo no começo do século XX, o “movimento de mulheres” que deu lastro ao movimento feminista, remonta de acordo com Pinto (2010), às chamadas *ondas* (expressão e

periodização adotada pelas feministas tanto dos EUA, quanto do Brasil), que teve a sua primeira manifestação mais sistematizada na Inglaterra, quando um grupo conhecido como *suffragettes*, organizou-se para lutar por seus direitos, sobretudo, ao voto já desde meados do século XIX. Este grupo, segundo a referida autora, teria promovido grandes manifestações em Londres, ao longo de décadas, que culminou na vitória de suas reivindicações em 1918, quando foi conquistado o direito ao voto.

Nos EUA, o movimento sufragista em meados do século XIX, também incluiu para além da pauta do direito ao voto pelas mulheres, membros abolicionistas e incorporou a luta contra o escravagismo, sobretudo, após a Guerra civil americana (1861-1885), este grupo composto por homens e mulheres, defendiam a erradicação da inferioridade dessas, e também das comunidades afro-americanas. Se na Inglaterra o direito ao voto feminino foi conquistado em 1918, nos EUA ocorreu um ano depois (LEVI, 2007).

As primeiras décadas do século XX, foram consideradas, conforme salienta Levi (2007), como sendo o apogeu do movimento sufragista estadunidense, tendo como destaque as atuações de Lucretia Coffin Mott (1793-1880), Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan Brownell Anthony (1820-1906), entre outras, que lutaram e “[...] se empenharam para que todas as mulheres, assim como os homens e as mulheres de cor, na jovem república *novimundista* tivessem o direito ao voto e, com esse, à plena cidadania” (p.64).

No Brasil, o século XIX marcou um contexto onde as mulheres em sua maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos, e numa rígida indigência cultural. Era necessário romper com tal *status quo*, e para isso, a primeira bandeira a ser levantada pelas mulheres não poderia ser outra, que não o direito básico ao aprendizado da leitura e da escrita, até o momento, restrita à alguns poucos conventos, raras escolas particulares que funcionavam nas casas de algumas professoras ou ao ensino individualizado para aprendizado das prendas domésticas. A primeira legislação que autorizava a criação de escolas públicas femininas, foi promulgada em 1827, que segundo Duarte (2019), proporcionou à essas poucas mulheres uma educação diferenciada, estendendo “[...] os benefícios do conhecimento as demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram opinião corrente que defendia a ideia de que mulher não necessitava

saber ler e nem escrever” (p.27). que de acordo com Zahidé Muzart, essa iniciativa se constituiu como a gênese do feminismo brasileiro.

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente. (MUZART apud DUARTE, 2019, p.27).

Assim, como defende Ergas (1994 apud SOIHET, 2007), o termo feminismo é adequado para designar um conjunto de teorias e ou práticas, historicamente variáveis, em prol da constituição, valorização e legitimação dos interesses das mulheres.

Para Duarte (2019), a história do feminismo no Brasil ainda é pouco conhecida e divulgada de forma parcial, a sua bibliografia é restrita, fragmentada focando suas análises principalmente sobre a luta pelo voto nos anos de 1930 e nas conquistas mais recentes a partir de 1970. No entanto, essa fragmentação reduz o movimento de mulheres à determinadas bandeiras desconsiderando toda a trajetória de mulheres até chegar as pautas e reivindicações atuais.

Silva (2009) e Duarte (2019), para dar conta da história do feminismo brasileiro elegem quatro marcos ou “momentos-onda”, onde o primeiro corresponderia à década de 1830, momento em que a mulher lutou pelo acesso à educação, onde se destacaram mulheres como Delfina Benigna da Cunha, Beatriz Brandão, Clarinda Siqueira, Albertina Berta, Ana Luísa Berta, Maria Firmina dos Reis, Maria Bormann, Carmem Dolores, Ana Luísa de Azevedo e Castro, Ana Eurídice Eufrosinade Barandas, Teresa Margarida e Nísia Floresta, esta última, uma das principais representantes.

Duarte (2019), destaca a atuação de Nísia Floresta (1810-1885), como sendo uma das primeiras mulheres brasileiras, a romper com os limites do espaço privado, e publicar textos em jornais da considerada grande imprensa. Seu primeiro livro, intitulado: *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832), é o primeiro no Brasil a tratar da temática de direito das mulheres, como sujeitos merecedores de respeito, educação e trabalho. O livro foi inspirado nas obras de: Mary Wollstonecraft, Poulain

de la Barre e Olympe de Gouges, e segundo a autora, apesar de ser inspirado na leitura e tradução de outras obras, ainda assim deve ser considerado o texto fundante do feminismo brasileiro, principalmente por ter colocado em língua portuguesa as ideias importadas da Europa, e feito a tradução das novas concepções para o contexto nacional, enfocando na mulher e na história brasileiras. Ainda de acordo com Duarte (2019), “[...] aqui está a marca diferenciadora desse momento histórico: o nosso primeiro momento feminista, mais que todos os outros, vem de fora, não nasce entre nós (p.29)”.

Para Alves (2019), a história da luta sufragista no Brasil se inicia nos EUA, por ter sido o movimento sufragista estadunidense, a influenciar o movimento brasileiro. A autora destaca o fato de que, o movimento era conservador e tinha como uma das principais inspirações Anne Hutchinson, pregadora protestante na colônia de Massachusetts no século XVII, sua atuação incomum de falar em público e defender a liberdade de voz feminina, inspirou os movimentos sufragistas estadunidenses dos finais do século XIX, já integrados à luta abolicionista, que teve como expoentes Lucretia Mott e Elizabeth Stanton, que inspirariam os movimentos brasileiros, tendo como uma de suas principais representantes, Nísia Floresta que na época, se declarava abolicionista, republicana e feminista.

2.1 O FEMINISMO BRASILEIRO A PARTIR DE SUAS ONDAS

Apesar da iniciativa de Floresta, apenas em meados da segunda metade do século XIX, começaram a surgir os primeiros jornais dirigidos por mulheres. Duarte (2019), salienta que desde o início, essas publicações eram consideradas como secundárias, inconsistentes e supérfluas, pelo simples fato de se dirigirem ao “segundo sexo”. O primeiro deles foi o *Jornal das Senhoras* (1852), editorado por Joana Paulo Manso de Noronha, e expunha como propósito, incentivar mulheres à buscarem o seu melhoramento social e emancipação moral. Para a editora, a elite brasileira, não poderia isolar-se na marcha em direção ao progresso, tendência em todo o mundo, que seguia na direção do aperfeiçoamento moral e material da sociedade, independente do sexo.

Outro periódico importante nos anos seguintes, foi *O Belo Sexo* (1862), sob a direção de Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, que no primeiro número da

publicação, destaca a iniciativa pioneira, bem como, sua crença inabalável na capacidade intelectual feminina. Uma novidade nesse periódico, foi a abertura para a colaboração e participação efetiva por parte das leitoras. Cabe destacar, que os dois periódicos acima citados, circulavam entre mulheres pertencentes à elite brasileira (DUARTE, 2019).

O segundo momento, apresentou mais o viés feminista, tendo no direito ao voto a principal bandeira, e a imprensa, como um instrumento de luta e socialização de suma importância, nas quais se destacaram: Josefina Álvares Azevedo, as irmãs Revocata e Julieta de Melo, Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Lopes de Almeida, Maria Amélia de Queiroz, Narcisa Amália, Francisca Senhorinha da Mora Diniz, na qual, destaca-se a condução da revista literária: *A mensageira* e o jornal *O sexo feminino* publicado em 1873 (SILVA, 2009).

Este último, de acordo com Duarte (2019), teve três fases. Na primeira, de 1873 à 1875, era editado no interior do Estado de Minas Gerais. Já no início, contava com uma tiragem de 800 exemplares, e assinantes de diferentes cidades no interior do Estado. A segunda fase, ocorreu alguns anos depois, entre os anos de 1887 à 1889, quando passou a ser editado no Rio de Janeiro, com a ajuda de sua filha Elisa Diniz Machado Coelho, também jornalista, e autora de romances-folhetim. Em seus artigos, as autoras, anunciavam que o grande inimigo das mulheres era a ignorância de seus direitos, que a “ciência dos homens” se encarregava de manter. Nesse período, o periódico contou com a impressão de mais de 4.000 exemplares nos primeiros dez números, para atender aos novos assinantes, entre os quais: D. Pedro II e a Princesa Isabel.

A última fase do jornal, foi de 1890 à 1896, quando o mesmo muda de nome e passa a se chamar *O quinze de novembro do sexo feminino*, onde passa a defender de forma mais incisiva, o direito das mulheres ao estudo secundário e ao trabalho, além de denunciar a educação oferecida às meninas, que segundo as autoras seria de má qualidade (*idem*).

Outra jornalista que ganha destaque no final do século XIX, é Josefina Álvares de Azevedo, que dirigiu o jornal *A Família*, primeiro em São Paulo, e destacou-se, principalmente pelo tom combativo, na busca da emancipação feminina. À frente do jornal, realizou um intenso trabalho de militância feminista, atuando principalmente na denúncia da opressão e nos protestos, questionando a

tutela e insensibilidade masculinas, que não reconheciam o direito das mulheres ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto (*ibidem*).

Segundo Duarte (2019), Josefina Azevedo foi uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto, e à cidadania feminina, após encenar a sua peça, *O Voto feminino*, no Teatro Recreio, no Rio de Janeiro, em 1878, peça que depois foi publicada em livro, o que a levou a viajar por diversos estados fazendo palestras e divulgando o seu jornal, enquanto lançava uma campanha nacional a favor do sufrágio.

A terceira onda, que teve como marco os anos de 1920, daria continuidade as exigências do direito ao voto, e a participação política, focando na inserção da mulher no trabalho e no ensino superior. Dentre os nomes que estiveram nesse movimento, destacaram-se Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Leolinda Daltro, Ercília Nogueira Cobra, Adalgiza Bittencourt, Mariana Coelho e Diva Nazário (SILVA, 2009).

Uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil, foi Bertha Lutz (1894-1976), que formada em biologia na Sorbonne (Paris), retornou ao Brasil, fundando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e disseminou por todo o território do país, a luta em prol de sua causa, denunciando a opressão das mulheres na *Revista da Semana*, e propondo a união das mesmas a fim de romper com a tradição patriarcal (ALVES, 2019).

Assumindo-se como feminista, conforme Alves (2019) salienta, Bertha Lutz, elaborou um documento, que foi enviado para as instâncias políticas, argumentando a necessidade de se rever a questão da mulher, considerando que em outros países como a Grã-Bretanha, Estados Unidos e Alemanha, já se tinha conseguido o direito ao voto, e como justificativa destacou que os “deveres” familiares e responsabilidades não foram prejudicados, como a maternidade e à infância, refutando assim, argumentos contrários a aprovação desse direito.

Nesta mesma época, Maria Lacerda de Moura (1887-1945), também empenhou grandes esforços de luta em prol da “libertação total da mulher”, a partir da publicação da obra: *Em torno da educação*, em 1918, reafirmando a instrução como caminho para a transformação da vida da mulher (DUARTE, 2019).

Assim, a partir da década de 1920, a movimentação das mulheres foi profícua. Se por um lado, segundo a autora supracitada, havia um feminismo burguês, “bem comportado” que, reivindicava a liberdade cidadã das mulheres há décadas, neste período, emergiu um outro movimento chamado *anarco feminismo*, que ia além em suas pautas, e propunha a emancipação da mulher, a partir das dimensões de classe, preocupando-se com as diferentes camadas sociais que estavam inseridas. A incorporação de tais seguimentos de mulheres, se aproximou às lutas do movimento operário.

Também emergiu nesse contexto, a liderança feminista de Leolinda Daltro, que ocupou espaços públicos, organizando passeatas e reivindicações, a fim de pressionar grupos políticos, para a questão do voto feminino. Tal repercussão culminou, no primeiro projeto de lei em favor do sufrágio, de autoria do senador Justo Chermont. Apesar dessa conquista, o direito ao voto só seria conquistado anos depois.

Outra grande repercussão em prol do direito ao voto feminino, veio da advogada Diva Nolf, secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino, que em 1923, lançou o livro: *Voto feminino e feminista*, eu trazia reportagens sobre a luta das mulheres, publicadas anteriormente na imprensa, e dividindo a opinião pública sobre essa questão. Em 1927, foi lançado um manifesto que era chamado tanto de *Manifesto Feminista*, quanto de *Declaração dos Direitos da Mulher*, assinado dentre outras mulheres, por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita, Maria Eugênia Celso e Clotilde de Mello Vianna (esposa do até então vice-presidente da República). Tal manifesto, repercutiu em todo o país, insuflando ainda mais os movimentos de mulheres, que conquistaram o voto em 1932, mas que continuaram lutando em prol da emancipação e liberdade em vários outros aspectos (DUARTE, 2019).

Com o desenvolvimentismo dos anos JK (décadas de 1950 a 1960), que significaram, um crescimento econômico baseado na industrialização e urbanização aceleradas, foi responsável em muitos aspectos pela modernização da sociedade brasileira, o que também impulsionou profundas modificações, no que diz respeito à situação das mulheres, e nas relações entre os sexos, principalmente nas camadas médias dos centros urbanos (GOLDBERG, 1987). A autora enfatiza ainda que, tal modernização das representações do sexo feminino, bem como, a transformação das funções à ele atribuídas, se deve principalmente a dois indicadores: a alteração

do Estatuto jurídico da mulher casada, lei aprovada e incorporada ao código civil em 1962, que propunha a igualdade entre os cônjuges, e que distinguia a mulher casada dos indígenas, dos incapacitados, e dos menores e, possibilitava que as mesmas exercessem atividades assalariadas, independente da autorização de seus companheiros, ainda que, os homens permanecessem chefes da “sociedade conjugal”. Outro fator destacado por Goldberg (1987), é o aparecimento da Revista Cláudia, criada no começo dos anos 1960.

Moraes (2017) elucida que, na conjuntura em que o Brasil se modernizava, ou seja, quando entrava em contato com costumes e valores do pós guerra, principalmente veiculado pelo cinema e imprensa especializados, como os quadrinhos do Walt Disney (chegados ao Brasil no começo dos anos de 1950), e a “inovadora” Revista Cláudia, da editora abril, transmitiam os valores e o modo de vida “americano”. No que concerne a revista, Goldberg (1987) salienta que, a mesma era direcionada para leitoras jovens casadas, da camada média urbana, que dispunham de poder aquisitivo para adquirir os produtos anunciados em suas páginas, nos temas de moda, beleza, eletrodomésticos, mobiliário e decoração.

Diante das centenas de cartas que começaram a chegar à redação da referida revista, verificou-se também, que as leitoras estavam cheias de inquietações, insatisfações, além de dúvidas e contradições. Como resposta, a editora abril contratou a psicóloga Carmem da Silva, que passou a ser responsável pela seção “a arte de ser mulher”, de 1963 até o seu falecimento, em 1985. Os artigos de Carmem da Silva (que mais tarde integrará o Jornal *Mulherio*), se referiu à problemas da vida cotidiana das mulheres de camadas médias urbanas, centrando nas dificuldades de relação entre os sexos, bem como, em questões candentes para o sexo feminino no período, como insatisfações da vida conjugal, maternidade e frustrações sexuais etc. (GOLDBERG, 1987). Tal seção, obteve tanto sucesso, que alguns anos depois se transformaram em duas coletâneas. Goldberg (1987) ressalta que, toda uma geração de mulheres, entre as quais futuras militantes feministas, foram influenciadas por sua leitura.

Esse contexto, contribuiu para nutrir nos anos de 1960, o que Goldberg (1987), denominou como a “revolta das militantes da nova esquerda norte-americana”, opondo-se de forma incisiva aos comportamentos machistas de seus companheiros, ativistas políticos e ou parceiros amorosos. Para muitas dessas

militantes, muitas vezes, o próprio engajamento político já tinha sido uma ruptura aos padrões de comportamento e projetos familiares, e nesse caso, a maturação política e o crescimento individual enquanto mulheres, foram detonadores de uma explosão de múltiplas insatisfações.

Neste contexto, emergiu a liderança de Betty Friedan, que em 1963, publicou a obra: *A mística feminina*, na qual analisou a situação das mulheres estadunidenses, que estavam se casando cada vez mais jovens, e desenvolvendo problemas de ordem psíquica, tais como: depressão, fadiga, angústias e ansiedades, que na época foram denominadas de “mal sem nome”. Para Friedan esse “mal”, estaria no modelo de sociedade que oprime a mulher, e ao mesmo tempo, exige dessas uma mística de felicidade, que as tornem realizadas em exercer as tarefas domésticas e do casamento, sem lhes permitirem galgar outros espaços (DUARTE, 2006).

A obra: *A mística feminina*, ainda segundo Duarte (2006, p.289),

[...] caiu como uma bomba nos Estados Unidos e provocou, em muitas leitoras, o desejo de dispor de uma associação. Em outubro de 1966, fundou-se, em Washington, uma Conferência Nacional, onde se constituiu a Organização Nacional de Mulheres, conhecida como NOW – National Organization for Women. À frente da organização estava Betty Friedan, a essas alturas feminista assumida. Mas essas críticas não comprometem a importância da NOW para a organização das mulheres nos Estados Unidos. Uma manifestação emblemática organizada pelo movimento em 26 de agosto de 1970, em várias cidades americanas, mostrou àquela sociedade a dimensão do que estava sendo gestado. Milhares de mulheres foram às ruas em Nova York, Washington, Boston, Detroit e várias outras cidades do país. Não estavam unidas como estudantes, operárias, esposas de grevistas ou de empregados, nem como mães de soldados, mas simplesmente como mulheres. E essa era a grande novidade.

Um novo movimento de liberação das mulheres, se organizou a partir dessas iniciativas e buscou se distinguir frontalmente ao movimento feminista liderado por Betty Friedan, que defendia a plena igualdade entre homens e mulheres, e atuava como grupo de pressão, buscando reformas sociais que melhorassem a situação feminina nos diversos espaços sociais, aos quais estavam inseridas na educação, no trabalho, na saúde e na família.

Assim, o novo MLM, definiu como objetivo primordial abolir o patriarcado, ou seja, a supremacia masculina enquanto grupo que promove a exclusão sistemática

das mulheres, no exercício do poder na sociedade, além de desvalorizar permanentemente as mesmas em todos os papéis e tarefas, à elas atribuídas. Situação esta, que não era questionada no seio dos grupos nem da nova esquerda, e nem de outros movimentos ditos “radicais” (GOLDBERG, 1987).

A distinção entre os termos movimento feminista e movimento de liberação das mulheres, adquire sentido se pensarmos no contexto dos EUA, uma vez que, havia ao mesmo tempo dois tipos de mobilização de mulheres reivindicando o feminismo, onde o primeiro defendia uma orientação liberal explícita, e o segundo, se contrapunha a tal perspectiva. Já em países europeus, esses termos tenderam a se confundir a ponto de serem usados como sinônimos, visto que, de acordo Goldberg (1987), na década de 1960, não havia uma mobilização expressiva de mulheres que se autodenominassem feministas e que atribuíssem a esse termo uma conotação de caráter apenas igualitário e progressista. Nesses países, as feministas fundadoras de movimentos de liberação, tiveram que se contrapor à setores da esquerda, que defendiam uma outra nomenclatura, a saber, “movimento de mulheres”, que significaria a organização feminina subordinada aos objetivos partidários, mas que não eram nomeadas feministas.

Muitas dessas militantes, do então movimento de mulheres, num momento posterior a partir do novo feminismo, ou seja, das discussões acerca do patriarcado, tiveram um papel fundamental para debater internamente, dentro das organizações políticas que estavam inseridas, o que em alguns casos provocou dissidências, e ou o abandono da militância nas referidas organizações. O Movimento de Liberação das Mulheres se desdobrou em duas orientações principais: o feminismo radical e o feminismo marxista ou socialista, a diferença entre essas duas vertentes, era principalmente na forma de conceber o “patriarcado”, e na perspectiva de organização que deveria ser adotada para combatê-lo. Ambas, defenderam a ideia de que os sexos feminino e masculino, dizem respeito além de realidades biológicas, à categorias construídas socialmente, os gêneros (*idem*).

O feminismo radical apostava como uma de suas metodologias de atuação na promoção de grupos de autoconsciência, para proporcionar que as próprias mulheres percebessem as opressões que sofriam em seus meios, por meio de suas

experiências e trajetórias pessoais (GOLDBERG, 1987). Somado a isso, as *Radfem*⁴ apostavam nesta metodologia para que essas participantes passassem de “objetos de estudos” dos cientistas sociais e psicólogos à sujeitos, “autoridades” especialistas no conhecimento sobre elas próprias. Segundo Goldberg (1987), dessa forma, inúmeros fatos isolados e problemas individuais uma vez tido a visibilidade necessária assumiriam uma dimensão real e crucial por meio das informações que circulariam nos grupos como:

Dados sobre abortos clandestinos, sobre a violência no interior de relações familiares, sobre estupros etc. E uma vez rompido o sigilo, esses fatos da esfera “privada” se tornariam públicos, e por conseguinte, passíveis de se transformar em bandeiras de luta, de ser percebidos como fatos sociais políticos (GOLDBERG, 1987, p.7).

Para Hollanda (2019), enquanto o feminismo europeu e nos Estados Unidos lutava pelo sonho de liberdade nos anos de 1960, no Brasil as mulheres militantes geralmente vinculadas à esquerda ou a ala da igreja católica mais progressista estavam lutando juntamente com outros movimentos sociais contra a ditadura para além das questões específicas de mulheres. De um lado o Partido Comunista reivindicava prioridade de uma luta que ultrapasse as questões femininas tidas por ele como secundárias, de outro a igreja entrava em conflito com questões relacionadas a sexualidade e direito ao aborto.

Os estudos feministas nos Estados Unidos na década de 1960 emergiram de lutas e protestos do feminismo acadêmico contrário ao conservadorismo nas universidades confrontando “[...] a organização profissional nas universidades, a composição do cânone teórico e literário, o conservadorismo dos fundamentos das ciências sociais (HOLLANDA, 2019, p.11). Já no Brasil, conforme elucida a autora, os estudos acadêmicos sobre a mulher se alojaram em diversos departamentos e disciplinas, principalmente nas ciências sociais, buscando um reconhecimento científico “[...] deixando perigosamente naturalizadas as questões relativas ao saber masculino enquanto sinônimo de saber universal” (HOLLANDA, 2019, p.11).

Ainda em contraponto com os estudos feministas internacionais, nossas pesquisadoras feministas privilegiaram uma pauta mais

⁴Feminismo Radical.

afinada com o discurso das esquerdas do que aquelas referentes ao aborto, à sexualidade, ao planejamento familiar, questões que não foram silenciadas, mas que permaneceram no âmbito das discussões privadas dos grupos de reflexão. Não é certamente por acaso que muitas de suas analistas nomeiem esse primeiro momento de “feminismo bem comportado”. Outras estudiosas defendem ainda que o feminismo acadêmico é anterior ao ativismo feminista no Brasil, como comprovam a presença já na década de 1960 e início da década seguinte, de Heleieth Saffioti, Eva Blay, Carmem Barroso e Neuma Aguiar e seus trabalhos em centros acadêmicos de excelência (HOLLANDA, 2019, p.11).

Segundo Goldberg (1987), o Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) associação que detinha o monopólio do movimento feminista no Brasil no Rio de Janeiro desde 1975 havia incorporado expressões a exemplo de “novo feminismo” e “movimento de mulheres”, termos que pareciam não romper com a velha concepção marxista de um feminismo como um mero fenômeno pequeno burguês importado do estrangeiro.

As “novas mulheres” não se consideravam feministas, e as “novas feministas” veiculavam uma concepção de político e uma forma de atuação política obsoletas ainda que entre elas houvessem aquelas preocupadas com a melhoria da situação das mulheres e ou dispostas a lutar em prol de uma sociedade igualitária sobre todos os aspectos (GOLDBERG, 1987).

A denominada quarta onda, a partir da década de 1970, foi o momento de maior amadurecimento acadêmico e político do movimento feminista, quando as mulheres tiveram que lutar tanto por seus direitos, quanto contra a ditadura, de onde decorre o protagonismo da imprensa feminista e das mulheres que compunham o seu corpo editorial (SILVA, 2009), movimento que desdobraremos no tópico a seguir.

Diferentemente dos novos movimentos de liberação da mulher surgidos nos EUA e em países europeus em finais dos anos de 1960, no Brasil as categorias de gênero e patriarcado eram muito pouco utilizadas para definir ou caracterizar a situação das mulheres, da mesma forma a prática de grupos de autoconsciência⁵ (GOLDBERG, 1987).

⁵Os grupos de autoconsciência, segundo Goldberg (1987), foram criados por feministas radicais que tinham por objetivo a desnaturalização dos efeitos do patriarcado imperceptíveis para a grande maioria das mulheres consistia basicamente na organização de pequenos grupos, cujas reuniões buscavam evidenciar as experiências pessoais das participantes e confrontá-las com as das demais,

Goldberg (1987) destaca que na década de 1970 encontrava-se em pleno processo de expansão e em uma complexa relação com o movimento feminista, uma área de “estudos sobre mulher” que já tinha adquirido certa legitimidade acadêmica e um grau de institucionalização avançado se comparado às pesquisadoras que desenvolviam “estudos feministas” em países europeus.

Ao tentar entender a constituição do movimento feminista no Brasil, Goldberg (1987) retoma a gênese do movimento feminista em sociedades liberais avançadas como os EUA e os países europeus ao longo da primeira metade dos anos de 1970. Para tal, enfatiza aspectos específicos relacionados à experiência do movimento de liberação das mulheres nessas regiões, sendo elas:

- 1 – A existência nessas sociedades de antiga tradição democrática e pluralista, de um campo de possibilidades para o surgimento e a convivência de projetos sociais alternativos;
- 2 – A forte conotação radical dos novos movimentos de liberação das mulheres;
- 3 – O caráter marcadamente epistemológico dos “estudos feministas” surgidos e consolidados inicialmente no campo do ensino, por impulso desses movimentos, desdobrando-se mais tarde num tipo de enfoque incorporado em pesquisas (GOLDBERG, 1987, p.4).

Nessas sociedades liberais avançadas o contexto que proporcionou a emergência dos novos Movimentos de Liberação das Mulheres (MLM) foi delineado entre outros fatores, pelos indícios, crescentes de crise do bem estar social capitalista, pelas mobilizações suscitadas pela guerra do Vietnã e pelo desmascaramento do “paraíso socialista” nos países do leste europeu. A “contracultura” e as lutas das minorias étnicas, a “revolução cultural” chinesa, a revolução cubana e as guerrilhas latino americanas se tornaram novos pontos de referência para os intelectuais de esquerda. Nesse período a intelectualidade inclinada às esquerdas passaram a dedicar-se à releituras do marxismo e se aproximar de contribuições teóricas até então consideradas à margem pelos agrupamentos políticos ortodoxos vinculados à União Soviética. Essa renovação teórica da esquerda incluiu as obras dos filósofos da Escola de Frankfurt, a fenomenologia, o interacionismo simbólico, a antropologia estrutural e a psicanálise,

o que deveria levá-las à constatação de que seus problemas não eram únicos e particulares mas que integravam toda a vivência social de opressão compartilhada por todas as mulheres.

o que proporcionou a emergência de novas temáticas e problemas como autonomia, as diferenças, o autoritarismo que segundo a autora retomou a subjetividade e repensou a relação entre indivíduo e sociedade (GOLDBERG, 1987).

2.2 A IMPRENSA FEMINISTA DA DÉCADA DE 1970

Ao tratar da trajetória da imprensa feminista no Brasil pós-1974, Cardoso (2004), a divide em primeira e segunda geração. O primeiro momento, segundo a autora, ocorre na década de 1970 e é caracterizado principalmente pela integração da imprensa feminista, à outros jornais com temas “à margem” da imprensa oficial ou de grande circulação, os chamados jornais alternativos. Por sua vez, o segundo momento ocorre entre os anos de 1980 e 1990, quando a imprensa feminista inaugura um novo patamar, a partir de seu crescente desenvolvimento. Assim, nessa década há a desvinculação da imprensa feminista da imprensa alternativa, e sua conquista enquanto campo autônomo.

O primeiro jornal a ser feito *por e para* mulheres a partir da década de 1970, foi o *Brasil Mulher (BM)*, vinculado a Sociedade de mesmo nome, criado no ano de 1975, por iniciativa da jornalista Joana Lopes e de Terezinha Zerbini⁶, além de mulheres militantes de esquerda, totalizando 16 edições. Segundo Leite (2003), o objetivo do jornal, era ser um espaço de reivindicações das mulheres frente às questões sócio-políticas do período. Côrrea (2001) elucida que, o jornal se constituiu inicialmente, como um veículo para a promoção da anistia no país, e somente em finais da década de 1970, se tornaria um jornal, - de fato -, feminista.

Leite (2003) destaca ainda, que a própria Terezinha Zerbini rejeitava a denominação “feminista” para o impresso, ao contrário da cofundadora do jornal, Joana Lopes, jornalista e assumidamente, militante feminista.

A postura de Zerbini, não era única no contexto da década de 1970, onde “mulher era assunto proibido” na imprensa, visto que, diversos jornais (da imprensa independente⁷ ou não) tiveram matérias ou edições inteiras censuradas por

⁶ Um dos principais motivos para a criação do jornal, foi a luta pela anistia. A organização de tal grupo de mulheres, se deu, principalmente, após a cassação do esposo de Terezinha Zerbini, o comandante do exército, Euryale de Jesus Zerbini.

⁷ Utilizaremos neste trabalho os termos “imprensa alternativa” e “imprensa independente” como sinônimos em oposição à imprensa de massa, imprensa de grande circulação e imprensa oficial.

“ousarem abordar as mulheres de maneira moderna” ou “pouco convencional”. Um exemplo de tal repressão quanto ao assunto mulher, é uma edição do jornal *Movimento*, que buscou construir uma espécie de dossiê sobre as mulheres brasileiras, abordando as dimensões públicas e privadas, com destaque para a mulher trabalhadora. Ao fim da pesquisa, o dossiê contava com 305 páginas, das quais 297 foram censuradas, inclusive gráficos do IBGE (*idem*).

Outro fator que pôde ter contribuído para a não utilização do termo feminismo no jornal *BM*, é segundo Leite (2003), a resistência em associar o termo à uma prática garantidora da igualdade entre os sexos por parte da sociedade, uma vez que, o feminismo foi difundido pela ditadura e outros setores da direita nacional como uma ideologia de caráter pejorativo. Desse ponto de vista, a utilização do termo “feminista” poderia impor ao jornal, um juízo prévio antes mesmo de seu conteúdo ser lido.

Sobre isso, a referida autora descreve, o quão difícil era a comercialização e divulgação do jornal, uma vez que as próprias bancas de revistas/jornais, tinham resistência de aceitar “jornais feitos por mulheres”, e ainda mais de expô-los na frente das bancas. Tal resistência moldou uma forma artesanal de produção e venda dos impressos, visto que, a entrega dos mesmos era feita “de mão em mão”.

Debértolis (2002) afirma que, o *BM* foi um divisor de águas no estilo reivindicatório da mulher militante, seguido por outro periódico contemporâneo, o *Nós Mulheres*, fundado em junho de 1976.

Em seu primeiro editorial, o jornal *Nós Mulheres* (1976, editorial), informa que, a ideia de criação de um jornal de vertente feminista, decorria da necessidade das mulheres terem um espaço próprio para debater questões de seus interesses, visto que, no período, poucos eram os espaços democráticos de expressão das mesmas.

O referido jornal, era destinado à todo o público feminino, conforme descrevem em seu editorial: eram donas de casa, intelectuais, assalariadas e educadoras, e lutavam, em prol da emancipação feminina em todos os agrupamentos sociais. Por ter uma orientação política inclinada às esquerdas, o jornal, cuja orientação criticou o posicionamento de mulheres conservadoras que apoiaram em 1964, a instauração do golpe civil-militar nas marchas da família, alertando de que as mulheres se conscientizassem que estavam sendo manipuladas por homens, e conduzidas por um ideal conservador de inferiorização feminina, além

de persuadidas por um discurso legitimador da ordem, que explora e domina as mulheres.

O referido jornal se propõe ainda, a mudar o *status quo* vivido pelas mulheres, uma vez que:

NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres [...] O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário [...] para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade [...] Mas, não é só. NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e ter o que calçar e **por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres pela sua emancipação** (NÓS MULHERES, 1976, editorial, grifo nosso).

As pautas privilegiadas nas edições, giravam em torno da realidade das mulheres brasileiras na década de 1970, que há pouco tempo vinham se aproximando das temáticas feministas, o que fazia com que, a maioria ainda estivesse atrelada à relação com o espaço doméstico e com a família, o que suscitava debates de temas referentes à: cotidiano, desigualdade salarial, questões étnico-raciais, educação dos filhos e etc.

O *Brasil Mulher*, como o *Nós Mulheres*, mantinha comunicação com o *Grupo latino-americano de mulheres em Paris*, associação de mulheres exiladas, que contribuía periodicamente com os jornais. É nesse momento, que ambos os jornais, começam a ter, ainda de que forma incipiente, algumas temáticas mais amplas, que tratavam da mulher, de um ponto de vista teórico. Teles e Leite (2013), destaca a importância de tais jornais feministas, que firmaram compromissos históricos, na luta contra às formas de opressão feminina, e em prol da justiça, e igualdade social, em consonância com os ideais e princípios do movimento feminista.

No início da década de 1980, com a consolidação dos estudos sobre a mulher, no campo das ciências sociais, emergirá um novo jornal feminista, pioneiro

na missão de aliar a militância feminista, com o recente feminismo acadêmico: o jornal *Mulherio*.

Na seção seguinte, nos debruçaremos sobre a presença das fundações nacionais e internacionais no Brasil da década de 1980, e seu papel na institucionalização das ciências sociais, sobretudo, na área de pesquisa do feminismo acadêmico.

3 O PAPEL DAS FUNDAÇÕES NO FINANCIAMENTO BRASILEIRO SOBRE OS “ESTUDOS DA MULHER”

Uma fundação se constitui como uma instituição criada majoritariamente por via de doações, denominadas assim filantrópicas, podendo ser formalmente definidas como organizações não-governamentais sem fins lucrativos, pois possuem fundos próprios e estabelecem uma relação de ajuda social, educacional, religiosa, conservando desse modo interesses públicos. O foco que damos neste trabalho para tais se justifica pelo fato do nosso objeto de pesquisa (O jornal *Mulherio*) ter sido constituído a partir do financiamento de fundações nacionais e dos Estados Unidos, a exemplo da Fundação Ford.

Esta fundação como outras organizações de origem estadunidense, segundo Rocha (2015) atuam como multiplicadores, uma vez que proporcionam a reprodução de modelos de desenvolvimento e políticas sociais que são incorporados e disseminados por seus financiadores. Essas políticas sociais teriam como objetivo minimizar os impactos causados pelo acirramento das relações capitalistas garantindo o pleno desenvolvimento de determinados países amortecendo conflitos entre a classe trabalhadora e a elite empresarial.

Vale destacar que frequentemente as fundações direcionaram suas ações ao fomento e/ou financiamento de atividades científicas. De acordo com Marinho (2005), a Fundação Rockefeller foi a primeira fundação no Brasil que consolidou o

campo de atuação que posteriormente foi denominado como “filantropia científica” definido como a destinação de recursos privados para atuação em atividades de interesse público nesse caso específico, para a produção do conhecimento científico em institutos de pesquisa e até mesmo nos departamentos universitários.

Criada nos Estados Unidos em 1913, a Fundação Rockefeller (FR) teve como objetivo reunir e centralizar as ações e “o espírito filantrópico” do patriarca John Dawson Rockefeller, cujas doações vinham sendo praticadas de forma sistemática e em escala crescente desde o final do século XIX. Ainda segundo Marinho (2005), a partir de 1889 há uma mudança no caráter das ações filantrópicas promovidas pela família Rockefeller direcionando recursos para a criação da Universidade de Chicago (UC) que nos anos subsequentes tornou-se uma das principais instituições de ensino superior e pesquisa dos EUA.

A Universidade de Chicago nasceu como um projeto de instituição de ensino superior da Igreja batista na qual Rockefeller era membro. A criação desta universidade conduziu ao relacionamento entre o empresário e Frederick Gates, então ministro da Igreja Batista e chefe administrativo da sociedade americana de educação batista, sendo o responsável na UC pela intermediação dos donativos de Rockefeller para a universidade. A partir de 1892, o pastor assumiu o papel de principal conselheiro do milionário tanto nos negócios quanto nas atividades filantrópicas, sua atuação tem sido reconhecida historicamente como sendo o ideólogo responsável pela implantação do modelo de filantropia racional e em larga escala, característico da família Rockefeller modelo que resultou num padrão para outras fundações nas primeiras décadas do século XX. A fundação tinha definido um programa de atuação baseado no que se considerava as áreas primordiais para o “progresso da civilização ocidental”, que incluíam além da educação, ciência e saúde, a moral e a religião (MARINHO, 2005).

O investimento das fundações em educação é considerado como aquele que tem maior retorno em termos sociais e econômicos (PSACHAROPOULOS, 1983). A ênfase dada pelas fundações à educação, considerada como área estratégica para atuação, pode estar associada ao fato dela integrar-se aos processos de transformação social, podendo ser um instrumento de dominação ou reprodução de uma ordem social estabelecida pelas classes dominantes (ROCHA, 2015, p.17).

Em 1913, de acordo com Marinho (2005), o próprio Rockefeller optou por consolidar as áreas de educação e saúde, que até então vinham sendo as áreas de recursos prioritários a fim de reforçar o trabalho da instituição. Além da escala global a atuação da Fundação Rockefeller (FR) assumiu entre os anos de 1920 e 1940 um caráter de filantropia científica, sendo apontada junto com a *Carnegie Corporation* como responsáveis pelo deslocamento do eixo da produção científica da Europa para os EUA, por meio da destinação de recursos em programas específicos de pesquisa. No contexto internacional, no mesmo período, como também nas décadas seguintes, a FR ajudou a construir e implantar uma rede de instituições científicas que baseadas na excelência proporcionaram a difusão e consolidação desse padrão.

Para além da família Rockefeller outros empresários donos de grandes fortunas ainda na segunda metade do século XIX contribuíram para a criação de várias universidades, fundações, institutos e bibliotecas construindo assim por meio do financiamento ao ensino e a pesquisa a chamada “infraestrutura acadêmica” estadunidense. No entanto, a presença e atuação da FR em países da Europa, América Latina, Oriente Médio e Sudeste Asiático tem sido associadas à expansão dos interesses econômicos dos Estados Unidos por todo o planeta (MARINHO, 2005, p.55).

Isso porque após a segunda guerra mundial, desenvolveram-se mecanismos de combate a expansão comunista, a partir da revolução cubana e ascensão do governo de Fidel Castro, os EUA intensificaram a atuação na América Latina, buscando melhorar indicadores socioeconômicos da região como forma de frear o crescimento de alternativas socialistas. Entre as medidas propostas, pensou-se em primeiro lugar na melhoria da produtividade agrícola, no estabelecimento do livre comércio, modernização das redes de telecomunicação, planos de infraestrutura e moradia, melhoria de condições sanitárias, como também em políticas educacionais focadas na erradicação do analfabetismo e na implementação de medidas econômicas visando o controle da inflação e a cooperação monetária (ROCHA, 2015, p. 53).

Já no período da Guerra Fria, ressalta Rocha (2015), sobretudo, a partir dos anos de 1950, com o objetivo de restringir a disseminação dos ideais soviéticos, os EUA enquanto potência global se utilizou da atuação das fundações privadas

estadunidenses para auxiliar sua luta contra a “ameaça comunista”. Nesse cenário destaca-se a Fundação Ford, que entre outras agências de fomento inaugurou um novo modelo de doação e intervenção financiando pesquisas de modo mais “participativo e democrático”. Os conselheiros da Fundação Ford (FF), sugeriram que esta evitasse repetir as atuações das fundações *Carnegie* e *Rockefeller*, uma vez que estas tinham uma rígida divisão disciplinar das áreas que atuavam, característica considerada problemática na atuação destas fundações. Assim, a FF estabeleceu programas temáticos orientados por preocupações das ciências sociais aplicadas evitando assim a segmentação disciplinar proposta pelas outras agências de fomento.

A Fundação Ford, foi criada em 1936 nos EUA por Edsel Ford, filho de Henry Ford, inicialmente concebida para evitar o fracionamento da fortuna familiar e o pagamento de novas alíquotas de impostos. Nos primeiros anos suas atividades se concentraram em ações dentro do próprio país especificamente no Estado de Michigan – EUA, com o objetivo de utilizar os recursos da própria fundação para recapitalizar as ações da *Ford Motor Company*, o que gerou uma pressão tanto do congresso estadunidense quanto de outras fundações para que estabelecesse uma agenda filantrópica que justificasse a isenção de impostos da FF (RAYNOR, 2000 apud ROCHA, 2015).

Entre 1948 e 1949, após o falecimento de Edsel Ford, os administradores da FF elaboraram um programa de atuação para executar os propósitos mais amplos, planejados por seus fundadores, tal programa funcionou como uma estratégia de divulgação da fundação, tendo como objetivo atrair investimento e divulgar uma imagem positiva desta, uma vez que apesar de sua formação em 1936 a Fundação Ford atuava somente nos EUA, fomentando ações isoladas e pouco sistematizadas. A partir da década de 1950, foi elaborado e formalizado novas metas de atuação da entidade na forma de uma carta com diretrizes publicadas e distribuídas ao público no mesmo ano. Tais diretrizes determinavam que os recursos deveriam ser utilizados para finalidades científicas, educacionais e de caridade, com fins ao bem estar público a vários tipos de organizações norte-americanas e estrangeiras (*idem*).

O relatório Gaither (1949) é formado por cinco programas (paz, democracia, economia, educação na sociedade democrática, desenvolvimento individual e

relações humanas) avançados para o bem estar humano, na qual em síntese podemos destacar:

- Contribuições significativas para a paz mundial e o estabelecimento de uma ordem mundial do direito e da justiça;
- Assegurar maior fidelidade aos princípios básicos da liberdade e da democracia na solução dos problemas insistentes de uma sociedade em constante mudança;
- Avançar no bem estar econômico das pessoas em todos os lugares e melhorar as instituições econômicas para a melhor realização dos objetivos democráticos;
- Fortalecer, expandir e melhorar as instalações de ensino e métodos para permitir que os indivíduos possam se utilizar plenamente de seu potencial intelectual promovendo maior igualdade de oportunidades educacionais e conservando e aumentando o conhecimento;
- Aumentar o conhecimento dos fatores que influenciam ou determinam a conduta humana e estender esse conhecimento para o benefício da sociedade.

Ainda neste relatório, estabeleceu-se como sugestão do Comitê responsável que a FF priorizasse firmar-se enquanto instituição por meio da patronagem às ciências sociais e da instrumentalização destas disciplinas visando dois objetivos principais: a paz internacional e o bem estar social. Para Chaves (2011), a FF deveria instigar entre seus parceiros e beneficiários sua proposta particular de civilização e boa sociedade o que nos termos do Comitê responsável significava um ambiente de paz internacional livre de ameaças totalitárias de esquerda e de direita e de formas de atuação política beligerante ou não democráticas.

O autor, endossa ainda que a ideia de “boa vida” resultaria necessariamente do gozo das liberdades políticas, da posse de segurança civil e militar, da libertação da privação econômica, do acesso a instrumentos de ilustração e entretenimento e da existência de dispositivos na civilização que prevenisse contra a violência visando a resolução dos conflitos. Assim foram incorporadas a lista de investimentos prioritários da FF todas as populações que segundo o relatório, estariam distantes

do modelo de “boa vida” estadunidense “[...] nesse conjunto de populações foram perfiladas as ‘minorias’ norte-americanas e os habitantes das regiões ‘atrasadas’ do planeta escolhidas por estarem distantes da forma modelar da boa vida” (CHAVES, 2011, p.31), ou seja, neste grupo seriam privilegiados estudos que tivessem como temáticas centrais: direitos humanos, condição das mulheres, dos negros e dos indígenas como todos aqueles que não se encaixavam no parâmetro de vida social ascendente dos EUA

O fomento ao desenvolvimento de instituições, novas teorias, canais de publicação de pessoal e elites profissionais de ciências sociais seria abordado como investimento da Ford em instrumentos de combate aos males e perigos políticos por ela associados ao “atraso” destes segmentos externos ao *mainstream*. O investimento na formação de lideranças intelectuais e quadros técnicos em ciências sociais era parte da aposta da fundação na agenda “desenvolvimentista” das sociedades do pós-guerra (CHAVES, 2011, p.31-32).

Assim, a formação de uma intelectualidade da área de ciências sociais, foi utilizada como um instrumento profícuo para a interpretação e construção de soluções para os problemas sociais atribuídos a pobreza. Nesse sentido “[...] a privação de material foi avaliada (pela FF), como estimulante natural das formas belicosas e autoritárias de articulação política” (CHAVES, 2011, p.32). As ciências sociais seriam patrocinadas com o objetivo de lastrear projetos políticos que possibilitassem soluções e estratégias de “desenvolvimento” que diriam respeito não apenas ao progresso econômico como também à medidas de segurança à ordem social.

O comprometimento da Fundação Ford com as estratégias de abordagens a intelectuais fez com que esta se tornasse a primeira fundação a ser incorporada às ações do Programa de Doutrinação dos EUA (*U.S Doctrinal Program*), por ter sido reconhecida pelos órgãos do governo estadunidense como sendo uma vanguarda para atividades de atração a intelectuais da Índia, Norte da África, América Latina e Europa Ocidental, regiões historicamente resistentes a um alinhamento com o governo dos EUA (*idem*).

Segundo Faria e Costa (2006), foi a partir de 1952 com a direção de Paul Hoffman que a FF expandiu-se, se tornando uma fundação de alcance internacional, em 1953 Hoffman foi substituído por Robert Maynard Hutchins da Universidade de

Chicago defensor das liberdades civis, tendo sido alvo de críticas da direita anticomunista, o que implicou em investigações do congresso estadunidense e campanhas na mídia contra a direção da Ford, nesse mesmo período em que se expandiram as suas doações para países da Ásia, África e América Latina.

O interesse de setores do governo estadunidense especificamente da CIA e do Departamento de Estado na FF estava centrada em três aspectos de sua atuação:

- a) Sua agenda educacional então comprometida com a construção e a implantação de programas de reforma universitária que atendessem satisfatoriamente à formação de elites intelectuais e dirigentes, **a divulgação do saber acadêmico e a incorporação seletiva de “minorias sociais”**;
- b) Seu compromisso com o anticomunismo e com o **suporte à propostas intelectualmente sofisticadas de crítica ao marxismo**;
- c) Sua atuação como canal de interlocução e **mediador político entre órgãos governamentais e não-governamentais** e entre essas duas instâncias e os grupos intelectuais e estudantis. (CHAVES, 2011, p.65-66, grifo nosso).

A partir da década de 1960 a Fundação Ford iniciou a sua atuação de apoio a pesquisas científicas nos seguintes países da América Latina: Argentina, Colômbia, Chile, Brasil e México, seguindo uma agenda de inúmeras iniciativas nas áreas de: intercâmbios, promoção de eventos e concessão de bolsas de estudos além da proposta de fundar e desenvolver institucionalmente órgãos editoriais acadêmicos e de classe. Com isso, os profissionais como também as instituições das áreas de ciências sociais, economia e relações internacionais foram especialmente privilegiados, sobretudo, aqueles envolvidos na produção de conhecimento especializado acerca do comunismo bem como sobre as regiões geográficas incluídas no “cardápio” de preocupações da política externa estadunidense.

3.1 AS FUNDAÇÕES FORD E CARLOS CHAGAS E AS PESQUISAS ACADÊMICAS NO BRASIL

Criada por volta de 1738, a primeira atividade similar a de uma Fundação privada se constituiu enquanto tal quando Romão de Matos Duarte destinou parte de seus bens para à formação de um fundo de auxílio pertencente a Santa Casa de Misericórdia, em prol de órfãos da cidade do Rio de Janeiro. Ainda que a fundação

não tivesse uma personalidade jurídica própria, o patrimônio tinha uma destinação e finalidade social definida (GRAZZIOLI, 2011).

O marco legal brasileiro que abarcou um modelo jurídico em seu contexto próximo ao fundacional ocorreu somente com a Lei nº 173 de 10 de setembro de 1893, essa legislação garantiu personalidade jurídica a entidades com finalidades “religiosas, morais, científicas, artísticas, políticas e etc.” considerando ainda associações. (GRAZZIOLI, 2011, p.28). Contudo, foi a partir do código de 1916 que o ordenamento jurídico brasileiro inseriu o modelo fundacional com disposições no molde atual renovado com poucas alterações no ano de 2002.

No Brasil, a Fundação Ford, abriu o escritório no Rio de Janeiro em outubro de 1962, concedendo as suas primeiras doações a universidades públicas e instituições do governo brasileiro. Já nessa fase de implantação do escritório da FF no Brasil, já podemos perceber uma articulação desta com fundações nacionais, ainda em 1962 foi concedido um total de quase três milhões de dólares a um programa de formação em administração pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Importante reiterar que a FGV⁸ juntamente com a Fundação Carlos Chagas (FFC) se constituíram nas duas principais instituições fundacionais de pesquisa donatárias da Fundação Ford (BROOKE, 2002).

A FCC é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos criada em 1964, em São Paulo, a partir do ensejo de ampliação institucional dos fundadores do Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas – CESCEM, (centro criado em 1963 para reunir escolas superiores de São Paulo a partir da concepção de uma educação moderna e tecnológica). A FCC com objetivos mais amplos do que a CESCEM, foi criada para atuar em duas grandes áreas: avaliação, concursos e processos seletivos e pesquisa em educação. Por meio do Departamento de Pesquisas Educacionais fundado em 1971, passou a realizar pesquisas socioeducativas dedicando a programas de investigação sobre temas direto ou indiretamente relacionados a educação envolvendo: avaliação, seleção de pessoas, políticas públicas, formação e trabalho docente, direitos sociais, relações

⁸ A Fundação Getúlio Vargas, sediada no Rio de Janeiro foi fundada em 20 de dezembro de 1944. É uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, tendo como objetivo de ser um centro voltado para o desenvolvimento intelectual do país e preparar pessoal qualificado para administração pública e privada no país (FGV, 2020).

etárias, de gênero e raciais, tendo como uma das principais parceiras a Fundação Ford (FCC, 2020).

A principal área de formação intelectual da FCC com financiamento da FF foi a área de ciências sociais, que de acordo com Keinert e Silva (2010) articulou os ideários estadunidenses estimulados pela Fundação Ford. A partir dos anos de 1960 os eixos Rio-São Paulo e Belo Horizonte estiveram formando quadros intelectuais de construção da história política brasileira a partir da defesa democrática aos moldes dos EUA. Tratou-se de uma perspectiva complexa dado ao contexto ditatorial vivido pelo Brasil que trouxe aos pesquisadores deste país reflexões e análises que de um lado compreendia as razões ligadas a emergência do autoritarismo e de outro tentava traçar uma plataforma política que orientasse o Brasil na recomposição de um governo democrático.

Os perfis intelectuais formados estariam em consonância com os denominados novos parâmetros de cientificidade, e desenvolvimento do país, formulados especialmente no âmbito das ciências sociais praticadas nos Estados Unidos e com isso deu-se grande ênfase as pesquisas quantitativas como suporte as pesquisas sociais realizadas. Para além disso, foi incentivado um quadro maior de trocas acadêmicas por meio de redes científicas internacionais tendo como principal articuladora a Fundação Ford que estava imbuída de exportar

[...] um modelo de organização do trabalho intelectual que adquiria sentido no âmbito de um projeto mais abrangente de hegemonia cultural dos Estados Unidos para a América Latina, cujas motivações iniciais se associavam às tensões ligadas ao contexto da Guerra Fria, agravadas ainda mais após a eclosão da Revolução Cubana em 1959. Espécie de ação profilática contra a disseminação da suposta influência do comunismo na região, a atuação da Fundação Ford punha em prática as diretrizes definidas pela política externa do governo norte-americano, que adquiriu feição com o lançamento da campanha “Aliança para o Progresso”, elaborada sob a presidência de John Kennedy. O ideário desenvolvimentista constituía o eixo articulador dessa política de “assistência” às chamadas nações subdesenvolvidas. Diferentemente da estratégia adotada para regiões como África, Ásia e Oriente Médio, que envolveu prioritariamente auxílio a órgãos governamentais, a orientação seguida pelas primeiras “missões” da Fundação Ford na América Latina optou pelo investimento em instituições acadêmicas (KEINERT, SILVA, 2010, p.81).

Para Adorno e Cardia (2002), o papel da FF no contexto das décadas de 1960 e 1970 foi de garantir a sobrevivência do pensamento crítico no país em um contexto sócio político adverso, para tal a fundação se utilizou de investimentos estratégicos na formação de uma comunidade de pesquisadores e cientistas sociais e ainda que os autores garantem que não houvesse uma orientação no sentido de realizar pesquisas estritamente voltadas para os Direitos Humanos, essa temática esteve presente nas propostas para estimular a formação de quadros com propósito de analisar os problemas sociais brasileiros essencialmente àqueles decorrentes das desigualdades sociais.

O escritório da FF no Brasil nos anos de 1960, conforme ressalta Brooke (2002), dedicava-se principalmente à criação e suporte de projetos sediados nas universidades por meio de doações feitas às próprias instituições ou a agências financiadoras do governo como o Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o objetivo bem definido de financiar programas de bolsas, bem como o desenvolvimento de atividades de pesquisa e formação.

Assim, por meio de doações à fundações como a FGV, escolas técnicas federais e à departamentos de governo, o escritório financiou a criação de uma infraestrutura do ensino superior visando capacitar profissionais, além de propiciar as tecnologias que sustentassem o desenvolvimento brasileiro, reforçando o diagnóstico predominante na época de que o “[...] subdesenvolvimento era produto principalmente da insuficiência de conhecimentos e da inadequação de gastos na formação de recursos humanos em áreas cruciais para o crescimento econômico” (BROOKE, 2002, p.23).

Com base nas informações extraídas do relatório da Fundação Ford de 2013, Rocha (2015), sintetizou os interesses e períodos de atuação dessa instituição no país da seguinte forma:

Figura 1 - Áreas prioritárias da Fundação Ford



Fonte: Extraído da tese de Ednéa Rocha, 2015, p.75.

Na década de 1970 há um aumento significativo do volume de recursos doados às ONGs, se nos anos sessenta estas ocuparam um total de 4% do volume de doações, esse quantitativo sobe para 13% na década seguinte. Contraditoriamente, o aumento de doações à organizações não governamentais não significa uma diminuição dos investimentos no ensino superior (ES), ao contrário, nesta década a um comprometimento ainda maior da FF com o ES.

Isso se deve a criação e apoio de associações acadêmicas durante a década de 1970 entre elas a Associação de Centros Brasileiros para o ensino e pesquisa em economia, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, e no final da década a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Criadas para servirem de fóruns acadêmicos independentes no intuito de aprimorar a qualidade do ensino da pesquisa fora do alcance repressivo das autoridades universitárias e de recurso estratégico para divulgar a boa prática na gestão dos cursos de pós-graduação o apoio a essas associações representou um componente adicional no compromisso da Fundação com o desenvolvimento da universidade (BROOKE, 2002, p.25).

Assim, é possível perceber uma nova tendência presentes nos anos de 1970 que estimula a pesquisa universitária acadêmica, mas não necessariamente dentro da instituição universitária, um exemplo disso é o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, que segundo o autor supracitado, por mais que para fins de classificação se constitua enquanto uma organização não governamental, foi donatária da Fundação Ford duas vezes somente no ano de 1975, totalizando o valor de 2,4 milhões de dólares o que revela um comprometimento prioritário com o campo das ciências sociais. O CEBRAP foi inicialmente idealizado como um instituto

não governamental de pesquisa em ciências sociais por professores especialistas que no período ditatorial foram sumariamente aposentados em decorrência de perseguição política da Universidade de São Paulo – USP no ano de 1969. Tal agrupamento se constituiu como uma vanguarda do pensamento socio político independente, um ator fundamental no processo de redemocratização brasileira.

O período de 1965 até 1979 marcam o que Adorno e Cardia (2002) chamam de segunda fase de investimentos da FF, período que coincide com o momento mais agudo da ditadura e com os movimentos de retorno a democracia. Neste momento, os investimentos tinham por objetivo a reconstrução do Estado de direito e da sociedade democrática no Brasil. O discurso filantrópico difundido era o de justificar que essas pesquisas financiadas fortaleceriam o desenvolvimento e fortalecimento de valores democráticos com o objetivo de manter a ordem social, econômica e cultural que não pendesse nem para os discursos de extrema direita e muito menos para os “extremismos” de esquerda. Os principais focos de atuação foram os institutos de pesquisa.

A tabela a seguir, informa os valores de doação em dólar da Fundação Ford para cada tipo de organização entre as décadas de 1960 e 1980:

Tabela 1 - Valores doados por tipo de organização e por década em dólares de 2001

<i>Tipo de Organização</i>	<i>1960-1969</i>		<i>1970-1979</i>		<i>1980-1989</i>	
Academia brasileira	77 081 014	71%	44 892 705	51%	18 583 332	45%
ONGs brasileiras	4 824 172	4%	11 664 255	13%	15 194 700	37%
Governo brasileiro	18 698 705	17%	3 636 006	4%	1 643 695	4%
Organizações dos EUA	5 110 924	5%	1 145 374	1%	103 258	0%
FAPs/Doações individuais	3 181 023	3%	26 832 304	30%	3 916 666	10%
Outros	49 020	0%	270 270	0%	1 722 393	4%
Total por década	108 944 858	100%	88 440 914	100%	41 164 044	100%

Fonte: Relatórios da Fundação Ford apud BROOKE, 2002, p.24.

De acordo com Rocha (2015) é possível traçar os períodos e principais donatárias que receberam fomento da FF entre as décadas de 1960 e 1980 as doações prioritárias foram para as áreas de educação, desenvolvimento, saúde e ciências sociais.

Tabela 2 - Principais instituições donatárias da Fundação Ford (1960-1980)

Período dos convênios	Instituições	Área de conhecimento
1966-1984	Universidade Federal de Minas Gerais / Departamento de Ciência Política (UFMG/DCP)	Ciência Política
1967-1975	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Ciência Política
1967-1989	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)	Ciência Política e Sociologia
1968-1989	Museu Nacional/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	Antropologia
1969-1987	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - São Paulo (CEBRAP) (única instituição Política a receber doações de US\$ 750.000 em 1975)	Economia, Demografia, Sociologia e Ciência Política
1970-1984	Universidade Federal de Pernambuco /Programa Integrado, Mestrado em Economia e Sociologia (UFP/Pimes)	Mestrado em Economia e Sociologia
1972-1988	Universidade Nacional de Brasília (UnB)	Antropologia
1978-1989	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)	Antropologia, Sociologia e Ciência Política
1979-1989	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - São Paulo (CEDEC)	Ciência Política e Sociologia
1982-1990	Fundação Carlos Chagas/São Paulo	Estudos sobre mulheres

Fonte: Extraído da tese de Ednéa Rocha, 2015, p.77, grifo nosso.

Adorno e Cardia (2002), classificam o período que vai de 1980 até 1982 como a terceira fase de destinação de recursos da FF, no qual há uma formulação do programa de direitos humanos que passam a ser financiados com recursos próprios com o intuito de ampliar a justiça social e a defesa dos direitos humanos,

especialmente a de minorias desfavorecidas. Uma das metas era ajudar a reduzir a desigualdade através da inclusão social de grupos vulneráveis da sociedade, ao mesmo tempo que promovia estudos e análises voltados para a remoção efetiva do entulho autoritário e principalmente ao ajustamento das instituições ao modelo democrático de sociedade e de Estado.

Durante toda a década de 1980 aprofundou-se a contribuição da Fundação Ford para a transição democrática. O escritório do Brasil apoiou os grupos que estavam a margem dos novos acordos e identificou as demandas sociais que acompanhariam o retorno do país ao estado de direito, bem como a necessidade de recompor os mecanismos de participação democrática para uma sociedade constringida durante a vigência do governo autoritário (ADORNO, CARDIA, 2002).

Ainda na década de 1980, o Programa de Direitos Humanos (PDH) avançou na reflexão e densidade das questões levantadas, nos anos anteriores o PDH postulava que o retorno a democracia por si só garantiria a redução da desigualdade social. A partir da segunda metade dos anos 1980 o questionamento norteador do programa é em que momento do processo de democratização a proteção dos direitos se estenderia para todos os cidadãos? E quais os meios de garantir essa extensão? (*idem*)

Assim, os anos oitenta marcaram um período de menores desembolsos o que implicou numa queda de financiamento para as universidades e outras instituições acadêmicas que passou do recebimento de 44,4 milhões de dólares para 18,6 milhões no curso da década. Tal modificação confirma uma mudança de ênfase iniciada ainda no final dos anos de 1970, onde há uma triplicação na proporção de recursos canalizados para organizações não governamentais (BROOKE, 2002).

A FF encontraria as respostas para os questionamentos anteriores no fortalecimento das ONGS que representassem os grupos sociais mais vulneráveis (mulheres, negros, índios e pobres) e no financiamento da pesquisa voltada para análise e documentação das condições de vida e violações dos direitos desses grupos. No entanto, tinha-se a necessidade de que tais dados levantados convergissem em propostas de mudança o que significava capacitar grupos tradicionalmente excluídos para participarem da análise de dados sociais de forma que pudessem opinar e registrar suas demandas de mudanças sociais. Curiosamente, “[...] nos documentos do período não há menção de qualquer apoio a

cursos de pós-graduação voltados para as questões feministas” (ADORNO, CARDIA, 2002, p.213).

Embora estejam incluídas entre as organizações não governamentais, as associações acadêmicas supracitadas o grupo cada vez maior de ONGs donatárias da FF passou agora a contar com outros parceiros que se enquadravam na definição de “grupos minoritários ou vulneráveis” como: Associação Profissional dos Empregados Domésticos – APED, Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER, Centro Cultural Luís Freire – CCLF, Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH, Grupo Cultural Olodum e a Comissão de Defesa do Índio de São Paulo o que reflete uma ampliação de atividades da sociedade civil na luta por redemocratização como também enseja a decisão da Fundação Ford de lastrear toda uma gama nova de grupos e problemas sociais como por exemplo a reforma agrária, identidade cultural, direito dos índios, preconceito racial e direitos da mulher (BROOKE, 2002).

3.2 O FINANCIAMENTO DA FUNDAÇÃO FORD AOS ESTUDOS SOBRE MULHERES

A Fundação Ford financiou estudos sobre a mulher nos Estados Unidos desde 1972, no Brasil a referida fundação passou a verificar o interesse pela temática entre os pesquisadores nacionais a partir de 1974 e gradativamente foi crescendo a sua atuação no país no que concerne as pesquisas sobre mulheres. Em certos círculos a Ford dispunha de bastante credibilidade em decorrência de sua política liberal que apoiava diferentes correntes do pensamento e de promoção da autonomia para os pesquisadores financiados, grande parte dessa credibilidade decorreu do apoio concedido aos professores cassados em 1968 e a criação do CEBRAP (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985).

Por outro lado, em outros círculos, sobre a Fundação Ford ainda pesava o seu passado que segundo as autoras supracitadas seria: “um conhecimento insuficiente para distingui-la das políticas impositivas defendidas por outras agências” (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985, p.11). Além disso, para elas outros fatores contribuíram para a ambiguidade da comunidade acadêmica em relação à Ford: a atuação da CIA no golpe de 1964 e na repressão em toda a América Latina

colocava sob suspeita qualquer iniciativa estrangeira no país. Somado ao aparente perfil dos funcionários da FF que segundo as autoras se caracterizavam por serem muito bem informados o que pode ser interpretado de forma dúbia, uma vez que:

A estranheza diante das iniciativas da Ford da lugar a convicção de que suas motivações só poderiam ser as mais condenadas se não espionagem pura e simples, cooptação dos focos de resistência à expansão do imperialismo, seja através da “compra” direta de suas lideranças ou através de atenuação dos efeitos mais danosos da exploração capitalista (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985, p.11).

Embora houvesse a defesa favorável a estratégias reformistas relacionadas ou não à atuação mais radicais não as queriam nas mãos de uma fundação que leva o nome de uma figura paradigmática do capitalismo: Henry Ford.

A partir dos finais da década de 1970 a partir das eleições e consolidação de uma abertura política, este período foi considerado um divisor de águas na periodização dos estudos sobre a mulher⁹, um dos motivos para tanto foi a realização no Rio de Janeiro do *Seminário: A mulher na força de trabalho na América Latina*, organizado pela IUPERJ. Conforme destaca Albertina Costa (2004), o impacto deste evento propiciou mudanças tanto no campo quantitativo uma vez que o IBGE considerou reformular o conceito de chefe de família que fora discutido no seminário, como também foi um motor de criação de um grupo de trabalho intitulado: A mulher na força de trabalho na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais) ainda em fase de constituição. Este encontro ainda marcou um confronto entre acadêmicas e militantes feministas, episódio quase inédito no Brasil que até então vinha se pautando ora pelo distanciamento ora pela cooperação harmoniosa. O episódio sinalizou que a inauguração de novos espaços tende a ser caracterizada por disputas e tensões.

Os estudos sobre a mulher foram amplamente apoiados pela Fundação Ford contrariamente a órgãos estatais de financiamento o que gerou uma reação das organizações de esquerda que buscavam deslegitimar e questionar o interesse por detrás de tais iniciativas com as justificativas de que “feminismo era coisa de mulher

⁹ No trabalho ora colocamos as expressões “estudos sobre a mulher” (no singular) e “condição feminina” seguindo a nomenclatura adotada pelas pesquisadoras do jornal *Mulherio*, uma vez que eram os termos utilizados pelos pesquisadores e pesquisadoras da temática até finais da década de 1980, quando começa-se a introdução de um novo conceito que adota uma perspectiva relacional entre os sexos, no caso o termo gênero.

burguesa” além de “estratégia diversionista para esvaziar a luta geral” (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985).

O conteúdo mais radical do crescente movimento feminista dos países liberais avançados, e se concentraram na ideia de que a elevação da condição das mulheres contribuiria para a redução da fertilidade, justificativa que de fato havia sido amplamente utilizada para convencer agências a financiarem a “mulher do terceiro mundo”. Somou-se a isso a ampla visibilidade e participação feminina nos movimentos sociais urbanos o que endossou a hipótese de cooptação das forças progressistas femininas (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985).

Na década de 1970 o tema das mulheres emergiram nas ciências humanas, inicialmente visto com desconfiança e suspeita de sua legitimidade, a década de 1980 marca uma consolidação inquestionável deste campo de estudo, com uma vitalidade da produção acadêmica em larga escala, como atestavam inúmeros seminários, grupos de trabalhos nas principais associações de pós-graduação¹⁰ e o crescimento progressivo de núcleos de pesquisa nas universidades (COSTA, 2004).

A temática sobre mulheres teve a contribuição de três eventos, segundo Costa (2004):

1 – O seminário sobre a Mulher na Força de trabalho com a chancela do IUPERJ, que vinha se firmando como centro de excelência no panorama das ciências sociais;

2 – O curso sobre teorias feministas na antropologia intitulado: indivíduo e sociedade: perspectivas antropológicas da mulher, ministrado pela antropóloga Leni Silverstein¹¹;

3 - Segundo Costa (2004) o terceiro evento mais duradouro e cujos efeitos difusos e tentaculares modelaram o campo de estudos de gênero no país foi o apoio obtido pela Fundação Carlos Chagas, para a implementação de um programa abrangente sobre mulher, educação e trabalho.

¹⁰ ANPOCS, Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística e Associação Nacional de História.

¹¹ Professora convidada do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que abordou as múltiplas identidades femininas resguardando-se o singular da condição da mulher onde buscava mapear e avaliar criticamente o campo intelectual feminista visando um balanço dos avanços da chamada antropologia da mulher e por outro lado a tradição dos debates antropológicos que examinam o feminismo como um fenômeno social.

Importante considerar que a partir de 1978, a desconfiança junto a Fundação Ford, foi amenizada principalmente ao processo de abertura democrática e acesso a informação além da multiplicação dos contatos da Ford com entidades de diversos setores que resultaram no reconhecimento de sua importância no apoio as pesquisas sobre a mulher. A atuação de maior destaque desta fundação nesta temática foi o financiamento de três concursos de pesquisa realizado a partir deste mesmo ano (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985).

As pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas em conjunto com pesquisadoras de outras instituições buscavam formas de ampliar o interesse acerca dos estudos sobre a mulher na comunidade acadêmica. Para tal, elaboraram em setembro de 1975 um programa de pesquisas sobre o trabalho e a educação da mulher que era composto de um projeto para concurso de pesquisas, aberto as pessoas de todo o país e de projetos a serem realizados pela FCC, que foram eles: uma bibliografia anotada sobre a mulher, um Centro de Documentação, um curso de pesquisa, uma pesquisa sobre vieses sexuais na avaliação de redações escolares além de uma pesquisa sobre mulher e ciência (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985).

Durante dois anos, buscou-se financiamento para o programa, junto a diversas instituições nacionais e estrangeiras algumas dessas instituições aceitaram financiar os projetos menores. A Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo financiou a bibliografia anotada, o INEP do Ministério da Educação financiou o curso, o CNPq financiou as pesquisas. A FINEP declarou que o tema não estava entre suas prioridades. Dos projetos mais caros, o Centro de Documentação não obteve financiamento e o concurso de pesquisa veio a ser financiado pela Fundação Ford dois anos mais tarde, em setembro de 1977(COSTA, BARROSO, SARTI, 1985, p.12).

Nesta pesquisa nos debruçaremos especificamente sobre este último aspecto, no qual a Fundação Carlos Chagas apresentou um projeto de pesquisa heterogêneo e multidisciplinar à Fundação Ford, que constava um concurso de dotações para a pesquisa sobre a mulher.

3.2.1 O Projeto *Mulherio*

No âmbito deste programa que vigorou, segundo a autora, entre os anos de 1978 a 1998 foram realizados 8 concursos, financiados com cerca de 300 pesquisas

e publicadas diversas coletâneas. Esse projeto coordenado por Fúlvia Rosemberg, incluía ainda o lançamento de uma publicação que representasse uma forma alternativa de divulgação das pesquisas realizadas neste campo para tal foi criado um boletim informativo denominado *Mulherio*, com editoração de Adélia Borges.

O Jornal *Mulherio* esteve sediado na Fundação Carlos Chagas entre os anos de 1981 a 1983, período em que foram publicados 15 números. Em 1984 um conflito gerado pelo conteúdo do jornal resultou em sua saída da Fundação Carlos Chagas, embora a equipe responsável permanecesse a mesma e seja mantido o apoio da Ford. Importante salientar que apesar da desvinculação do jornal *Mulherio* com a FCC, as pesquisadoras ainda integravam o DPE (Departamento de Pesquisas Educacionais) da referida fundação (FCC, s/d).

Em 1984, após a desvinculação com a Fundação Carlos Chagas, foi criado o Núcleo de Comunicação Mulherio sob a editoração de Inês Castilho que teve duração de 4 (quatro) anos e que publicou 24 (vinte e quatro) números até 1988, marcando o final da segunda fase do boletim. Em 1988 o jornal passou a se chamar *Nexo, feminismo informação e cultura* publicando mais dois números sob o novo nome, marcando o fim de sua trajetória.

Segundo Costa (2004) embora o *Mulherio* tenha sido um exemplo precursor de profissionalização de militantes o jornal não conseguiu diversificar suas fontes de sustento e não sobreviveu ao fim do financiamento da Fundação Ford. A autora elucida ainda que “[...] o estudo deste caso de ONG feminista precoce, pródigo de ensinamentos, certamente mereceria um aprofundamento” (p.207), uma vez que para a autora o conteúdo do jornal já foi objeto de algumas análises, contudo, a dimensão da organização permanece negligenciada.

Em uma entrevista a Fundação Getúlio Vargas, as pesquisadoras da FCC Fúlvia Rosemberg e Sandra Unbehaum, em 2012, pontuaram questões que consideraram relevantes na parceria Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas para os estudos sobre a mulher. Segundo Unbehaum (2012) essa parceria refletiu uma relação de confiança da FF com o grupo de pesquisadores que a FCC constituiu desde o seu início, já Rosemberg (2012) acrescenta que houve uma convergência nas agendas que segundo a autora desde sempre tanto a FF quando a FCC demonstraram uma preocupação “[...] com a democracia, abertura política e a

introdução de temas que ampliam o espectro da democracia como o gênero e relações raciais no Brasil” (p.1).

Para Rosemberg (2012) e Umbehaum (2012), apesar de uma grande desconfiança das áreas de ciências sociais em relação as instituições estadunidenses, o financiamento da Fundação Ford possibilitou que alguns projetos que não teriam espaço nas universidades em decorrência do momento político (contexto ditatorial brasileiro) fossem desenvolvidos.

[...] o apoio da Fundação Ford naquele momento, especialmente, quando começaram os estudos e mobilizações de mulher e feministas no Brasil, bem como, na época, também o apoio da ONU, eu acho que estas duas instituições internacionais de peso foram muito importantes para legitimar um campo que ainda não tinha possibilidade de guarida na universidade, e permitiu também, acho que aí, o estabelecimento... Não sei se a origem, mas o estabelecimento de um perfil de pesquisador atuante também no movimento social, que eu acho que é uma particularidade. E isso tanto a Fundação Ford permitiu, porque não é uma instituição somente vinculada à academia, diferentemente das instâncias que nos financiam, por exemplo, as FAPs (Foundation Administered Project) e o CNPq, como também o perfil da Fundação Carlos Chagas, que, sendo uma instituição privada e não sendo estritamente acadêmica, teve uma abertura muito grande para este perfil que eu acho que nós temos, que é um perfil meio composto, tanto acadêmico quanto de intervenção social e esse tipo de coisa (ROSEMBERG, 2012, p.2).

Umbehaum (2012) endossa que esse perfil com a proposição de projetos não somente no âmbito da pesquisa como também de intervenção social durou por duas décadas com o primeiro edital em 1978 e o último em 1998. Salienta ainda a importância desses projetos uma vez que esses não tinham espaço dentro das universidades principalmente porque naquele momento os núcleos de pesquisa ainda estavam se constituindo. Nas décadas seguintes, esses projetos vão se delineando numa configuração de maior inclinação acadêmica à medida que vão se formando os programas de pós-graduação aos moldes do que temos hoje, o que por sua vez também, foi necessário e contribuiu para consolidar um campo de estudos e formar pesquisadoras.

Campos (2002), enfatiza que o apoio à criação e desenvolvimento do Departamento de Pesquisas Educacionais – DPE da Fundação Carlos Chagas foi uma decorrência natural dos diagnósticos presentes no relatório de Sharpe, bem

como no relatório de Gouveia¹², onde a FCC já beneficiada na década anterior com dois financiamentos na área de testes educacionais correspondia ao perfil exigido pelos consultores da FF, ou seja, possuía ligações com a universidade mas era independente; contava com um grupo pequeno de pesquisadores experientes de formação interdisciplinar e que demonstrava domínio de técnicas quantitativas de análise e indicava perspectivas de autossustentação. Segundo a autora, entre 1971 e 1973 a Fundação Carlos Chagas seria beneficiada com 1,8 milhão de dólares para desenvolver projetos de pesquisas que contemplavam também o treinamento de novos pesquisadores.

Nos últimos anos da década de 1970 ocorreu uma mudança significativa na FCC em relação a pesquisa educacional renunciando a abertura política o DPE da referida Fundação composto em sua maioria por mulheres, constituiu um grupo interessado em desenvolver pesquisas sobre a condição da mulher. Assim, nos idos entre 1977 e 1979 foram concedidas a esta instituição duas dotações que juntas totalizaram 564 mil dólares não vinculados à área de educação em sentido estrito. Sobre o perfil dos pesquisadores que participaram dos primeiros concursos de pesquisas sobre a mulher promovidos pela FCC os percentuais mais altos de

¹²De acordo com Campos (2002), o escritório do Brasil da Fundação Ford promoveu dois encontros para o redirecionamento de sua atuação no campo educacional, um deles realizado em Buenos Aires em 1970 e outro no Rio de Janeiro em 1971. O encontro argentino contou com a presença de Aparecida Joly Gouveia, Patrício Cariola, Ernesto Schiefelbein e Aldo Solari ao lado de um grupo de especialistas estadunidenses, emergiu dentre as principais recomendações uma preocupação em preservar a capacidade de iniciativa dos próprios latino americanos e evitar uma imposição unilateral de propostas dos Estados Unidos. Como a região vivia um contexto de “teoria da dependência” onde muitos países eram governados por ditaduras militares o papel da FF deveria ser de apoiar bem como criar lideranças modernas e competentes que fortalecessem a pesquisa e iniciativas de instituições consideradas chaves. Além disso, atingir especialistas de ciências sociais e do comportamento para além dos pesquisadores de educação. Essa mudança de abordagem centrada em planos de ação preconizou uma detalhada avaliação feita por Richard Sharpe em 1974 inicialmente sobre os resultados finais de um programa de formação de professores no Rio Grande do Sul onde questiona as expectativas sobre o potencial de impacto que um programa desenvolvido por faculdades privadas do interior deste estado pudesse ter na política nacional de educação e nas universidades públicas uma vez que o Conselho Federal de Educação foi responsável por iniciativas bem mais ousadas naqueles anos. Em 1971 Sharpe fez um diagnóstico do sistema educacional brasileiro a partir das principais conclusões do encontro de Buenos Aires, onde apontou três áreas que deveriam ser priorizadas pela Fundação. O relatório de Sharpe trazia em anexo um estudo de Aparecida Gouveia que segundo a autora já adiantava com excepcional clareza muitas das opções que seriam adotadas mais decisivamente na década de 1990.

financiamento nesses anos foram destinados à pesquisas desenvolvidas por cientistas sociais, psicólogos e historiadores¹³ (CAMPOS, 2002).

Tabela 3 - Lista dos donatários do Programa de Direitos Humanos da Fundação Ford específicos de mulheres contemplados com doações superiores a 100.000 dólares de 1966 até 2001

Período	Donatário	Valor
1990-2001	GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra	2.175.271
1992-2001	Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea)	1.646.933
1982-1997	Fundação Carlos Chagas	922.366
1994-1998	Themis – Estudos de Gênero e assessoria jurídica	598.980
1981-1991	Sindicato das Empregadas Domésticas	543.809
1994-2001	Secretaria Executiva da articulação de mulheres brasileiras	332.011
1984-1987	Mulherio – Centro de Comunicações	309.883
1994-2000	Rede Regional do Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisa sobre a mulher e relações de gênero	264.951
1987-1997	SOS – Corpo, Gênero e Cidadania	258.370
1984-1995	SOS Mulher – Centro de Informação da Mulher	236.734
1995-1998	Coletivo feminista – sexualidade e saúde	194.789

Fonte: Elaboração própria a partir de Adorno e Cardia (2002), grifo nosso.

Entre 1982 e 1991 os concursos promovidos pela FCC, ressalta Campos (2002), foram contemplados com um total de 1,4 milhão de dólares¹⁴ (conforme podemos observar na tabela 3) para apoio a seminários, pesquisas e publicações o que contribuiu significativamente para a produção de dados sobre relações de gênero em diversas áreas do conhecimento além de contribuir na formação e consolidação de grupos de pesquisa sobre a temática no país.

Outra área adjacente a temática de gênero que foi donatária na mesma instituição foi

[...] uma pequena equipe de pesquisa e consultoria na área da primeira educação da criança, que desenvolveria uma série de estudos, cursos, documentação e análise política na área do

¹³Segundo Campos (2002) uma avaliação mais recente do mesmo programa mostra que na década de 1990 a tendência que vinha até então persistiu apesar dos esforços e estímulos para o desenvolvimento de pesquisas sobre educação e relações de gênero.

¹⁴Somados os investimentos doados a Fundação Carlos Chagas e ao Centro de Comunicações Mulherio também da FCC, totalizam 1,4 milhão de dólares.

atendimento em creches e pré-escolas tornando-se um centro de referência nesse campo (CAMPOS, 2002, p.111).

Essa linha de pesquisa localizou-se na fronteira entre as pesquisas educacionais, que continuaram a ser desenvolvidas na FCC com o apoio de outras agências de fomento, e os estudos sobre a mulher. O objeto creche correspondia a um interesse marginal no campo da educação, mas constituía um ponto essencial no âmbito dos movimentos sociais e das novas concepções de direito da mulher e da criança que ganharam grande projeção durante a transição democrática.

Costa, Barroso e Sarti (2019), indicam que os estudos sobre mulheres se desenvolveram no Brasil, em âmbito acadêmico, a partir de 1970. As autoras afirmam ainda, que o Brasil repetiu a tendência que se generalizou em outros países, onde as pesquisas sobre a mulher, se desenvolveram principalmente nas áreas das ciências humanas e sociais.

O panorama da produção científica anterior a década de 1960, registra dois mestrados e dois doutorados. Já entre os anos de 1970 e 1974, a produção sobre a temática da mulher cresce exponencialmente comparados com os valores anteriores, contando com 17 (dezessete) mestrados e 8 (oito) doutorados. Se considerarmos os dados de 1975 ao primeiro semestre de 1984 os números de mestrado vão para 115 (cento e quinze) e 25 (vinte e cinco) doutorados.

Quadro 1 - Mestrados e doutorados sobre mulher

Período	Mestrados	Doutorados
Antes de 1970	2	2
1970-1974	17	8
1975-1979	54	5
1980-1984 (I semestre)	61	20

Fonte: *Mulher Brasileira Bibliografia* anotada apud Costa, Barroso e Sarti, 2019, p.120.

Os dados sobre a ampliação da produção científica sobre mulheres, no entanto, só podem ser corretamente analisados como parte de um contexto mais abrangente, de expansão e institucionalização das ciências sociais no Brasil, uma vez que, como em outros países, são áreas que se consolidaram academicamente no mesmo período. O processo de criação e expansão de programas de pós-graduação no Brasil tem início com a lei da Reforma Universitária de promulgada em 1975, e cuja regulamentação complementar daria ênfase aos títulos acadêmicos

como pré-requisitos para a carreira universitária. Até então, a Universidade de São Paulo (USP) era a única universidade brasileira que mantinha programas regulares de mestrado e doutorado na área de ciências sociais. Importante ressaltar que os anos 1970, marcaram uma fase de amplo desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, frequentemente denominada de “período de ouro”. Tal expansão, para além das universidades federais e estaduais, também esteve presente em instituições particulares, à exemplo das universidades católicas e em institutos privados como o IUPERJ (*idem*).

Quadro 2 – Teses sobre mulher na FFLCH-USP (1970-1984)

Área	Mestrados	Doutorados
Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política)	20	13
História	1	3
Letras	8	1
<i>Total</i>	29	17

Fonte: *Mulher Brasileira Bibliografia* anotada apud Costa, Barroso e Sarti, 2019, p.120.

Ainda que a produção sobre mulheres mantivesse um aumento gradual, conforme discussão acima, continuava incipiente se comparado ao total das pesquisas realizadas nas universidades, um quadro que não se limitava ao Brasil.

Conforme afirmam Costa, Barroso e Sarti (1985), não se pode entender a constituição de um espaço de reflexão e pesquisa sobre o tema da mulher desconsiderando o seu significado e sua dimensão política. O desenvolvimento das pesquisas sobre mulher no Brasil foi influenciado não apenas pela existência de um movimento prol liberação da mulher nos países liberais avançados que funcionaram como um parâmetro simbólico. Mas, também e, sobretudo, por um ativo movimento nacional de mulheres.

4 GERAÇÃO SANDUÍCHE¹⁵: O JORNAL MULHERIO E SUA ATUAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DA CONTRAMEMÓRIA AO MODELO DOMINANTE DE MULHER

4.1 O JORNAL MULHERIO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRAMEMÓRIA

O *Mulherio*, objeto de nosso estudo, se torna um veículo de representação de um grupo de mulheres acadêmicas nitidamente feministas num contexto histórico-político que efervescia a luta contra a ditadura e o processo de redemocratização, e favorecia a divulgação e a militância acadêmica por meio da publicação das pesquisas sobre a mulher e a construção “de uma memória” social e coletiva, por que não dizer, uma *contramemória*, em sua dialética concreta, a favor da construção do que o jornal denominava de uma “nova mulher”.

Sediado em São Paulo, o jornal funcionava na Fundação Carlos Chagas. O principal fator que determinou a construção deste periódico, foi o estudo da condição feminina no Brasil, campo de investigação que se ampliou e consolidou na década de 1980 (FCC, s/d).

O Jornal *Mulherio*, publicou 39 (trinta e nove) edições, entre os anos de 1981 a 1988 e foi constituído por mulheres, pesquisadoras acadêmicas vinculadas à Fundação Carlos Chagas (FCC), contando com o financiamento da Fundação Ford. Segundo a sua primeira edição

A pauta do jornal e seus rumos são definidos pela nosso Conselho Editorial, composto por 16 mulheres que têm batalhado pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes. Em sua primeira reunião, na Fundação Carlos Chagas no dia 4 de fevereiro, o Conselho decidiu que *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto - seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições (*MULHERIO*, n. 0, ano I, 1981, p.1).

¹⁵Tomamos a expressão empregada por Anette Goldberg (1987), para definir o coletivo de mulheres que construíram o Jornal *Mulherio*, um vez que acreditamos que essas mulheres assumiram um posicionamento junção, de intersecção das tensões de duas vertentes feministas presentes no Brasil nos anos de 1980, sendo elas, o feminismo acadêmico ou intelectual e a militância feminista.

Inicialmente, tal grupo de pesquisadoras, tinham por objetivo a criação de um boletim de notícias, que intercambiase as informações entre os agentes interessados na temática de pesquisas sobre a mulher. Assim, o jornal deveria sistematizar e fornecer dados sobre os problemas que as mulheres brasileiras da década de 1980 estavam inseridas (*MULHERIO*, FCC, s/d).

O grupo à frente do jornal, era composto por pesquisadoras e jornalistas, ou seja, Adélia Borges (jornalista), Fúlvia Rosemberg (socióloga), Inês Castilho (jornalista), Carmen Barroso (jornalista), Carmen da Silva (jornalista), Cristina Bruschini (socióloga), Elizabeth Souza Lobo (socióloga), Eva Alterman Blay (socióloga), Heleieth Saffioti (socióloga), Lélia Gonzalez (antropóloga), Maria Carneiro da Cunha (jornalista), Maria Lygia Quartim de Moraes (socióloga), Maria Malta Campos (pedagoga), Maria Rita Kehl (psicanalista), Maria Valéria Junho Pena (socióloga), Marília de Andrade (psicologia), e Marisa Corrêa (jornalista).

O sucesso e recepção a partir da inauguração do boletim *Mulherio*, em março/abril de 1981, fez com que o grupo de pesquisadoras ampliasse a ideia, transformando-o em um tablóide, que fosse precursor de tendências, perfil que se manteve até o ano de 1988 (*MULHERIO*, FCC, s/d). Ao considerarmos o jornal *Mulherio*, faz-se necessário, considerar três períodos:

A primeira fase do jornal, foi de março de 1981 até setembro de 1983, quando foram publicadas 15 edições, tendo a frente Fúlvia Rosemberg e Adélia Borges.

A segunda fase, sob a responsabilidade da jornalista Inês Castilho, ocorreu entre outubro de 1983 até maio de 1988, marcou a discordância do teor das pautas entre o corpo editorial do *Mulherio* com a Fundação Carlos Chagas (conforme na análise discutiremos mais adiante), o rompimento do jornal com a referida fundação, e a criação do *Núcleo de Comunicação Mulherio*.

Na terceira e última fase, com apenas duas edições de junho e julho de 1988, o jornal ainda conduzido por Inês Castilho, deixou de se intitular *Mulherio* e passou a se chamar *Nexo*¹⁶ incorporando pesquisadores homens e focando nas minorias sociais políticas, contudo, este não conseguiu seguir em frente, por conta da não diversificação de suas fontes de sustento e não contando mais com o apoio da

¹⁶ Atualmente pode-se acessar todas as edições na coleção do *Mulherio* na própria FCC, mantida no acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic.

Fundação Ford, a equipe decidiu com isso, concluir o periódico (*MULHERIO*, FCC, s/d).

O jornal *Mulherio* tinha uma estrutura básica, e apresentou as mesmas temáticas durante sua existência (1981-1988) em praticamente todas as suas edições, exceto, por exemplo, a seção intitulada *Pesquisa*, que foi substituída pela seção denominada de “*Estudos sobre Mulher*”.

Em geral, o jornal era organizado segundo as seguintes seções:

- Capa: contendo a chamada do editorial, onde será a temática central abordada no exemplar;
- Cartas (notas enviadas pelas leitoras e leitores do jornal);
- Quem somos (uma nota explicativa apresentando a equipe do jornal);
- As reportagens (sempre assinadas, tanto por pesquisadoras que pertenciam ao corpo editorial do jornal, como também pesquisadores convidados);
- Internacional (parte destinada a apresentar a situação de mulheres nas diversas partes do mundo, bem como pesquisas e núcleos de mulheres organizadas em outros países);
- Leitura (parte destinada à divulgação das produções artísticas sobre mulheres);
- Cinema (divulgação de filmes e peças de teatro que tratassem da questão feminina);
- Pesquisa ou Estudos sobre Mulher (parte destinada à divulgação das pesquisas científicas nacionais e internacionais sobre pautas do movimento feminista. Geralmente, duas ou três páginas do jornal era destinada à essa seção);
- Cozinha (parte destinada a apresentar pequenas sátiras e críticas em formas de pequenas notas sobre aspectos de opressão, e inferioridade da mulher em assuntos cotidianos);
- Quadrinhos (elaborados por mulheres, buscavam mostrar de forma satírica, o machismo do cotidiano, e reafirmava as pautas de reivindicação do movimento feminista);
- Poesias e contos (geralmente nas últimas páginas, propondo uma reflexão acerca dos temas discutidos na edição).

4.1.1 Os editoriais do *Mulherio*

Logo na primeira edição do jornal *Mulherio*, na sua apresentação é colocado em evidência o conhecimento teórico e analítico de suas editoras, mulheres que anunciavam a defesa da necessidade de se construir uma nova concepção do “ser mulher”. Baseando-nos em Halbwachs (1925), e Bartlett (1932) poderíamos dizer, que há uma recuperação da memória social em sua reconstrução formativa, por meio da união por ações e práticas do ponto de vista dos consensos construídos, mas também de seus contrapontos, interpretação e uso da linguagem como marco e contramarco de denúncia, de interpretação de várias dimensões que compõe essa sociedade,

Na principal manchete do numero 0 do jornal, em 1981, é esclarecido o “*Porque Mulherio*”,.

Mulherio. Quase sempre, a palavra empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada? À mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” já é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. esposa”. Em seguida a definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. - todas sinônimo de meretriz. As três exceções. “mulher de César” (de reputação inatacável), “mulher do piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”. Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”: “de ação”, “de bem”, “de Estado”, “de letras”, “de negócios”, etc. (*MULHERIO*, n. 0, ano I, 1981, p.1).

Desconstruir esse conceito, e adotar outra linguagem, diríamos,

[...] Sim, nós vamos nos assumir como o *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e conseqüente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática (*MULHERIO*, n. 0, ano I, 1981, p.1).

Borges (*MULHERIO*, n. 0, ano I, 1981), ao apresentar a estrutura do *Mulherio*, indica que este

[...] terá sempre um artigo de fundo, de análise, abordando um tema polêmico [...], várias reportagens e notas curtas (que) abordarão a mulher no Brasil e no mundo. Uma seção será dedicada a pesquisas, teses e outros estudos sobre a mulher. Outra procurará abrir espaço

aos diversos grupos feministas e femininos para que divulguem suas atividades (p.1).

Os objetivos apresentados na primeira página dessa edição inicial, nos conduz a reafirmar que a linguagem como marco de uma memória coletiva, a favor, diríamos de um contramarco de memória, no sentido dialético, entre o que era e o dever ser constitutivo de um movimento feminista, por meio de uma espécie de rede¹⁷ de comunicação, que se constituía como uma das chaves de organização de mulheres científicas na luta a favor de uma *contramemória* social dirigida a um movimento de construção de uma linguagem direta, forte e concreta de entendimento da situação, ou condição das mulheres (adoção do jornal), em seu aspecto social e superação via,

A idéia de criação de um jornal sobre mulher surgiu já há alguns anos entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas que se dedicam ao estudo da condição feminina no Brasil. Inicialmente, imaginava-se apenas um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema, visando a suprir uma deficiência básica: por falta de informações, quem trabalhava em São Paulo não sabia o que se fazia no Rio, por exemplo. Aos poucos, percebeu-se que um boletim deste tipo seria útil também para os diversos núcleos organizados de mulheres, que em pouco tempo multiplicaram-se em todo o País. E que sentem falta não só de um canal onde possam trocar suas experiências, mas também onde encontrem resultados de pesquisas sólidas, capazes de orientar suas atividades práticas. Mais: constatou-se que também os meios de comunicação veriam com interesse um boletim deste tipo. Nos últimos anos, a imprensa brasileira está descobrindo o assunto “mulher”, antes relegado as páginas de culinária e dicas de beleza. No entanto, as informações da imprensa sobre mulher ainda são, em geral, superficiais, esparsas e contraditórias. Falta justamente um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação. Já mais amadurecida e debatida, a idéia de criação de um jornal dirigido a esses três públicos - os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas - torna-se agora realidade, ao ser integrada ao conjunto de projetos sobre a condição feminina que a Fundação Carlos Chagas realiza com o apoio da Fundação Ford. Isso garante a saída

¹⁷ O *Mulherio*, frequentemente adotava o termo rede de pesquisa ou comunicação, para tratar dos grupos de mulheres que estavam pesquisando sobre a condição feminina, intercambiando os resultados e análises dessa empreitada em espaços nacionais e internacionais.

regular de Mulherio por um período inicial de um ano e meio (*MULHERIO*, n. 0, ano I, 1981, p.1).

Esta primeira edição de quatro páginas, apresenta uma carta de intenção, ao público do jornal (mulheres e homens) e além de apresentar suas propostas, as principais notícias da primeira edição, giraram em torno da situação das mulheres, dentro do lar, e sobre o 8 de março, de autoria de Maria Carneiro da Cunha (membro do corpo editorial) como dia inesquecível de lutas para as mulheres, em prol de melhores condições de vida, como também da necessidade de reflexão, sobre os rumos que o movimento feminista brasileiro estava tomando, as dificuldades e as lutas enfrentadas. Vejamos:

8 de março: passado e presente de lutas

Um histórico do Dia Internacional da Mulher mostra a necessidade de reflexão sobre os rumos do movimento feminista brasileiro

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, surgiu como um símbolo da luta das mulheres pela igualdade e por melhores condições de vida. Instituído em 1910, por sugestão da socialista alemã Clara Zetkin, num Congresso Internacional de Mulheres realizado em Copenhague, ele relembra o sacrifício de 129 operários têxteis de Nova York, que entraram em greve em 1857 para reivindicar a redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas e morreram num incêndio provocado pela polícia.

As últimas décadas do século passado e as primeiras deste século foram muito importantes para o avanço da condição feminina, pois suas contradições se acentuam com a expansão do capitalismo. Um número crescente de mulheres passou a ser absorvido pelo mercado de trabalho, o que contribuiu para piorar suas condições de vida, mas, por outro lado, retirou-as da esfera restrita de seus lares.

grupos, principalmente em São Paulo (Nós Mulheres, do qual depois se separou a Associação de Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, Sociedade Brasil Mulher) e no Rio (Centro da Mulher Brasileira, Sociedade Brasil Mulher e Coletivo de Mulheres).

Paralelamente à atividade organizativa e militante, para muitas profissionais ligadas aos setores de pesquisa universitária e acadêmica, sua própria condição de mulher passou a constituir uma preocupação e um objeto de investigação científica.

Ao mesmo tempo, registrava-se a expansão do movimento de mulheres em direção aos setores populares, com o fortalecimento e a ampliação dos clubes de mães, associações de donas-de-casa e dos movimentos de luta por creches. Isso se tornou possível pela ampla atuação das mulheres na resistência política contra as leis de exceção e práticas antidemocráticas que marcaram o País no

mulher trabalhadora, o que se refletiu na principal bandeira do 1º Congresso: a luta por creches. Ainda em 1979, também no Rio, se comemorou o 8 de Março.

Em 1980, uma ampliação ainda maior: além de São Paulo e Rio, houve encontros no dia 8 de março em Porto Alegre e Belo Horizonte. Mas foi em São Paulo a maior manifestação. Durante três dias, mais de quatro mil mulheres reuniram-se para discutir seus problemas no 2º Congresso da Mulher Paulista. Participaram 52 entidades, embora nem todas fossem representativas. Esse grande crescimento trouxe novos problemas de ordem política, não só porque um movimento de mulheres não existe de forma estanque em relação ao resto da sociedade — já que é essa mesma sociedade que se pretende modificar — mas também por causa do delicado momento político em que vive o País, depois de quase duas décadas de um fechado regime autoritário.

recuperação ou de diluição, velhos de cem anos, mas ainda solidamente enraizados nas mentalidades. Na esquerda, há posições contraditórias: enquanto algumas forças respeitam a autonomia do movimento de mulheres, outras negam a necessidade dessa autonomia, em nome de uma "luta geral" que consideram mais importante e prioritária.

Como resultado desta última posição, o 2º Congresso da Mulher Paulista teve seus trabalhos bastante tumultuados, manifestando um conflito até então latente. Este ano, está sendo preparado um novo Congresso da Mulher Paulista, e manifestações semelhantes ocorrerão em todo o Brasil, como fruto da expansão dos movimentos em quase todos os Estados. Mas é para o Congresso de São Paulo que estão concentradas as atenções, porque os conflitos políticos registrados em 80 voltam a se repetir este ano, antes mesmo de sua realização.

Surge, em consequência, um amplo movimento reivindicatório feminino, centrado na conquista de direitos políticos fundamentais como o direito ao voto. O movimento esmorece a partir dos anos 30, quando esses direitos são formalmente admitidos em diversos países europeus e americanos. Essa movimentação também se refletiu no Brasil, com os movimentos sufragistas do século passado e a atuação da Federação Brasileira pelo Progresso da Mulher, fundada em 1922 por iniciativa de Bertha Lutz.

O RENASCIMENTO

Coincidindo com o refluxo da atuação feminista em todo o mundo, o dia 8 de março permaneceu num relativo esquecimento, voltando a adquirir importância com o novo ímpeto do movimento de mulheres, a partir do final da década de 60. No Brasil, foi em 1975 — Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU — que começaram a ressurgir os movimentos organizados de mulheres, com características nitidamente feministas. Em pouco tempo, organizaram-se vários

início da década.

A VEZ DA PERIFERIA

Com a relativa liberalização política dos últimos três anos, fruto em grande parte das pressões da sociedade civil como um todo e em especial dos movimentos populares, surgiram as condições para uma ampliação ainda maior do movimento de mulheres.

Em 1979, como consequência de toda uma fase de fermentação, mas também como catalisador, realizou-se em São Paulo o 1º Congresso da Mulher Paulista, por iniciativa de dez entidades femininas e feministas. Ele conseguiu reunir mais de 500 pessoas no Teatro Ruth Escobar, com o comparecimento majoritário das mulheres da periferia. Pela primeira vez, elas puderam expor diretamente seus problemas e suas reivindicações do dia-a-dia, sem ter que passar pelos canais institucionalizados dos partidos e sindicatos. Foram discutidos todos os problemas que interessam à mulher, qualquer que seja sua classe, mas uma ênfase especial foi dada à situação da

AS REAÇÕES

A capacidade de mobilização do nascente movimento de mulheres não passou despercebida às diversas correntes políticas já existentes na cena brasileira, e cada uma reagiu a seu modo. A direita, colocada de fora, recorreu aos tradicionais métodos de



Jos. Memm/Agência E.

A discussão política das diferentes concepções políticas torna-se, portanto, inadiável, pois a situação das mulheres contém em si mesma uma contradição que deve ser explicitada a nível teórico: elas pertencem a um amplo grupo de dominados, enquanto mulheres, mas se distribuem de forma desigual pelas diferentes classes. O problema das relações entre luta de classes e luta de mulheres não é novo e já se apresentou em outros momentos históricos, mas esta reflexão deve ser agora retomada dentro do atual momento político brasileiro.

Apesar dos conflitos e das reações que vem suscitando, o movimento de mulheres é ainda um fenômeno muito recente no Brasil, e tudo indica que está em franca expansão. Apostamos no seu fortalecimento, mas ele supõe um esforço organizativo mais amplo e aprofundado, que não se concentre tanto numa única manifestação de massa num dia por ano. A luta da mulher é a luta mais longa, mas é também de todos os dias.

Maria Carneiro da Cunha

Fonte: *Mulherio*, n. 0, ano I, 1981, p.3.

Na última página, Carmem da Silva, apresenta na nota *Abracadabra*, queixas levantadas por mulheres brasileiras, em geral em revistas como a *Cláudia*, sobre o sentimento de inferioridade e desvalorização que sentem frente a sociedade expondo a falta de comunicação existente entre elas e o outro. O posicionamento de Silva, reforça a ideia por nós defendida, de que há uma recorrência ao marco da linguagem por meio da construção de um contramarco discursivo, que coloca em evidência que as mulheres estão cansadas de se sujeitarem a essa realidade. Conforme podemos ver a seguir:

Mas a estas alturas, muitas mulheres já estão fazendo como Moisés com a montanha: se o milagre não lhes cai do céu, elas mesmas vão fabricá-lo. Nesse sentido, acho muito auspicioso que elas estejam rompendo a barreira da incomunicação que fazia de cada problema um caso único, que já não procurem calar para manter a imagem (a própria, a do parceiro, a das instituições), que não mais se sintam obrigadas a tolerar. Ainda que, por vezes, o tom seja um pouco infantil, quando uma mulher pergunta — a mim ou a sua amiga, a qualquer outra mulher, que é que eu faço, está reconhecendo a possibilidade mesmo árdua e remota, de fazer algo. Na comunicação solidária entre mulheres e no assumir o próprio destino como um

fazer, reside o milagre, o milagre do possível, o milagre nosso (*MULHERIO*, n. 0, ano I, 1981, p.4).

Reconstruindo a realidade social, também por meio da utilização de charges, como uma linguagem humorística, crítica e irônica sobre algum acontecimento atual, o jornal apresenta a mulher enquadrada num marco histórico e social construído, e como esta é tratada na sociedade, apresentando, poderíamos dizer, um contramarco, a lógica contrária ao marco social dominante. Logo na primeira edição, o *Mulherio*, apresenta a charge de Ciça¹⁸, colocando em pauta, assuntos cotidianos vividos por mulheres, principalmente as donas de casa, expondo a relação entre as várias situações vividas, em geral pela mulher, quanto as desigualdade de direitos, numa sociedade que impera uma divisão social do trabalho em perspectiva androcêntrica.



Fonte: *Mulherio*, n. 0, ano I, 1981, p.4.

De acordo com Rosemberg (s/d), o jornal *Mulherio* buscava reunir a irreverência, traço da imprensa alternativa da década de 1980, com a seriedade de um projeto da Fundação Carlos Chagas. O grupo formado por pesquisadoras e jornalistas feministas, reunia segundo a autora, sugestões muito avançadas para a imprensa militante, contando com a adesão de ativistas e acadêmicas que colaboravam com artigos e comentários.

¹⁸Cecília Alves Pinto, mais conhecida como Ciça, é uma jornalista e cartunista brasileira, um dos principais nomes do humor gráfico nacional, que nas décadas de 1970 e 1980, contribuiu para diversos jornais feministas, como o *Mulherio*, onde a personagem principal tinha o nome de "Bia Sabiá".

O referido jornal, adotava uma postura que buscava conciliar a militância feminista com a produção científica sobre e por mulheres, onde, as pautas do jornal eram definidas pelo conselho editorial, composto pelas 16 mulheres que “[...] têm batalhado pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes” (*MULHERIO*, n. 0, ano I, 1981, p.1).

Ressaltamos então, que a primeira edição recupera marcos sociais dominantes acerca da condição da mulher no Brasil, e socializa, divulga, debate, por meio do jornal, uma memória sócio-política construída e acumulada por um grupo de mulheres acadêmicas, com o fito de produzir nas demais mulheres brasileiras, uma identificação coletiva com os temas e problemas abordados acerca de si e das outras, na sua condição social de mulher e revelando desse modo, outros marcos significativos e de especial relevo para a formação da mulher brasileira em seu cotidiano.

4.1.2 Mulher, pesquisa e ciência: a memória coletiva e social das mulheres a favor de um outro futuro

Como sabemos a memória social representa o presente em sua dinamicidade com o passado em direção ao futuro. A ordem social dominante que estabelece normas, valores, crenças, no caso, acerca da mulher, não muda de uma ora para outra, mas não é imutável, depende das condições objetivas para que ocorra a revisão do legado transmitido e incorporado.

Nesse sentido, a memória trata mais propriamente das exigências do presente (HALBWACHS, 2004, BARTTLET, 1932, RICOUER, 2007), mas como ressalta Magalhães e Almeida (2009), a memória está relacionada de forma intrínseca com as práticas político-culturais da sociedade, ou seja, depende da dinâmica dos conflitos sociais, e assim, a depender dos interesses de dados grupos, as memórias podem ser recuperadas, reparadas, debatidas, assim como, mantidas, esquecidas ou marginalizadas.

Nessa perspectiva, Peralta (2007), afirma que a abordagem presentista da memória social, ganhou popularidade em vários ramos disciplinares e de estudos que “[...] se concentram na instrumentalização da memória por parte de diferentes regimes políticos através dos meios de comunicação social, do sistema de ensino,

dos monumentos [...]” (p.8), sendo assim essa abordagem teórica aponta para a problematização do passado representado no presente, por meio da memória, na qual deve-se sempre questionar quem controla ou a manipula socialmente.

Desse modo, poderíamos dizer que as interpretações e atualização da realidade através do recurso jornalístico do *Mulherio*, coloca na pauta do dia, as tradições de uma prática social relativa a submissão da mulher, por meio do debate dessas práticas, com a intervenção científica e política de mulheres acadêmicas, transformando o jornal como um veículo de formação educativa e de veiculação dos debates ocorridos nas associações científicas, se tornando imprescindível para colocar em cheque marcos dominantes acerca da condição da mulher, especialmente da mulher brasileira, e da construção de contramarcos a uma memória dominante, por meio da produção coletiva, acerca delas mesmas, e do entorno que demarca o tema que debatiam, discutiam, publicavam no jornal, visando operar a transformação da realidade.

Aqui a linguagem em sua interpretação científico-social, se torna um quadro fundamental para se contrapor a uma memória social acerca da mulher e as relações entre o entorno social político, cultural, e de transformação social.

O fato é que a partir de 1980, é possível constatar a existência de uma rede científica de mulheres acadêmicas, que fundaram o jornal *Mulherio*, que conforme já mencionamos, buscava suprir uma deficiência básica de falta de circulação da informação, tanto entre as pesquisadoras do tema, quanto aos diversos núcleos organizados de mulheres.

Com a criação das associações científicas, a exemplo da ANPOCS (1977), e conseqüentemente a intensificação da participação de cientistas sociais em associações de caráter mais geral, entre as quais na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A presença crescente dos estudos sobre a mulher nas reuniões dessas associações, se constitui um indicador relevante da expansão dos debates sobre essas temáticas (COSTA, BARROSO, SARTI, 2019).

Na edição do *Mulherio* de maio e junho de 1981 (ano 1, n.1), é noticiada a reunião da SBPC, realizada em 1981, em Salvador. Esta reunião contou com um grande número de simpósios e conferências que abordavam a questão feminina e ou outros assuntos que interessam diretamente às mulheres, entre os quais destacavam-se: O *Simpósio sobre a mulher negra*, coordenado por Lélia González e

proposto pelo movimento negro unificado; a conferência sobre *Participação da mulher brasileira no desenvolvimento da ciência no Brasil* por Lúcia Tosi (Universidade de Paris), O Simpósio *Políticas governamentais e a mulher* coordenado por Carmem Barroso, proposta pela Fundação Carlos Chagas, A mesa-redonda sobre *Sexualidade e Reprodução* coordenada por Zahidé Machado Neto e proposta pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia, dentre outras propostas que podem ser visualizadas no fragmento abaixo:

A próxima reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC a ser realizada em julho, em Salvador, deverá apresentar grande número de trabalhos, sobre a questão feminina e sobre assuntos que interessam diretamente à mulher. Foram encaminhadas as seguintes sugestões à secretaria da SBPC.

- Simpósio sobre a Mulher Negra, coordenado por Lélia González e proposto pelo Movimento Negro Unificado.
- Mesa-redonda sobre “A mulher negra na realidade brasileira e um paralelo com a situação americana atual”, coordenada por Jandira Galvão e Fay Wimberly e proposto pela Sociedade de Pesquisa Malê – Arte e cultura negra, C.L.C “Manoel Quirino”
- Conferência sobre “Participação da mulher brasileira no desenvolvimento da ciência no Brasil” por Lúcia Tosi (Universidade de Paris, proposta pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos)
- Simpósio sobre “Políticas governamentais e a mulher”, coordenado por Carmem Barroso, com a participação da deputada federal Cristina Tavares, proposta pela Fundação Carlos Chagas.
- Encontro sobre “Mulher e participação Política”, coordenado por Fanny Tabaki
- Mesa-redonda sobre “O planejamento familiar no Brasil”, coordenado por Maria Eliana Labras (FGV/EBAP) e proposta pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
- Mesa-redonda sobre “Sexualidade e reprodução, coordenada por Zahidé Machado Neto (FFCH/UFBA)
- Mesa-Redonda sobre Família e reprodução, coordenada por Ruth Cardoso (FFLCH/USP) e proposta pela Associação Brasileira de Antropologia.
- Mesa-redonda sobre políticas sociais e dinâmica demográfica, coordenado por Neide Lopes Patarra (FAL/USP) e proposta pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais
- Conferência sobre a sexologia forense na Bahia, por Maria Thereza de Medeiro Pacheco, proposta pelo Instituto Médico Legal Nina Rodrigues
- Simpósio sobre Serviços Básicos de Saúde (PREV/Saúde) – “para que e para quem”, coordenado por Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, do Conselho Federal de Enfermagem, e proposto pela Associação Brasileira de Enfermagem.

- Mesa-redonda sobre PREV/Saúde, coordenada por Jairnelson da Silva Paim, do Cebes-BA, e proposta pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
- Simpósio sobre o aleitamento materno: o ato biológico e o fato social, coordenado por Cheywa Spindel, e proposta pela Cebrap. (*MULHERIO*, maio/jun de 1981, ano 1, n.1, p.11).

Queiroz (1983 apud COSTA, BARROSO e SARTI, 2019), destaca que a SBPC, desempenhou um importante papel político a partir da década de 1970, suprindo uma carência de espaços alternativos, para oposição durante a ditadura militar. No que se refere aos estudos sobre a mulher, a partir de 1972, tal sociedade, já preconizava mesas redondas sobre a temática, e chegou a considerar a produção de grupos feministas, não necessariamente vinculados à academia, o que contribuiu para a apresentação de diversos trabalhos com caráter militante e de denúncia.

Já no âmbito teórico, como já ressaltamos a produção científica de pesquisas sobre a mulher, teve como um dos principais incentivadores a Fundação Carlos Chagas. O *Mulherio* (set/out de 1982, ano 2, n.9), informou que esta fundação realizou três (3) concursos até o ano de 1982, sobre a temática, além de seminários, que atraiu estudiosas em diferentes estágios do ciclo de vida profissional.



CONCURSO

Preparem suas canetas, seus gravadores, suas anotações: já estão abertas as inscrições para o 3º Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher, realizado pela Fundação Carlos Chagas com recursos da Fundação Ford. Qualquer pessoa pode-se candidatar a receber uma verba de até 1,5 milhão de cruzeiros para desenvolver um estudo nas diversas áreas relacionadas à mulher. Mas atenção: as inscrições encerram-se no dia 20 de agosto.

Fonte: *Mulherio*, set/out de 1982, ano 2, n.9, p.5.

O jornal aponta ainda que o presidente da FCC, Adolpho Ribeiro Neto, esteve empenhado em obter recursos que possibilitasse a continuação do programa de pesquisas sobre a condição feminina no Brasil, por considerar que ele tem contribuído

[...] para o desenvolvimento da consciência dos problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade brasileira e para uma avaliação precisa dos fatores que podem atuar na solução desses problemas [...] o primeiro concurso de pesquisa sobre a mulher realizada pela Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford, foi aberto em 1977 (*MULHERIO*, mai/jun de 1981, ano 1, n.1, p.11).

Apesar do interesse crescente que o tema suscitava, segundo o *Mulherio* (mai/jun de 1981, ano 1, n.1), ainda eram poucas as pesquisadoras que se dedicavam ao estudo da condição da mulher em seus vários aspectos. Ainda assim, a receptividade foi grande a fundação recebeu 127 projetos que se candidataram à receber uma verba de até 120.000 cruzeiros, destes 20 foram aprovados e financiados. A formação de seus autores, era diversa, candidataram-se desde estudantes universitários até pesquisadoras consagradas como Heleieth Saffioti (*MULHERIO*, mai/jun de 1981, ano 1, n.1).

Os resultados de várias pesquisas, realizadas a partir dos concursos da FCC, tiveram seus resultados publicados em livros. Á exemplo da pesquisa *Espelho de Vênus* sobre sexualidade, de autoria de Branca Moreira Alves, e *Antologia Crítica da Documentação sobre mulheres nos livros dos viajantes do século XIX*, de autoria de Miriam Moreira Leite. A própria Fundação Carlos Chagas, por sua vez, publicou duas coletâneas de artigos resultantes das pesquisas realizadas no primeiro concurso. A primeira foi lançada sobre o título de *Vivência*, a segunda reuniu apenas artigos com temáticas sobre o mundo do trabalho (*MULHERIO*, mai/jun de 1981, ano 1, n.1).

O editorial do *Mulherio*, também traz o segundo informações acerca do concurso realizado pela FCC no ano de 1979, teve um número de inscrições ainda maior, no qual, foram apresentados 131 projetos, dos quais, 19 receberam financiamento, de até 200 mil cruzeiros. Este concurso, em comparação com o anterior, revelou uma “abertura” no que tange à perfil de pesquisadores, que passou a contar, além dos cientistas sociais que permaneciam em maior número, com médicos, engenheiros, arquitetos, advogados e artistas, que apresentaram tanto projetos acadêmicos, quanto alguns que “fugiam” à tradição acadêmica, como por exemplo, um filme de Inês Castilho, Chico Botelho e Cida Aidar, intitulado *Mulheres*

da boca, que abordaria a temática da prostituição (*MULHERIO*, mai/jun de 1981, ano 1, n.1).

4.1.2.1 A formação de um “modo de fazer ciência” e a cadeia de informação acerca dos estudos sobre a mulher

As diversas vertentes de discussão sobre a mulher, até então, dentro do viés do feminismo acadêmico comparecem no jornal, por meio da elaboração teórica das suas editoras, onde a linguagem, a comunicação, se tornam fundamentais para expressar suas opções políticas no tratamento da questão.

A memória construída acerca da mulher com base em marcos sociais dominantes vividos e recebidos, são debatidos visando a subversão dessa ordem por meio da discussão acerca da mulher na ciência, no “modo de fazer ciência”. Dentro da analogia que estamos adotando, na direção da construção de contramarcos referenciais para construção de uma *contramemória* que modifique a memória social acerca da capacidade intelectual/científica da mulher. Mas não do ponto de vista de um pensamento único, mas a partir de diversas visões teóricas e políticas, condizentes com o alvorecer de um jornal alternativo e unido pela memória de um grupo de feministas em suas diversas manifestações.

Na seção internacional do *Mulherio*, Helena Salem responsável pelo Seminário de Estudos da Mulher, na Universidade Autônoma de Madrid, publicou um artigo no *Mulherio* (nov/dez de 1981, ano 1, n.4), informando que a mesma buscou desde 1975, promover uma “renovação” nas ciências sociais espanhola, direcionada não apenas em estudar mulheres, mas principalmente, em promover uma mudança no modo de produzir ciência a partir de uma ótica feminina.

Em entrevista ao *Mulherio*, a referida autora destaca que não se preocupa em primeira instância com o machismo concreto, que permeia a ciência, ou seja, aquele que não permite às mulheres serem cientistas, pois este seria mais fácil de ser detectado e, portanto, combatido, uma vez que é mais visível. Assim, a renovação das ciências, faz parte de um processo que entende a produção científica enquanto um produto social, que se criou em condições sociais específicas, sobretudo, a partir de três correntes de pensamento: a judaico-cristã; a grega e a moderno racionalista, em voga desde o Renascimento (*MULHERIO*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4).

A autora, enfatiza que a mulher foi excluída da produção da ciência durante toda a história, porque estava dedicada à produção da vida. Essa divisão de papéis sofreu mudanças no século XX, com a incorporação da mulher à educação como estudante e posteriormente, a sua incorporação como profissional. Por fim, nesta relação, a passagem da mulher a um papel ativo e não apenas mimético no processo de produção da ciência e das ideias.



Fonte: *Mulherio*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4, p.7.

Ainda segundo Helena Salem (*MULHERIO*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4), um cuidado que as mulheres-pesquisadoras devem tomar, ao se incorporar às universidades é com a utilização dos mesmos métodos da “cultura machista”. A mudança de objeto deve implicar, sobretudo, uma mudança de método, de teoria. Na literatura, na arte, na filosofia, na medicina, na economia, na história, tudo deve ser revisto, visto que até agora, tudo foi elaborado sobre a ótica do homem, e não

basta apenas introduzir a mulher como um objeto de estudo, mas produzir a ciência sob a ótica da mulher.

Salem (*MULHERIO*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4), ao tratar da revisita aos autores clássicos, sobre a ótica do século XX, no que concerne as opiniões sobre a mulher, como as de: Aristóteles, Agostinho de Hipona, Nicolau Maquiavel, Francis Bacon, Immanuel Kant, Friedrich Hegel, Charles Darwin, Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud e Karl Marx, as definem como “[...] uma grande coleção de horrores” (p.8).

Hollanda (2019), elucida que no viés teórico, as pesquisadoras feministas brasileiras das décadas de 1960 e 1970, também privilegiaram pautas inclinadas com o discurso das esquerdas.

Mariza Corrêa (2001), reitera que é difícil delinear um perfil específico que homogeneizasse as feministas da década de 1980, uma vez que eram atrizes, professoras universitárias, estudantes, sindicalistas, ativistas vindas de movimentos populares, jornalistas etc. “Creio que havia um traço comum à todas, pelo menos em São Paulo e no Rio [...] eram mulheres de esquerda e eram mulheres profissionais ou em vias de se tornarem profissionais” (p.15).

A jornalista italiana Maria Antonietta Macciocchi publicou no *Mulherio* (jan/fev de 1983, ano 3, n.11), a matéria intitulada *Faça o que eu digo, não faça o que eu faço* (conforme, figura abaixo), se debruçou sobre a análise das relações entre os fundadores do marxismo e suas mulheres, onde questionava o porquê de também entre os marxistas, a mulher que faz política, ter sido considerada “inaceitável ou indigesta”. A autora chegou a conclusão de que:

[...] a ambiguidade e a hipocrisia social, o “como deve ser pequeno burguês”, a carolice foram quase sempre a regra do relacionamento entre revolucionários e suas mulheres e filhas. Nós estamos, como se vê, diante de um problema crucial não para percorrer a história passada, mas, ao contrário, para compreender que enquanto esta podridão de moralidade pequeno burguesa subsistir, que não haverá, no movimento operário, esperanças para o materialismo feminista (*MULHERIO*, jan/fev de 1983, ano 3, n.11, p.11).

Ainda nesta publicação, Macciocchi (*MULHERIO*, jan/fev de 1983, ano 3, n.11), defende que as bases teóricas inauguradas por Engels na *Origem da Família*

(1884), ainda são ponto de partida para considerar a opressão das mulheres como uma condição específica da classe de mulheres oprimidas, na qual

A primeira opressão de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento conjugal, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino [...]. Na família, o homem é o burguês, a mulher desempenha o papel do proletário [...]. (ENGELS, apud MACCIOCCHI, *MULHERIO*, jan/fev de 1983, ano 3, n.11, p.11).

Há pouco tempo, na China, a cabeça de uma mulher chinesa-china, foi oferecida às massas: ela se tornou o boneco esquadrão ideológico dos vários lecionários confuciano-ortodoxos e se diz que o "grupo dos 4 vermes", propagandistas de um pseudo-imperialismo de estado, tentaram-se desastrosamente conduzir por uma "sentença". A imagem dessa mulher foi representada com um ventre inguinal, perfurado por uma espada, entre suas escarpadas, abria lírios, atomizadora de trapalhões, laboriosa espectadora de filmes porno, assassina em potencial de Chu-Ei-lu e prestes a abreviar a vida de seu marido (Shao Tai-Tung) para satisfazer suas ambições.

O que nos deixa entusiasmados não é o julgamento sobre o valor político de Chiang-Ching, mas o fato de que a mulher de um regime, tão venenosa quanto o chinês, proveja de uma mulher, vaso de toda impureza, como na antiga linguagem dos Pais da Igreja, que se prooveja a história das massas que clamam por pena de morte, processo por bruxaria, no momento em que esta mulher perde o filho, o membro tradicional oferecido pela proteção do marido-chato.

Bruxa ou concubina, velha magra ou víbora hereditária, por que também entre os marxistas, a mulher que faz política tem sido considerada inaceitável ou indigna? Por que os mais prudentes debatem suas mulheres num segundo plano até transformá-las em donzelas e mais empoaçadas?

A mulher em política é, na minha opinião, inaceitável porque ela rompe o pacto secreto que existe entre o público (homem) e o privado (mulher) e coloca na posição horizontal o corpo materno que para o homem, mesmo marxista, é vertical, assexuado.

A partir da explosão de misoginia contra Chiang-Ching no país mais "revolucionário" do mundo, eu me voltei para a análise — crua e trágica — das relações entre as fundadoras do marxismo e suas

Façam o que eu digo, não façam o que eu faço

Marx se tornou sinônimo da expulsão da mulher do pensamento político, e aquela que aí ousa intervir parece não obedecer aos carrosses febricitantes, quanto a deusa Razão, dançando nas saias de Notre-Dame durante a Revolução Francesa". É Maria Antonietta Macciocchi quem afirma, em seu livro As mulheres e seus mestres, onde se propõe uma nova leitura dos feitos marxistas. Mas uma leitura feita por olhos e ouvidos femininos, única forma de "tocar o relicário divino dos logos, onde

mento entre revolucionários, suas mulheres e filhos. Não estamos, como se vê, diante de um problema crucial: não para perceber a história passiva, mas, ao contrário, para compreender que, enquanto esta sociedade de moralidade pequeno-burguesa sobreviver, que não haverá, no movimento operário, esperanças para um marxismo feminista.

As bases teóricas lançadas por Engels na *Origem da Família* (1884) são ainda hoje o ponto de partida para considerar a opressão das mulheres como uma opressão específica da classe de mulheres oprimidas. Engels afirma que "a primeira opressão de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher e o casamento conjugal, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino. Na família o homem é o burguês, a mulher desempenha o papel do proletário... O escravo — certo, em formas ainda muito rudimentares e latentes na família — é a primeira propriedade, que ainda corresponde à perfeição: a definição dos economistas modernos, segundo os quais a família é a livre ocupação da força de trabalho do outro.

Vejam: o elo que falta entre marxismo e feminismo provém do fato de que esta primeira opressão surge da noite dos tempos, este germe primordial, ela brota quase mítica da origem da família. De fato, o movimento socialista desde seu início interioriza uma grande política e perspectiva burguesa, aceitando a mesma divisão burguesa dos papéis masculino-feminino, recusando a especificidade da revolução feminista. Contraste entre teoria e prática: "diviso entre público e privado". Dupla moralidade? Sim, mas teoria revolucionária foi acompanhada por uma concepção antiquista dos valores fundados, como o patriarcalismo e as regras de produção-reprodução dominantes.

A política do segundo, da du-

Fonte: *Mulherio*, jan/fev de 1983, ano 3, n.11, p.11.

Assim, na opinião da autora, a inaceitabilidade das mulheres na política, se dá pelo rompimento do pacto social secreto, que existe entre o público (homem) e o privado (mulher), "e coloca na posição horizontal o corpo materno que para o homem, mesmo marxista, é vertical, assexuado" (p.12). Nesse contexto, as bases teóricas que remontam ao germe primordial, elaboração quase mítica da *Origem da Família*, cooperam para o elo que falta entre o marxismo e o feminismo, pois:

O movimento socialista desde o seu início interiorizou uma práxis pudica e pequeno burguesa, aceitando a mesma divisão burguesa dos papéis masculino/feminino, recusando a especificidade da revolta feminina. Contraste entre teoria e práxis? Divisão entre público e privado? Dupla moralidade? Sim: uma teoria revolucionária foi acompanhada por uma concepção antiquada dos valores familiares, como o puritanismo e as regras de produção/reprodução dominantes (*MULHERIO*, jan/fev de 1983, ano 3, n.11, p.12).

E ainda:

Marx se tornou sinônimo da expulsão da mulher do pensamento político, e aquela que aí ousa intervir parece tão obscena aos carolas teóricos, quanto a deusa razão, dançando nua na igreja de Notre-Dame, durante a Revolução Francesa (*MULHERIO*, jan/fev de 1983, ano 3, n.11, p.12).

Dessa forma, de acordo com a autora, fazia-se necessário uma nova leitura dos textos marxistas, feita por olhos e ouvidos femininos, única forma de “tocar o relicário divino do *logos* [...] e descobrir como explicar e teorizar a mulher no modelo teórico marxista que não pode se separar de práxis” (*MULHERIO*, jan/fev de 1983, ano 3, n.11, p.12).

Com vistas a destacar a produção de mulheres, o jornal *Mulherio* desde sua segunda edição apresenta a seção intitulada: *Pesquisa*, que a partir da vigésima segunda edição (ano 1985), passou a se chamar *Estudos sobre a mulher*, que buscava incluir pesquisa acadêmica e não acadêmica, filmes, vídeos, audiovisuais, cursos, eventos, indicações de núcleos de estudos etc.

O coletivo de pesquisas da Fundação Carlos Chagas tem utilizado metodologias e meios de comunicação inovadores como pesquisa participativa, vídeo, jornal [...] não podemos nos deixar aprisionar em nenhuma camisa de força da (linguagem), seja ela intuitiva e fluida, ou objetiva e racional. Quanto maior o número de linguagens para nos expressarmos, melhor, e isso inclui a linguagem do poder, através da qual ganhamos autoridade em certos círculos (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.21).



Estudos Sobre 

Existem hoje focos de Estudos sobre a Mulher em várias universidades. A Fundação Carlos Chagas, com bases de pesquisas sobre a mulher desde em 1974, tem uma reconhecida produção em diversas áreas — trabalho, política, economia, família, saúde sexual, educação sexual, etc. A bibliografia brasileira sobre o assunto, levantada pelas pesquisadoras da Fundação, registra 1.200 livros de 1975 a 1984 (*Mulher Brasileira* — *Bibliografia Anunciada*, Vol. 1 e 2, Editora Quilombos).

O centro de pesquisa da Fundação Carlos Chagas tem utilizado metodologias e meios de comunicação inovadores como pesquisas participativas, vídeo, jornal. Como observa Carmen Barros em Nairóbi, do painel "Estudos sobre a Mulher como Estratégia para Mudanças Educacionais" — "Um primeiro uso deveu aplicar em reuniões locais de força de trabalho, seja no trabalho e fora do trabalho e reuniões. Quanto mais o número de pessoas para os experimentos, melhor, e isso inclui a ligação de poder, através da qual ganharam autoridade em certos círculos".

É importante fazer ênfase no trabalho que mulheres têm sido feitas de *Estudos sobre a Mulher*, incluindo pesquisas acadêmicas e não-acadêmicas, livros, vídeos, audiotextos, cursos, indicação de focos de estudo, etc. Reportemos suas informações sobre a produção nestas áreas.

Filmes

Os filmes brasileiros mostrados em Nairóbi foram: *Relacionamentos e a Mulher Brasileira*, de Ivete Bonfatti e Maria de Andrade; *A Mulher e a Casa da Mãe*, de Maria Helena Galvão; *Uma História de Mulheres*, de Maria Helena Galvão; *Uma História de Mulheres*, de Maria Helena Galvão; *Uma História de Mulheres*, de Maria Helena Galvão; *Uma História de Mulheres*, de Maria Helena Galvão; *Uma História de Mulheres*, de Maria Helena Galvão.

Nairóbi no vídeo

Foram gravados em vídeo, para o Fórum, os debates realizados em Nairóbi, com especial ênfase para Carmen Barros de São Paulo, sobre o papel da mulher na transformação social e econômica do Brasil. Os debates foram gravados em vídeo e estão disponíveis em Nairóbi, em uma coleção de vídeos produzida pelo Fórum. Para mais informações, consulte o catálogo de vídeos.

Fonte: *Mulherio*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.21.

Um marco na década de 1980, de acordo com o jornal, no que concerne a ampla participação das mulheres, bem como a diversificação de meios para aumentar sua visibilidade em todo o mundo, foi o *Fórum 85*, sediado em Nairóbi. Pela primeira vez, nos dez anos da década da mulher (iniciada em 1975, com o I Encontro Internacional de Mulheres, organizado pela ONU), houve uma presença maciça de mulheres do então “terceiro mundo”, que levaram uma visão feminista dos problemas das mulheres, desde os mais pessoais até os mais amplos e tradicionalmente considerados exclusivos da área política, onde o feminismo não chegava (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22).

Um dos avanços do *Fórum 85*, em comparação ao I Fórum Internacional de Mulheres, ocorridos em 1975, no México, é que este reivindicava, o reconhecimento de que há “mulheres e mulheres”, e que, portanto, há vários movimentos de mulheres, que estarão juntos em relação à alguns temas, mas não em todos.

Em *Sisterhood sai da infância*, publicado no jornal *Mulherio* (jul/ago de 1985, ano 5, n.22), em 1985, a socióloga Mary Castro evidencia que, finalmente deixou-se de lado a ingenuidade lírica, senão instrumental para fins políticos de dominação, que se interessam por camuflar conflitos, sugerida pelo princípio de que a irmandade (atualmente denominada de *sororidade*) entre mulheres é global (*Sistehoodis global*), para uma visão realista que possibilita trabalhos mais efetivos, baseados no respeito à diversidade, e elaboração de alianças em relação à alguns temas, como a paz.” (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.8).

Na matéria intitulada *As diferenças visíveis*, a antropóloga do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1985, Maria Luisa Heilborn, destaca ainda, que no Fórum ocorrido em Nairóbi, as diferenças étnicas, nacionais, culturais, incidiram como “uma luz sob o prisma da condição feminina fazendo-a refulgir em mil direções” (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.8).

4.1.2.1.1 Mulheres e associações científicas

Na seção do jornal, a respeito da *Pesquisa e Estudos sobre a Mulher*, encontramos a discussão sobre a participação da mulher nas suas associações científicas e o debate político acerca das posições de suas editoras sobre os feminismos que abraçavam, revelando o entendimento, de certo modo, como diria Halbwachs (2006), que há muitas memórias coletivas construídas e em construção numa sociedade, e acrescentaríamos numa coletividade. Elas vão deixando claro, que os marcos sociais androcêntricos se transladam para a ciência, contudo, que há um feminismo acadêmico em curso, que luta em torno da defesa da mulher, na produção da ciência, das ideias na reivindicação de um outro quadro social de referência sobre a sua posição na vida científica.

Os primeiros núcleos em universidades brasileiras, começaram ainda no ano de 1981, como o *Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher* (NEDIM) ligado ao departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará, e o *Núcleo de Estudos sobre a Mulher* (NEM), ligado ao departamento de sociologia e política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ESTUDOS MULHERES SOBRE

NÚCLEOS DE ESTUDO

Acaba de ser criado (finalmente) o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da USP (NUCLEM) que reúne professores e alunos de pós-graduação de diferentes unidades e departamentos da universidade. O núcleo coordenado pela professora Eva Blay conta no momento com participantes das áreas de Artes, Comunicação, Direito, Geografia, História, Medicina, Psicologia, Saúde Pública e Sociologia. Tem como objetivos: divulgar, através de um boletim, os cursos e pesquisas sobre mulher em andamento na USP; incentivar a realização de novos cursos especialmente a nível de pós-graduação e desenvolver linhas de pesquisa próprias visando promover um melhor intercâmbio entre pesquisadores assim como entre a Academia e a comunidade mais ampla. O NUCLEM aceita idéias e sugestões, está aberto a participação de todos interessados, funciona no prédio da Antiga Reitoria, sala 201, Travessa J, nº 374, Cep. 05508, Cidade Universitária, São Paulo.

Dentre as muitas atividades desenvolvidas pelo Núcleo Mulher (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher) criado no 2º semestre de 1984 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estão em andamento as seguintes pesquisas: "Mulher e Poder no Rio Grande do Sul (1889-

O Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) da PUC do Rio de Janeiro desenvolveu um amplo estudo sobre ação participativa junto a mulheres residentes na Favela do Vidigal. A pesquisa iniciada em 1982 abrangeu três áreas principais: Saúde, Educação e Política foram estudadas as diferentes formas de participação comunitária, destacando-se a Associação de Moradores. No momento está sendo desenvolvida, na mesma comunidade, uma pesquisa sobre "Relações Mãe — Filha adolescente".

PESQUISAS

Dois pesquisas interessantes sendo realizadas pelo Prof. Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia: "Moralidade e Sexualidade no Brasil Colonial, reconstrução da história dos "sodomitas" — homossexuais masculinos — através dos processos e denúncias conservados na Torre do Tombo (Portugal), caracterizando-se os diferentes tipos de "fanchonos" e os mecanismos institucionais e sociais de repressão ao "abominável pecado nefando" e Educação Sexual e Sexologia no Brasil: 1900-1950, levantamento da produção bibliográfica brasileira e de traduções tendo como tema a educação sexual — dos adultos e adolescentes — na primeira metade do nosso século. A existência de mais de 100 títulos prova que já houve em nosso país uma preocupação muito mais intensa pelos estudos da sexualidade.

CONCURSO

ria del Carmen Fajó; Feminismo: Dúvidas e Contradições, da psicóloga chilena Ana Vasques, e ainda Feministas e Políticas um dos últimos ensaios de Julieta Kirkwood, socióloga chilena, pesquisadora e professora da FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), falecida prematuramente, dias depois da chegada deste ensaio à redação da revista.



O Isis Internacional acaba de lançar uma publicação sobre as Trabalhadoras Industriais na Ásia. Produzida em convênio com o CAW (Comité de Mulheres Asiáticas), a revista trata da situação das trabalhadoras no Sri Lanka, na Índia, em Bengladesh, no Japão, em Hong-Kong, no Sudeste Asiático e nas Filipinas. A revista traz ainda uma bibliografia anotada sobre mulheres e trabalho.

Outra publicação do Isis Internacional é o suplemento nº 4 "Mujeres en Acción" que traz um apanhado sobre o Fórum e a Conferência de Nairóbi, além de endereços de novos grupos e

Fonte: *Mulherio*, jan/fev de 1986, ano 6, n.24, p.21.

Segundo Costa, Barroso e Sarti (2019), a criação desses núcleos, permitiu um esforço autônomo de pesquisa, ao estimular a criação de equipes e favorecer à interdisciplinaridade, contribuindo para a formação de acervos documentais, o que por sua vez, facilitaria a captação de recursos.

A criação de Núcleos de estudo e pesquisa foi abordado num encontro que ocorreu por iniciativa da pós-graduação em sociologia no departamento de ciências sociais na USP, com a colaboração da Fundação Carlos Chagas e *Mulherio*, onde foi colocado em pauta a relação existente, entre movimento feminista e academia e a constituição de um novo campo teórico, bem como a reação institucional à este, a coexistência entre pesquisa sobre a mulher e pesquisa feminista, e o alcance e os limites da implantação de centros de pesquisa sobre a mulher nas universidades.

Segundo Albertina Costa, na notícia, *Assim passaram 10 anos: feminismo, história e memória*, publicada no *Mulherio* "[...] ser feminista não é mais um problema. Como ser feminista foi a interrogação/inquietação que ficou no ar" (*MULHERIO*, out/ de 1985, ano 5, n.23, p.23).

Corrêa (2001), endossa que os grupos feministas eram perpassados por dissensões políticas quanto quaisquer outros, e ainda que os meios de comunicação oficiais do período, se referissem ao movimento como “às feministas”, como uma tentativa de homogeneizar, se tratavam de agrupamentos diversificados

[...] éramos de fato grupos com lealdades muito diversificadas: em relação à igreja, ao Partido Comunista, ou à universidade. Assim, uma das questões que reiteradamente apareciam em nossas discussões era a clivagem entre militantes e pesquisadoras, clivagem que se tornou importante à medida que a pesquisa sobre a situação da mulher no país ganhou preeminência sobre os movimentos de mulheres (p.17).

A relação entre pesquisa e militância era controvertida no Brasil, segundo Costa, Barroso e Sarti (2019) desde finais da década de 1970, uma vez que, o movimento feminista via como pouco ou nulo o engajamento político das pesquisadoras. Reivindicava-se que os estudos não se caracterizavam como militância, uma vez que, não eram um fim em si, mas um meio de denúncia da desigualdade entre os sexos. Tais críticas, segundo as autoras, reverberaram na produção científica, visto que, a valorização do engajamento, passou a ser a grande tônica dos trabalhos realizados, o que acabava direcionando as linhas de pesquisa escolhidas.

Como tentativa de unir pesquisadoras e militantes, foi criada em 1980, no Rio de Janeiro, a Associação de Pesquisas e Estatutos sobre a Mulher (APEM), no entanto, as tensões eram mais profundas do que se supunha, enquanto algumas pesquisadoras defendiam que a realização da pesquisa deveria ter “uma autonomia relativa”, outras por serem pesquisadoras e também militantes, “[...] achavam inconcebível a atividade de pesquisa sem engajamento militante” (*idem*, p.129).

Durante o *Seminário Zahidé Machado Neto* em Salvador, realizado no ano de 1984, as discussões entre pesquisa e militância foram retomadas, por um viés crítico, que não buscava exigir das pesquisadoras-militantes a neutralidade sobre o tema, mas “diferenciar as necessidades do saber científico das demandas da prática política” (*ibidem*, p.129).

Essa tensão também se manifestava entre o movimento feminista para além das fronteiras brasileiras. O *Mulherio* (jan/fev de 1982, ano 2, n.5), apresenta que

desde algum tempo, as pesquisadoras latino americanas interessadas na questão da mulher tem sentido necessidade de criação de mecanismos de estreitamento do intercâmbio para a troca de experiência sobre o trabalho que realizam e para o estímulo ao desenvolvimento dessa área de estudos. Propostas concretas, de criação de uma Associação latino-americana, já foram apresentadas em 1978, na reunião sobre força de trabalho, realizada por iniciativa de Neuma Aguiar do IUPERJ, do Rio de Janeiro, e em 1980, no Fórum Internacional da década da mulher, em Copenhague, na Dinamarca. Também já se cogitou a criação de uma Associação brasileira durante seminário realizado pela Fundação Carlos Chagas, com resultados de pesquisa, realizado no ano de 1980, e que estavam presentes pesquisadores de diversos estados (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.10).

Tal discussão ainda foi ampliada, prossegue a matéria publicada no jornal, durante o IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, em 1980, quando foi debatida a possibilidade de organizar uma associação nacional, o que gerou contradição de alguns estados, a saber: Rio de Janeiro e Bahia, que optaram por desenvolver primeiro suas associações estaduais, e somente depois criar uma nacional (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.10).

Dessa forma o *Mulherio*, enfatiza que as propostas de criação de associações mais abrangentes não se efetivaram em decorrência de alguns fatores, sendo eles: falta de recursos materiais, pouca disponibilidade de tempo por parte de pesquisadoras representativas e talvez, principalmente pelas dificuldades que envolviam construir uma entidade democrática, uma vez que, muitas pesquisadoras, embora concordassem com a necessidade de uma associação dessa natureza, não eram favoráveis à criação de mais uma entidade acadêmica semelhante às demais (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.10).

Só valeria a pena criar algo inovador em todos os aspectos: ampliando o conhecimento a condição feminina, tornando-o mais acessível, revendo as formas de sua transmissão, dentro ou fora de instituições acadêmicas. Em outras palavras, trata-se de criar algo que favoreça o desenvolvimento de estudos não somente sobre a mulher, mas principalmente a favor da mulher. E, mais do que isto, que seja uma entidade que reconheça e respeite as desigualdades existentes entre países, regiões, e estudiosos individuais, e esteja

aberta à plena participação de todas as pessoas interessadas (MULHERIO, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.10).

Pesquisa

Desde algum tempo, as pesquisadoras latino-americanas interessadas na questão da mulher têm sentido necessidade de criação de mecanismos de estreitamento do intercâmbio, para a troca de experiência sobre o trabalho que realizam e para o estímulo ao desenvolvimento dessa área de estudos.

Propostas concretas de criação de uma associação latino-americana já foram apresentadas em 1979, na Reunião sobre Força de Trabalho, realizada por iniciativa de Neuma Aguiar, do IUPERJ, do Rio, e em 1980 no Fórum Internacional da Década da Mulher, em Copenhague, Dinamarca.

Também já se cogitou da criação de uma associação brasileira durante um seminário sobre os projetos de pesquisa financiados pela Fundação Carlos Chagas, em agosto de 1980, em que estavam presentes pesquisadoras do Rio, São Paulo, Ceará, Minas e Pernambuco.

Essa discussão foi ampliada durante a realização do IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais no Rio de Janeiro, em outubro de 1980, quando foi debatida a organização de uma associação nacional. Alguns Estados (Rio de Janeiro e Bahia) optaram por desenvolver primeiro suas associações estaduais, por não sentirem que já existiam condições para criar uma nacional.

As propostas para a criação de associações mais amplas não foram levadas adiante pela falta de recursos materiais para implementá-las, pela pouca disponibilidade de tempo de pesquisadoras mais representativas e, talvez principalmente, pelas dificuldades de se construir uma entidade verdadeiramente democrática. Muitas pesquisadoras, embora sentindo agudamente a necessidade de uma associação dessa natureza, acreditam que não interessa criar apenas mais uma entidade acadêmica, semelhante às demais.

Só valeria a pena criar algo inovador em todos os aspectos: ampliando o estreitamento de contatos, buscando

Juntando esforços na América Latina



Em reunião patrocinada pela Unesco, realizada no Rio em novembro último, foi criada uma associação latino-americana de estudos sobre a mulher.

Fonte: Mulherio, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.10.

Ainda nesta matéria, acima citada, em uma reunião patrocinada pela Unesco e realizada pelo *Núcleo de Estudos da Mulher* (NEM), da PUC-RJ, em novembro de 1981, essas preocupações voltaram à tona. Participaram do encontro pesquisadoras de onze países: Argentina, México, Peru, Uruguai, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Colômbia, Venezuela, Paraguai e Brasil. Não somente estavam ausentes vários países, como não estavam representadas as diversidades existentes nas nações onde já havia um grupo amplo de interessados na questão. Argumentou-se, porém, sobre a urgência da criação de uma Associação, especialmente para os países que, sob regimes autoritários ou contando com extrema escassez de recursos, só iniciaram o desenvolvimento de estudos sobre a mulher no início da década de 1980.

Depois do Encontro, cerca de 400 mulheres manifestaram-se na Praça da Sé, levando a público algumas das palavras mais pronunciadas em Bertioja: solidariedade à Nicarágua, prazer, direitos, fim da violência sexual. Todas as nacionalidades latino-americanas foram citadas, inclusive a cubana, impedida de se fazer presente ao III Encontro porque não obteve a tempo do governo brasileiro o visto de entrada no país.



TERCEIRO

ENCANTRO

FEMINISTA LATINO-AMERICANO E DO CARIBE

Bertioja não foi um Encontro a mais, foi uma vivência, escreve Adriana Santa Cruz (Mujer-ILET nº 50). Foram quatro dias de intensa convivência e uma multiplicidade de fatos. Mais de mil mulheres de quase toda a América Latina, cada uma percorrendo uma trajetória própria, desigualável, escolhendo dentre discussões, apresentação de trabalhos dos mais variados termos certeza ali, naquele momento, sem baluartismos, que o movimento feminista cumpriu um papel que, se na Nicarágua hoje existe a rebelião contra a subordinação feminina, isso se deve também ao movimento, feito por nós ali, por tantas outras.

CONFLITOS NÃO DEBATIDOS

e isso é seguramente uma conquista do feminismo — há muitos órgãos de imprensa que tratam com seriedade os fatos das mulheres. Além do que, quando nos encontros de mulheres de todo o mundo, só se aceitam profissionais de imprensa mulheres, realiza-se a denúncia da discriminação feminina em certas atividades profissionais, tipo cinegrafistas. Aqui para cobrir as despesas, conseguiram que o Lion's Clube lhes cedesse um ônibus e praticando uma política do fato consumado, chegaram à porta do Encontro e reivindicaram entrar sem pagar.

A Comissão Organizadora não deixou. E aí começou uma polêmica que se estendeu durante todo o Encontro, informações e contra-informações circularam em todos os

Fonte: *Mulherio*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.9.

Outra tensão dentro do movimento feminista, que emergiu no *Terceiro Encontro Feminista latino-americano e do Caribe*, em 1985, foi apresentado pela notícia acima, redigida por Ethel Leon, que narra que no referido encontro expressaram-se conflitos entre militantes partidárias, e entre aquelas que consideram que a luta das mulheres não passa por instituições mistas, muito menos “[...] partidos patriarcais e misóginos por natureza” (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.9). Leon, afirma que foram muitos os contrastes, as diferenças, inclusive este último termo, segundo a autora, foi uma das palavras mais repetidas durante o encontro, no entanto, não foram cuidadosamente debatidas. “[...] ficou claro que como propunha o temário, há muitos feminismos, com percursos e formulações próprias, com linguagens específicas. O encontro só justapôs, mas não debateu” (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.9).

4.1.2.1.2 O trabalho: um quadro social demarcador da memória de exploração das mulheres

Situando a memória do trabalho no terreno coletivo em que transita as mulheres, o *Mulherio*, assim diríamos, evidencia o marco social de classe dentro da dinâmica expressiva da experiência, problematizando a situação da mulher trabalhadora seja na cidade, ou no campo, a dupla jornada de trabalho, as desigualdades salariais entre homens e mulheres e a necessidade de superação dessa situação a qual estão submetidas as mulheres, por meio da construção daquilo que denominamos contramarcos da memória do trabalho feminino.

Conforme destaca Magalhães (2018), a memória coletiva é produzida a partir das experiências vividas, ou adquiridas indiretamente (herdadas), circunscritas em determinado tempo e lugar, que por sua vez, são perpassados por marcos consensuais, ideológicos e conflitivos “sendo assim, falar em experiência vivida, compartilhada em comum, também significa discutir as contradições de classe, conflitos, ideologias que lhe são subjacentes” (MAGALHÃES, 2018, p.89).

A questão do trabalho é uma das seções de maior representatividade dentro do jornal, tanto em quantidade de edições (aparece em 35, das 39 edições), quanto do ponto de vista de extensão, ocupando várias páginas de uma mesma edição, foi um dos temas predominantes no *Mulherio*, seguindo uma tendência geral do movimento feminista, que privilegiava a mulher trabalhadora como centro de suas ações. Isso se explica, pelo fato de o pensamento feminista estar alinhado aos movimentos de esquerda, e pela concepção do trabalho como instrumento de emancipação da dona de casa defendida pelo feminismo (COSTA, BARROSO, SARTI, 2019).

Assim na primeira edição do jornal, a pauta: *Domésticas – as máquinas que servem o lar*, apresenta as informações que foram debatidas no IV Congresso Nacional das empregadas domésticas em janeiro de 1981, na cidade de Porto Alegre, representando associações de oito Estados, elas discutiram durante cinco dias os problemas que afligem a categoria, e chegaram ao final com uma ampla pauta de reivindicações: jornada de oito horas de trabalho, salário mínimo profissional, décimo terceiro salário, aviso prévio, FGTS, salário família, prevenção de acidentes de trabalho e férias de 30 dias. Um dos temas mais debatidos, foi a situação da menor empregada. Um levantamento feito, pela Associação das empregadas do Rio de Janeiro, constatou que embora a Organização Social do

Trabalho proíba o trabalho antes dos 14 anos de idade (e nossa constituição antes dos 12 anos), ainda é grande o número de meninas entre 7 e 8 anos que chegam as grandes cidades para se empregar “em casas de família”.

O relatório da associação descreve ainda:

Afastadas do seu meio natural e familiar sem possibilidades de estudar como esperava são mais expostas do que os adultos aos riscos das grandes cidades: o desrespeito que sofrem nas famílias onde trabalham, com agressão moral e até física, a humilhação e a desconsideração da profissão, o choque das grandes desigualdades ao verem a riqueza e o luxo das casas onde trabalham, os conflitos de valores morais, e religiosos, a violência, o desespero, a prostituição. (*MULHERIO*, março/abril de 1981, ano 1, n.0, p.2.).

Segundo o jornal, há ainda o caso das menores empregadas que não recebem salários, denominadas de “crias da casa”, estas, além de todos os outros direitos ausentes, não possuem carteira profissional e conclui ainda que na situação em que vivem

Trabalhando sem proteção, obrigadas a dar muito de si e pouco recebendo, elas chegam a três atitudes na vida: o conformismo (acham que é assim mesmo, vão levando sem dar conta da injustiça em que vivem), a adesão ao sistema (querem melhorar de vida o que é um direito mas adotam os mesmos costumes e mentalidade burguesa) ou a revolta contra tudo, o desespero, quando não chegam ao desequilíbrio mental. (*MULHERIO*, março/abril de 1981, ano 1, n.0, p.2.).

Domésticas: as máquinas que servem o lar

*"Domésticas de salário sempre baixo
Nossos direitos na mão do patrão
Horário certo de entrada e saída
Só se resolve com a nossa organização"*

Este foi um dos muitos versos cantados por cerca de uma centena de empregadas domésticas reunidas em seu IV Congresso Nacional, em Porto Alegre, no mês de janeiro. Representando associações de oito Estados, elas discutiram durante cinco dias os problemas que afligem a categoria, e chegaram ao final com uma ampla pauta de reivindicações: jornada de oito horas de trabalho, salário mínimo profissional, 13º salário, aviso prévio, FGTS, salário família, prevenção de acidentes de trabalho e férias de 30 dias.

Um dos temas mais debatidos foi a situação da menor empregada. Um levantamento feito pela Associação das Empregadas do Rio cons-

tatou que — embora a Organização Internacional do Trabalho (OIT) proíba o trabalho antes dos 14 anos de idade, e a nossa Constituição, antes de 12 anos — ainda é grande o número de meninas com até 7 ou 8 anos que chegam às cidades grandes para se empregar em "casas de família".

O relatório descreve o que acontece com essas meninas: "Afastadas do seu meio natural e familiar, sem possibilidades de estudar como esperavam, são mais expostas que os adultos aos riscos da grande cidade: o desrespeito que sofrem nas famílias onde trabalham, com agressão moral e até física, a humilhação e a desconsideração da profissão; o choque das grandes desigualdades, ao verem a riqueza e o luxo das casas onde trabalham, os conflitos de valores morais e religiosos; a violência, o desespero, a prostituição".

Depois de lembrar que algumas menores emprega-

das nada recebem, porque são chamadas "crias da casa", e que a grande maioria não tem carteira profissional, o relatório conclui: "Na situação em que vivem, trabalhando sem proteção, obrigadas a dar muito de si e pouco recebendo, elas chegam a três atitudes na vida: o conformismo (acham que "é assim mesmo", vão levando, sem dar conta da injustiça em que vivem), a adesão ao sistema (querem melhorar de vida, o que é um direito, mas adotam os mesmos costumes e mentalidades burguesas) ou a revolta contra tudo, o desespero, quando não chegam ao desequilíbrio mental".

Para resolver estes e outros problemas, as empregadas domésticas decidiram aperfeiçoar sua própria organização. Marcaram novo encontro nacional para 1985, em Recife, e, até lá, promoverão todos os anos encontros regionais.

(Sônia Pilla, de Porto Alegre)

Fonte: *Mulherio*, março/abril de 1981, ano 1, n.0, p.2.

Na imagem a seguir, temos a notícia intitulada: *O trabalho dignifica o homem. Já a mulher quem dignifica?*, publicada no número 7, em 1982, que traz como tema central de discussão a discrepância entre os salários recebidos por trabalhadores homens e por trabalhadoras mulheres.

Entre 1970 e 1980, o número de mulheres que trabalham fora de casa passou de 18,5% para 26,9%. Mas as condições de trabalho não mudaram muito: elas continuam ganhando menos que os homens, ocupando as funções de menor prestígio e enfrentando várias formas de discriminação (*MULHERIO*, set/out de 1982, ano 2, n.9, p.4).

O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?



Entre 1970 e 1980, o número de mulheres que trabalham fora de casa passou de 18,5% para 26,9%. Mas as condições de trabalho não mudaram muito: elas continuam ganhando menos que os homens, ocupando as funções de menor prestígio e enfrentando várias formas de discriminação.

Muito esse trabalho. Ela se levanta de casa e vai trabalhar. Ela é casada ou não, ela tem filhos, ela tem marido, ela tem parentes, ela tem amigos, ela tem inimigos, ela tem tudo isso ao mesmo tempo. Ela é mãe, ela é esposa, ela é filha, ela é irmã, ela é amiga, ela é inimiga, ela é tudo isso ao mesmo tempo. Ela é mulher. Ela é mulher e trabalha.

De acordo com estatísticas, desde que o Brasil foi independente e até hoje, as mulheres têm participado de forma crescente do mercado de trabalho. Em 1970, apenas 18,5% das mulheres brasileiras de mais de 15 anos trabalhavam, eram economicamente ativas.

Quando essas estatísticas aparecem, muitas vezes se vê um gráfico com o eixo do trabalho doméstico marcado "de graça" para mostrar a realidade da situação das mulheres e a situação econômica da população brasileira, mais de 20% do Produto Interno Bruto.

Mulher trabalha mais que o homem

No Brasil, entre 1970 e 1980, o número de mulheres que trabalhavam fora de casa passou de 18,5% para 26,9%. Mas se se analisarmos detalhadamente os dados de cada um dos setores, das mulheres que trabalham, o tempo médio de trabalho por semana das mulheres que trabalham é muito parecido com o dos homens — 35,2% delas são "semir" e trabalham com salário fora de casa, as outras trabalham em casa, em geral, fazendo trabalhos domésticos, incluindo desde lavar roupa até fazer comida de trabalho. Por isso, a participação das mulheres no mercado de trabalho, segundo um estudo recente publicado pela Organização Internacional do Trabalho.

Muitas mulheres devem trabalhar em empregos, mesmo quando não vão ao trabalho e ficam em casa à noite ou antes de sair de casa. Mas não que a maioria das empregadas prefira as melhores condições trabalhistas que as melhores salários pagos aos homens por causa de seus empregos domésticos.

Desde 1971, as estatísticas oficiais demonstram que 30% das mulheres são empregadas domésticas. Isso é um trabalho muito pesado para o Brasil. Mas, mesmo assim, as mulheres continuam a trabalhar e a sofrer discriminação por causa de sua situação doméstica.

Quando trabalham fora, muitas são a 19%. Entre 1970 e 1980, o número de empregadas domésticas cresceu de 1,5 milhão para 2,5 milhões. Isso é um crescimento de 66%. Isso mostra que a situação das mulheres que trabalham em casa não mudou muito. Elas continuam a sofrer discriminação por causa de sua situação doméstica.

De acordo com o relatório de trabalho, as mulheres têm participado de forma crescente do mercado de trabalho. Em 1970, apenas 18,5% das mulheres brasileiras de mais de 15 anos trabalhavam, eram economicamente ativas.

Fonte: *Mulherio*, set/out de 1982, ano 2, n.7, p.4.

No jornal, é possível identificar uma discussão de que no mundo das estatísticas, trabalho doméstico não remunerado é confundido com inatividade, onde as editoras criticam que os dados apresentados pelos censos demográficos e pesquisas educacionais por amostras de domicílios (PNADs), indicam que em 1980, apenas 26,9% das mulheres brasileiras de mais de dez anos trabalhavam, eram economicamente ativas. Ainda trazem o dado de que

Quando alguns economistas americanos resolveram calcular em dinheiro o valor do trabalho doméstico realizado “de graça” pelas mulheres, o resultado foi surpreendente: o trabalho doméstico constituía, nos EUA, mais de 25% do produto nacional bruto Fonte: *MULHERIO*, set/out de 1982, ano 2, n.9, p.4).

E ainda:

Maria não trabalha. Ela só cuida da casa e das crianças, faz o serviço de casa. Ou seja, varre, encera, arruma as camas, vai a feira, faz todas as compras, prepara a comida, serve a comida, lava a roupa suja do café, do almoço e do jantar, lava as roupas, passa as roupas, alimenta, lava, cuida e educa as crianças, depois de tanto trabalho, Maria fica cansada. Mas, como é com o trabalho doméstico que ela se ocupa, todo mundo diz que ela não trabalha (*MULHERIO*, set/out de 1982, ano 2, n.9, p.4).

Em *Mulher trabalha mais que homem*, o jornal chama atenção, para o fato de que no Brasil, entre 1970 e 1980, aumentou o número de mulheres que trabalham fora de casa, mas se os dados oficiais incluíssem as donas de casa, no conjunto de mulheres que trabalham, verificar-se-ia, que a proporção de mulheres que trabalham é muito parecida com o dos homens, 75,5% delas são “ativas,

E mesmo tendo o emprego fora de casa, as mulheres continuam responsáveis pelas tarefas domésticas, cumprindo dessa forma, uma dupla jornada de trabalho. Por isso, trabalhadoras com responsabilidades familiares em geral trabalham mais que os homens e chegam a realizar 70 a 80 horas semanais de trabalho (*MULHERIO*, set/out de 1982, ano 2, n.9, p.4).

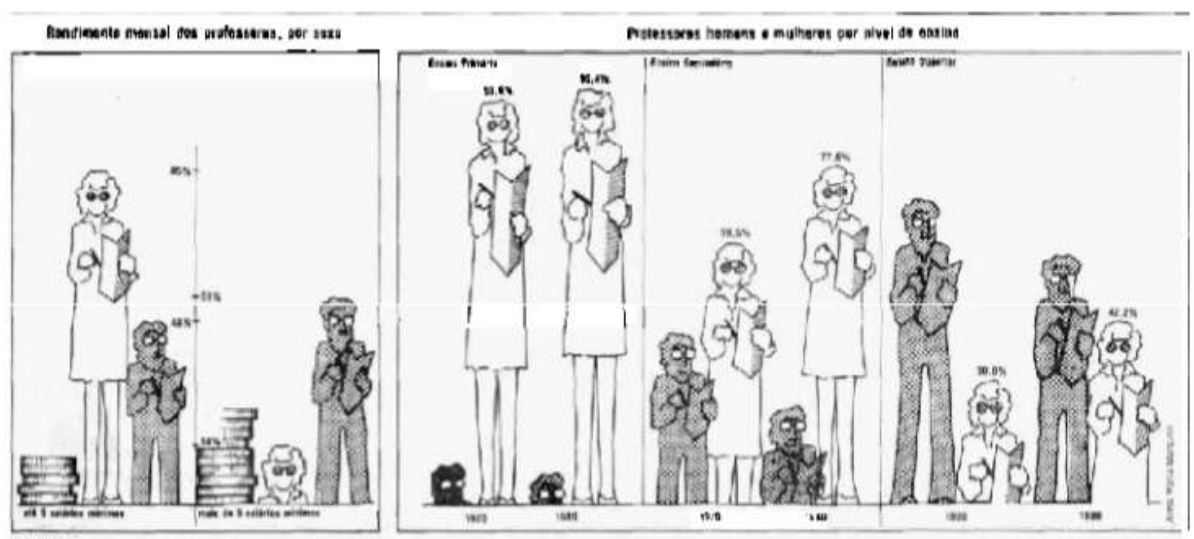
Maria também decide arranjar um emprego, mesmo sabendo que vai ter de fazer o serviço de casa a noite ou antes de sair de casa. Mas sabe que a maioria dos empregadores preferem as solteiras. Os patrões acreditam que as mulheres casadas faltam mais ao trabalho por causa dos seus encargos familiares (*MULHERIO*, set/out de 1982, ano 2, n.9, p.4).

A delimitação acerca de um perfil específico para a mulher trabalhadora (a jovem solteira, sem filhos) fez com que entre as décadas de 1950 e 1970 diminuísse a participação das mulheres na indústria, uma vez que, com a utilização de novas tecnologias foram poucas as novas oportunidades de emprego, e as tinha a exigência era de uma mão de obra mais qualificada, requisito este que a mulher nem sempre conseguia satisfazer, uma vez que, tinha menos oportunidades de receber formação profissional. Assim, o *Mulherio*, declara que

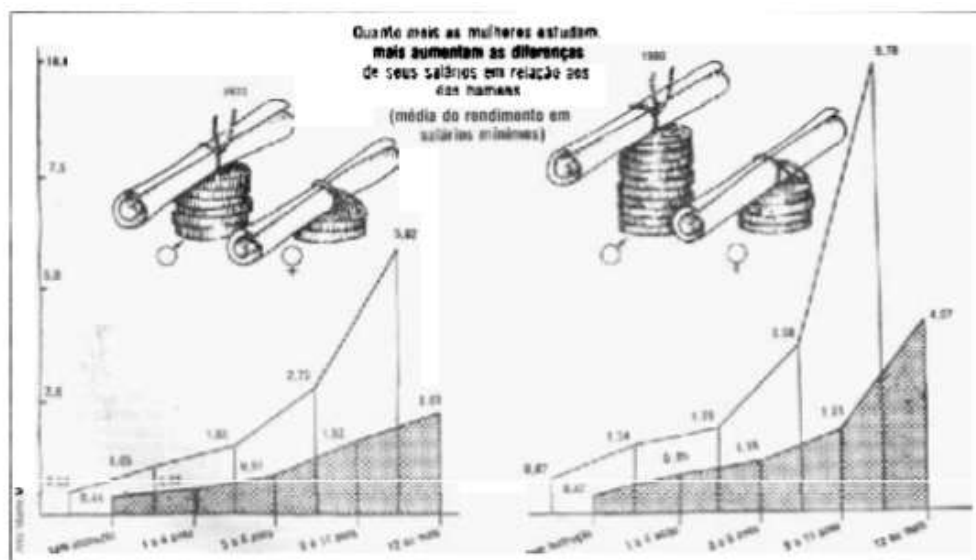
De maneira geral, o mercado de trabalho oferece muito poucas oportunidades de emprego para as brasileiras: em 1970 mais de 80% das mulheres trabalhavam em apenas 10 ocupações diferentes, todas elas de pouco prestígio e baixa remuneração: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, funcionárias de escritório, costureiras, lavadeiras, balconistas, serventes, enfermeiras e tecelãs (*MULHERIO*, set/out de 1982, ano 2, n.9, p.4 e 5).

Em *Professoras: a dificuldade no plural*, o *Mulherio*, destaca a jornada das mulheres trabalhadoras em educação, sobretudo, as professoras primárias que além de conviverem com as desigualdades salariais, também convivem com o estigma de “que a professora é a segunda mãe das crianças”, o que vem colocando o professorado feminino dentro do submundo da educação, onde além de serem discriminadas pela sociedade como um todo, defrontam-se com a discriminação dentro da sua própria categoria profissional e sindical.

Partindo do princípio de que para a mulher ensinar é um dom natural, a sociedade e os companheiros de carreira, calam qualquer iniciativa de reivindicação por direitos mais humanos das professoras enquanto categoria. As dificuldades vem de forma grotesca ou natural, numa entidade composta por mais de 80% de mulheres, as três chapas que concorreram a diretoria da APEGESP, tinham nada a mais, nada a menos que 50% do seu quadro efetivo composto por homens. A sigla da entidade já pode ser encarada como discriminatória, pois trata-se da associação dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo (*MULHERIO*, mai/jun de 1985, ano 5, n.21, p.14).



Fonte: *Mulherio*, mai/jun de 1985, ano 5, n.21, p.14.



Fonte: *Mulherio*, mai/jun de 1985, ano 5, n.21, p.15.

As imagens acima, trazidas pelo jornal em: *O dia-a-dia de uma "segunda mãe"*, (*MULHERIO*, mai/jun de 1985, ano 5, n.21, p. 14 e 15), apresentam dados da realidade salarial das professoras. Na primeira imagem, temos o rendimento mensal dos professores por sexo, onde na renda até cinco salários mínimos as mulheres ganham 38% a mais do que os homens, no entanto, quando a renda é de mais de cinco salários mínimos, os homens ganham 37% a mais do que as mulheres.

Já no que se refere a porcentagem de professores homens e mulheres por nível de ensino entre as décadas de 1970 e 1980, temos:

Professores homens e mulheres no ensino primário – 1970 e 1980

	Homem	Mulher
1970	6,6%	93,4%
1980	4,6%	95,4%

Fonte: elaboração própria.

Professores homens e mulheres no ensino secundário – 1970 e 1980

	Homem	Mulher
1970	40,5%	59,5%
1980	22,4%	77,6%

Fonte: elaboração própria.

Professores homens e mulheres no ensino superior – 1970 e 1980

	Homem	Mulher
1970	70%	30%
1980	57,8%	42,2%

Fonte: elaboração própria.

Com base nas tabelas, podemos identificar que quanto mais avançado o nível de ensino, menor é o número de professoras, isso está diretamente ligado a ocupações que recebem os menores salários. Ou seja, mesmo no ambiente escolar acadêmico quando as mulheres conseguem alcançar ou adentrar esses espaços ainda ocupam os cargos tidos como inferiores, de menor prestígio e de menor remuneração.

Se o recebimento de proventos das mulheres em comparação aos homens era pauta do jornal, a diferença entre salários de mulheres brancas e negras (pretas e pardas), também era uma discussão que tinha um espaço dentro do periódico. O corpo editorial do *Mulherio*, tratava não apenas da situação das mulheres em comparação com a situação dos homens, mas também, via como fundamental agregar as diferentes necessidades e abismos entre as próprias mulheres.

4.1.2.1.3 As várias intersecções na produção da memória

No jornal também é discutido, revelado, assim interpretamos, que há a presença dos marcos sociais da memória de um passado que persiste sobre a mulher no trabalho, mas também, que há outras manifestações dessa realidade que afetam dialeticamente as múltiplas identidades sociais da mulher. Todavia,

poderíamos dizer que igualmente coloca em evidência a formação de uma consciência social feminista acerca desse passado que insiste em reiterar-se.

A partir das notícias dessa temática no jornal, consideramos fundamental recuperar a Halbwachs (2004, 2006), quando considera que a memória social e coletiva são construídas a partir de visões de mundo, oriundas das relações materiais de uma sociedade, ou seja, das relações de classe, hierarquias, espaços, tempos, formas de linguagem, entre outros. Mas indo além desse autor, caberia destacar como discute Peralta (2007), Magalhães e Almeida (2009), Aróstegui (2004), Montesperelli (2011) etc., que há memórias coletivas em movimentos que compartilharam experiências comuns, conhecimentos, práticas políticas em espaços, lugares e conjunturas, que lutam para subverter os pensamentos dominantes da sociedade e de sua época, por meio da teoria, da discussão desses marcos em direção a contramarcos formadores de outra memória social, coletiva, *contramemórias* à memória dominante acerca da mulher.

Na edição 04, (ano 1, n.3, 1981), o referido periódico traz uma pesquisa assinada pela antropóloga e membro do corpo editorial do *Mulherio*, Lélia Gonzalez, intitulada *Mulher Negra*. Este artigo, é composto por quatro seções, a saber:

- a) A primeira intitulada: *As dificuldades do movimento negro*, trata das críticas que rotulavam o movimento feminista como mais avançado do que o movimento negro, a pesquisadora concorda com as afirmações, e afirma que,

[...] o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significaria muito mais possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. (*MULHERIO*, set/out de 1981, ano 1, n.3, p.8).

A pesquisadora ainda destaca, como o *Mulherio*, se impõe como um *lócus* de resistência e oposição que busca minimizar e neutralizar as dificuldades enfrentadas pelos movimentos de mulheres em suas diferentes pautas, atuando na superação dos obstáculos impostos ao movimento negro, e principalmente ao movimento de mulheres negras.

[...] já que os efeitos da desigualdade racial são muito mais contundentes que os da desigualdade sexual. Inconsequência, ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está (*MULHERIO*, set/out de 1981, ano 1, n.3, p.8.).

Pesquisa

MULHER NEGRA

O fato de ter havido, na última reunião da SBPC em Salvador, uma mesa redonda sobre a mulher negra, não deixou de ter a sua importância histórica. Pela primeira vez o tema era discutido em tão prestigioso evento. E lá estávamos nós, duas negras e duas brancas, tentando apresentar um quadro da situação de desigualdade vivida por nós, mulheres negras. Eretos de alguma concessão paternalizante ou de uma longa caminhada no sentido de se assumir como sujeito da própria fala?

O longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, relegou-nos à condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira. E é por aí que se pode entender certo atraso político do movimento negro em face de outros movimentos sociais. Mas o desconhecimento ou a não-consciência desse tipo de efeito tem levado muitas pessoas de "boa vontade", e até mesmo progressistas, a reproduzirem aquele julgamento tão bem caracterizado por Florestan Fernandes: os negros são os únicos responsáveis pela situação em que se encontram.

Trata-se de uma bela prática da política do avestruz (ou de "autruique", como diria Lacan) que tem caracterizado certo tipo de racismo envergonhado de si mesmo: finge que o problema racial não existe e reafirma a inferioridade do negro mediante esse papo de que somente ele é responsável pelo que lhe acontece. É por aí que se desenvolvem certas comparações entre o movimento negro e os

Costa, além de Rosa Maria Porcero, podemos ter uma idéia objetiva do que significa ser mulher negra em nosso país.

Com os dados fornecidos pela Pesquisa de Amostra Domiciliar (PNAD-1976), podemos analisar, de um lado, a participação da mulher negra na força de trabalho (FT) e, de outro, as desigualdades sócio-econômicas reproduzidas em famílias brancas e negras.

A Mulher Negra na Força de Trabalho

Em 1976, tínhamos 11,3 milhões de mulheres trabalhadoras, das quais 57% se reconheciam como brancas e 40% co-

mo negras (oficialmente classificadas em pretas e pardas).

A maior concentração da força de trabalho feminina ocorre nos setores de prestação de serviços, social e comércio de mercadorias (empregadas domésticas, professoras, enfermeiras, balconistas) ampliado em consequência da industrialização e da modernização. Mas a maioria das mulheres negras (69%) trabalha na agricultura e na prestação de serviços. Isso significa que as atividades sociais e o comércio de mercadorias absorvem principalmente as mulheres brancas (30%, para 16% de negras).

Na tabela 1 são apresentadas alguns dados sobre estrutura ocupacional que valem a pena ser explorados.

Tabela 1

Porcentagens de trabalhadores e de trabalhadoras brancas e negras por categoria ocupacional	PT feminina				
	Total da FT	FT masc.	PT feminina		
			Total	Branca	Negra
Ocupações Não Manuais	17	14	24	32	13
Nível superior	6	7	4	5	2
Nível médio	11	7	21	27	12
Ocupações Manuais	83	86	76	68	87

Fonte: *Mulherio*, set/out de 1981, ano 1, n.3, p.8.

- b) Na segunda seção, intitulada: *A mulher negra na força de trabalho*, Lélia González, apresenta uma tabela com porcentagens de trabalhadores e trabalhadoras brancas e negras por categoria ocupacional. As categorias são: ocupações não manuais, ocupações manuais, ocupações de nível médio e ocupações de nível superior, segundo a pesquisadora, proporcionalmente mais mulheres trabalham com ocupações não manuais do que homens, nas ocupações de nível superior, os homens estão presentes em maior número do que as mulheres, mas esta desigualdade é menor do que comparada àquela verificada entre as próprias mulheres brancas e negras. Entre os profissionais de nível médio, a presença da mulher é marcante, contudo, majoritariamente, branca. Como muitas dessas atividades requerem contato com público, ficam evidentes as dificuldades da mulher negra para ter acesso a tais ocupações. "[...] basta lembrar dos anúncios que exigem das candidatas boa aparência, isto é que correspondam aos valores estéticos brancos". (GONZÁLEZ apud *MULHERIO*, set/out de 1981, ano 1, n.3, p.8.

- c) Na terceira seção, intitulada: *Ganhando menos do que as brancas*, a referida pesquisadora, mostra a diferença de rendimento médio entre os sexos e as raças,

Nas ocupações de nível superior as mulheres ganham em média 35% a menos do que os homens, mas as negras ganham 48% a menos do que as brancas. Nas ocupações de nível médio, as mulheres ganham 46% a menos do que os homens, enquanto as negras recebem 24% a menos do que as brancas. (*MULHERIO*, set/out de 1981, ano 1, n.3, p.9.

A partir dos dados, González, afirma que: “o racismo e suas práticas são muito mais contundentes nas ocupações de nível superior do que o sexismo”, uma vez que as desigualdades salariais entre os sexos, são inferiores do que aquelas observadas entre as mulheres de “raças”¹⁹ diferentes. Já nas ocupações de nível médio, o fator mulher implica em uma maior desigualdade salarial, embora, o fator racial acentue a discriminação.

¹⁹ Optamos neste trabalho por manter os conceitos e termos originais utilizados pelas pesquisadoras na época.



Neste artigo, a antropóloga Lélia Gonzalez, do Rio, militante ativa dos movimentos negro e feminista, faz uma análise abrangente da situação da negra no trabalho e na família, mostrando a dupla opressão que ela sofre, por ser mulher e por ser negra. E revela dados alarmantes, como este: nas ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos que seus colegas homens, mas as negras ganham 48% a menos que as brancas.

mulheres; e entre as pardas, 17% têm chefes mulheres. Além disso, as chefes de família pretas ganham 34% e as pardas 44% do que ganham as brancas na mesma situação.

Em termos de taxa de atividade, as diferenças também são expressivas, quando se trata de brancos e negros. As cifras indicam que o trabalho do menor é de grande importância para as famílias negras, assim como o fato de que a mulher negra tem uma taxa de atividade maior que a mulher branca.

É importante lembrar que a questão da hegemonia racial também contribui

Fonte: *Mulherio*, set/out de 1981, ano 1, n.3, p.9.

- d) Na quarta e última seção, intitulada: Família, casamento e desigualdade racial, a antropóloga chama atenção para o fato de que cerca de 50% das famílias brasileiras brancas, possuem um rendimento familiar de três salários mínimos, em contrapartida, 81% das famílias pretas, e 71% das famílias pardas teriam o mesmo rendimento. Entre as famílias cujo rendimento atinge mais de três salários mínimos, apenas 20% são de famílias negras (pardas e pretas).



CLARO, MARIA! DEPOIS
QUE VOCÊ FEZER A
FEIRA, JUNTAR O LIXO,
ENDEIXAR AS SACAS E
MÓVEIS, ESBOVAR OS
SAPATOS E TAFETES,
POUR A PRIVARIA,
COZINHAR O ALMOÇO E
LAVAR A LOUÇA, LIMPAR
AS PRIVADAS E BIDÊS,
ESPREGAR AS ROUPAS,
TROCAR AS FRALDAS
MIRADAS, PASSAR AS CUECAS
DO RONALDO E LEVAR O FIFI
PARA FAZER BOM NA PRAÇA,
PODE IR NA COMEMORAÇÃO DA
LIBERTADE DOS ESCRAVOS...

**E a
trabalhadora
negra,
cumé
que
fica?**
Lélia Gonzalez

Fonte: *Mulherio*, set/out de 1982, ano 2, n.7, p.7.

Ao criticar o mito da democracia racial, onde a discriminação seria atenuada mediante miscigenação, González (*idem*), o qualifica como “um mito muito bem bolado” (p.9), a pesquisadora traz dados, acerca da homogamia racial e faz a defesa de que essas reproduzem as desigualdades.

A tendência dominante na sociedade brasileira é de casamentos intrarraciais, isto é, entre pessoas da mesma raça, veja os dados: 85% das esposas dos homens brancos são brancas, 12% são pardas e apenas 2% são pretas. No caso de homens negros, 55% de suas esposas são negras, 17% são brancas e 26% são pardas e no caso de homens pardos, 70% de suas mulheres são pardas, 26% são brancas e 5% são negras. Quando se articula rendimento mensal com anos de escolaridade do chefe familiar, constata-se que a homogamia racial é muito mais acentuada entre os brancos: $\frac{3}{4}$ dos chefes familiares brancos que ganham até um salário mínimo e tem menos de 1 ano de instrução e cerca de 93% dos que ganham mais de cinco salários mínimos e tem mais de 11 anos de instrução casam-se com mulheres brancas, [e interessante notar que muitos negros se casam com mulheres brancas a medida que aumenta o seu rendimento e seu nível educacional, 37% dos negros que tem de 8 a 10 anos de estudo e 43% dos que já estudaram 11 anos ou mais tem esposas brancas, já os homens brancos agem de maneira diferente, apenas 9% dos que tem de 8 a 10 anos de estudo e 5%

dos que tem mais de 11 anos de estudo casam-se com negras (*MULHERIO*, set/out de 1981, ano 1, n.3, p.9).

Um ponto de interseção que atinge mulheres trabalhadoras independentemente da cor de sua pele, é a questão da creche, outra pauta bastante central tanto no movimento feminista, quanto no jornal *Mulherio*, que só na edição de número 4, dedicou oito de suas vinte e duas páginas para tratar das múltiplas dimensões da “pauta creche”.

4.1.2.1.4 Mulheres, política e direitos

Recorrendo ainda a Halbwachs (2004), diríamos que no processo de redemocratização (a partir dos anos 1980) do país, há um marco conjuntural de reivindicações e de lutas, que revelam as necessidades de determinados grupos sociais oprimidos. O *Mulherio* é uma das expressões mais concretas desse tempo, de busca de “contramarcos”, que garantam o direito de transposição dos limites impostos à mulher, por meio de marcos familiares, religiosos e de classe na sociedade dominante, em suas diversas manifestações.

O jornal, se propunha a discutir os papéis familiares, principalmente quanto a dupla jornada de trabalho da mulher. Há uma denúncia clara acerca de como os “afazeres do lar” são mantidos sob a responsabilidade apenas da mulher, mesmo quando ela trabalha fora de casa. O contramarco aos valores da divisão do trabalho na família seria então, travar uma luta pelos direitos iguais no ambiente privado (doméstico), onde mesmo com os avanços da inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda continuava sendo atribuído “a função da mulher”. Nessa questão, o marco da família abrange tanto a esfera pública (na luta em prol da representação política indireta, como se associar em sindicatos, quanto direta, na eleição de mulheres para assumir cargos no poder legislativo), quanto na esfera privada (nas reivindicações por creches, direitos relacionados ao corpo, liberdade sexual, aborto, não padronização da beleza e violência contra a mulher).

Por sua vez, os marcos da família estão intimamente relacionados com os marcos morais da religião, sobretudo, em questões relacionadas ao corpo da mulher, e aos espaços que essas podem ou não ocupar socialmente.

Vejamos as notícias:

Na edição de número 4, conforme podemos observar abaixo, já na capa podemos ver a interdependência entre os marcos familiar e religioso, onde o discurso das religiões cristãs reforçam, quando não determinam, o papel que deve ser ocupado pelas mulheres, dentro da família.



Fonte: *Mulherio*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4, capa.

Nesta mesma edição, a notícia *Quem pariu Mateus que o embale*, o editorial começa com o ditado popular que não deixa dúvida “cuidar, proteger e educar a criança pequena é tido como um problema da mãe, e só da mãe” (*MULHERIO*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4, p.10).

Creche

QUEM PARIU MATEUS QUE O EMBALE

O ditado popular não deixa dúvida: cuidar, proteger e educar a criança pequena é tido como um problema da mãe, e só da mãe.

Esse comportamento está de tal forma enraizado — na sociedade e nas próprias mulheres, individualmente — que a mãe que trabalha fora acaba se vendo num verdadeiro beco sem saída. Delegar a outros a “sagrada” tarefa de cuidar dos filhos não traz só problemas práticos.

Além das despesas e das preocupações extras, provoca um profundo sentimento de culpa em relação ao filho. Afinal, o modelo recebido na família não previa a transferência



Fonte: *Mulherio*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4, p.10.

É nessa perspectiva que as editoras buscam uma mudança de comportamento que de certa forma está enraizado na sociedade e nas próprias mulheres individualmente que se encontram numa situação de delegar a outros a sagrada tarefa de cuidar dos filhos ou um sentimento de culpa por não estar exclusivamente presente em sua função de mãe. Uma alternativa proposta pelo jornal, é repensar a criação dos filhos de forma coletiva:

Neste número, procuramos participar desta luta, trazer experiência e caminhos alternativos que tentam romper esse beco sem saída. Discutir a educação do filho não mais como um assunto privativo de cada mulher, mas como um problema da coletividade, que está exigindo soluções mais satisfatórias que as atuais [...] uma esperança às frentes de luta seja dentro da família, na discussão da maternidade vivida sem partilha ou na concretização de formas coletivas de guarda e proteção das crianças (*MULHERIO*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4, p.10).

É nesse horizonte de discussão que emerge a discussão sobre a creche, “como a solução ideal para as mães que trabalham” (idem, p.11), no entanto, na prática as creches não satisfazem as necessidades das mulheres trabalhadoras.

Em *Uma terra de ninguém que pode ser de todos*, o *Mulherio* discute que no Brasil

[...] mais do que a pré-escola, a creche é uma espécie de terra de ninguém. Uma instituição onde nenhum órgão em particular está definido como principal responsável. Se por um lado isso demonstra a falta de empenho do governo em resolver o problema, por outro lado abre uma série de perspectivas novas. A ausência de uma centralização rígida permite uma grande variedade de arranjos, de modo que iniciativas comunitárias estão coexistindo com outras de empresas, instituições de caridade, órgãos oficiais, etc. (*MULHERIO*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4, p.10).

No primeiro Encontro Nacional sobre creches, realizado em São Paulo, no ano de 1981, pela equipe de pesquisas em educação da Fundação Carlos Chagas, essa descentralização da administração das creches foi uma das questões mais discutidas. O jornal traz ainda, o depoimento da pesquisadora da FCC e integrante do *Mulherio*, Maria Malta Campos, onde a mesma, sintetiza a situação das creches relatada pelos 43 participantes do Encontro.

A escola elementar tem sido acusada de um alto grau de centralização, regulamentação, e rigidez burocrática. Pelo fato mesmo de ter se tornado, majoritariamente, uma iniciativa do estado, é que essa escola rígida e padronizada chegou a atingir uma grande massa de crianças acima de 7 anos. No caso da creche, a diversidade de soluções encontrada é acompanhada de um enorme déficit de vagas, e, mais ainda de desníveis significativos entre os vários tipos de atendimento. Por outro lado a diversidade e a falta de definição de um órgão que centralize a questão, permite que sejam propostas que trazem um sabor de autenticidade e de criação coletiva, de solução nascida a partir da realidade da população atendida, que raramente é encontrada nas escolas públicas (*MULHERIO*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4, p.11).

Maria Malta, ressalta ainda que:

Isso fica claro quando consideramos o que está ocorrendo na cidade de São Paulo. Por pressão do movimento de luta por creches, a prefeitura passou a construir em ritmo acelerado creches para funcionarem no sistema de administração direta. Após um breve período, em que alguns grupos conseguiram influir na seleção do pessoal de creches o que estabelecia desde o início um canal de participação da população na sua gestão, a prefeitura acabou por fechar essa possibilidade, providenciando por conta própria o preenchimento desses cargos. A situação atual descrita no Encontro indica que as creches que dependem da prefeitura apresentam várias desigualdades (*MULHERIO*, nov/dez de 1981, ano 1, n.4, p.11).



Fonte: *Mulherio*, mar/abr de 1983, ano 3, n.12.

Na notícia *Entre a família e a linha de montagem*, Fúlvia Rosenberg traduz e condensa o texto da psicóloga francesa, Mireille Nathanmurath, intitulado *Duas manhãs na creche* (1977), e por mais que ela entenda que a realidade social da França seja muito diversa da brasileira o jornal justifica a importância do texto para o contexto brasileiro, uma vez que

A creche precisa sim de verbas suficientes para poder contratar mais gente, pagar um salário equivalente à responsabilidade que se lhe pede. Mas isso não é tudo. É preciso que se pense também e com muito cuidado, na proposta educativa da creche; que se atende para a articulação que propõe entre o trabalho da mulher, a família patriarcal e a socialização do filho. Por isso *Mulherio* traduziu esse texto de Meireille (*MULHERIO*, mar/abr de 1983, ano 3, n.12, p.8).

Ainda na temática do trabalho feminino, o *Mulherio*, traz em 1986 (edição de n.24) a matéria: *O drama da terra no feminino: mulher sindicalizada morre solteira*, o jornal traz a defesa de que

Toda trabalhadora rural, posseira, meeira, mulher de pequeno proprietário, assalariada, ou boia fria tem direito à sindicalização. As casadas podem contar com a assistência sindical como dependentes do marido. Mas isso não impede a sua filiação individual ao sindicato, com direito a voz e voto, e a concorrer a cargos eletivos. Ou não deveria impedir (*MULHERIO*, jan/fev de 1986, ano 6, n.24, p. 6).

Tal pauta emergiu, a partir da realidade vivida pelas mulheres trabalhadoras do campo no estado da Paraíba, onde os argumentos mais “[...] imagináveis tem sido usados para barrar a participação da mulher rural no sindicato e a sua mobilização” (*idem*, p.6), o mais absurdo deles era de que a mulher que se sindicalizasse perderia o direito ao casamento, o que o jornal entendia como “[...] vale tudo para impedir o reconhecimento da trabalhadora do campo, as mulheres a duras penas estão se organizando e somando conquistas” (*idem*, p.6).



Fonte: *Mulherio*, jan/fev de 1986, ano 6, n.24, p. 6.

Nesta mesma edição o *Mulherio* destaca ainda, que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres residentes no meio rural, não são uma exclusividade do estado da Paraíba, como indica a notícia intitulada: *Rara flor do campo: a mulher na direção do sindicato*, onde para além da falta de reconhecimento e de representação política nos sindicatos o jornal aponta as dificuldades de obter dados precisos a respeito de mulheres trabalhadoras em meio rural no Brasil. Grande parte dessa dificuldade decorre de que a maior parte dessas mulheres trabalha “no roçado da

família” e são mapeadas como “do lar” ou “doméstica” nas estatísticas oficiais, não contando desse modo com os benefícios conseguidos pelos trabalhadores da categoria, “[...] daí a reivindicação para que sejam reconhecidas como trabalhadoras rurais (*MULHERIO*, jan/fev de 1986, ano 6, n.24, p. 7).

Ainda dentro da dimensão do trabalho, outro tema que foi muito debatido nas edições do *Mulherio*, foi a participação política efetiva das mulheres. Em 1982 (n.9), o jornal dedicou várias reportagens sobre o tema da eleição e como estava o balanço das conquistas de mulheres acerca dessa questão. Na matéria: *Em meio século com direito de voto, poucas conquistas*, o jornal, sintetizou um trabalho apresentado pela socióloga, Fanny Tabak, na reunião da SBPC, intitulada: *50 anos de exercício do voto*, trazendo o percurso de lutas do movimento feminista, desde 1932, com a conquista do direito ao voto, e como de lá para cá (anos 1980), eram poucas as mulheres que participavam ativamente da política

Raramente uma candidata foi eleita como resultado de uma atuação política intensa em defesa dos direitos da mulher. A história política recente do país mostra, ao contrário, que várias mulheres chegaram ao Parlamento em substituição aos maridos que tiveram seus direitos políticos cassados depois de 1964, ou ocuparam o lugar de maridos ou filhos mortos. Mulheres eleitas graças aos votos dados por contingentes femininos ainda constituem casos isolados. As eleições realizadas em 1978, assumiram características novas em relação a participação feminina. Foram eleitas quatro deputadas federais e 18 estaduais, num total de 1.289 parlamentares. Essas mulheres são, em sua maioria, jornalistas, advogadas e professoras, e tiveram um número expressivo de votos (a mais votada teve 120 mil votos). (*MULHERIO*, set/out de 1982, n.9, ano 2, p.11).

Os dados acima apresentados por Tabak, apesar de revelar um aumento, da presença de mulheres no parlamento, em comparação com eleições anteriores, ainda revela uma inexpressiva presença destas, nos meios políticos, e não reflete “a mudança do papel desempenhado pela mulher brasileira, em alguns setores da vida nacional” (idem, p.11).

Em meio século com direito de voto, poucas conquistas

**Um rápido histórico dos 50 anos
do exercício do direito de voto
pelas mulheres no Brasil**

A conquista do direito de voto pela mulher no Brasil, em 1932, fruto de agudos debates e de intensa campanha, não assegurou à mulher, na prática, uma participação ou uma representação correspondente ao seu peso específico dentro da população do País. Mesmo nos curtos períodos de tempo em que campanhas eleitorais foram permitidas com maior margem de liberdade democrática e em que o Legislativo teve uma atuação mais ampla, foram poucas as mulheres que exerceram mandatos eletivos. E sua atuação no Parlamento pouco contribuiu para aumentar a representatividade feminina ou ampliar sua participação no processo político decisório.

A Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, serviu de cenário para a primeira disputa eleitoral que contou com a participação feminina. Como resultado, a médica Carlota Pereira de Queiroz tornou-se a primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados, em 1933. A pioneira do movimento de mulheres no Brasil, Bertha Lutz, elegeu-se suplente de deputada no mesmo ano, e assumiu sua cadeira em 1936, tendo uma atuação bastante voltada para a questão da mulher.

De 1937 a 1945, durante o longo período do Estado Novo, não houve eleições, mas as mulheres participavam intensamente dos movimentos de

resistência à ditadura. Redemocratizado o País, nas eleições de 1947 nenhuma mulher conseguiu eleger-se a nível federal, para a Assembleia Constituinte. Nas eleições estaduais e municipais no mesmo ano, contudo, várias mulheres foram eleitas, ligadas principalmente aos partidos de oposição. A campanha eleitoral foi um fator de organização das massas femininas em prol de seus problemas específicos. Nesse período, o combate à carestia servia de tônica dos discursos e das lutas das associações femininas.

O avanço posterior foi bastante relativo. Em 1966, havia apenas duas deputadas federais, ambas do PTB. Em 1968, o número aumentou para cinco: quatro do MDB e uma da Arena. No mesmo ano, em todo o País, o número de deputadas estaduais não atingia uma dúzia.

A nível estadual, tomando o exemplo do Rio, houve 39 candidatas eleitas de 1945 a 1978, mas na verdade esse número se reduziu a 15 mulheres, pois algumas foram eleitas várias vezes. Elas têm-se limitado a apresentação de votos de louvor, indicação de nomes de rua, pedidos de informações etc. Os projetos destinados a melhorar a situação dos trabalhadores são poucos e raramente se viabilizam em propostas concretas. A atuação em defesa da igualdade de direitos entre os sexos

é quase sempre muito tímida, limitando-se a pedidos de criação de creches, redução do tempo de trabalho para a aposentadoria da mulher e denúncias de atos de discriminação.

Raramente uma candidata foi eleita como resultado de uma atuação política intensa em defesa dos direitos da mulher. A história política recente do país mostra, ao contrário, que várias mulheres chegaram ao Parlamento em substituição aos maridos que tiveram seus direitos políticos cassados depois de 1964, ou ocuparam o lugar de maridos ou filhos mortos. Mulheres eleitas graças aos votos dados por contingentes femininos ainda constituem casos isolados.

As eleições realizadas em 1978 assumiram características novas em relação à participação feminina. Foram eleitas quatro deputadas federais e 18 estaduais, num total de 1289 parlamentares. Essas mulheres são, em sua maioria, jornalistas, advogadas e professoras, e tiveram um número expressivo de votos (a mais votada teve 120 mil votos).

Talvez em consequência da própria dinamização das organizações de mulheres, os temas feministas já constavam de algumas plataformas eleitorais. Em entrevistas divulgadas pela imprensa com as recém-eleitas, quase todas revelavam preocupação em atuar em defesa dos direitos da mulher, por salários iguais, por maior participação política etc. Somente em maio de 1979, pela primeira vez desde que a República foi proclamada, uma mulher chegou ao Senado, para assumir o posto de seu companheiro de chapa que morreu.

Apesar de todos os avanços, a participação feminina no Legislativo ainda é bastante inexpressiva e não reflete a mudança do papel desempenhado pela mulher brasileira em alguns setores da vida nacional.

Fanny Tabak

Essa matéria é um resumo, elaborado por Fanny Tabak, do trabalho apresentado pela socióloga Fanny Tabak na última reunião do SBPC, em janeiro de 1982, sobre "50 anos de exercício de voto".

Fonte: *Mulherio*, set/out de 1982, n.9, ano 2, p.11.

Nesta mesma edição, outra notícia intitulada: *E a autonomia do movimento feminista como vai?* a pesquisadora e integrante do *Mulherio*, Mariza Corrêa, apresenta o resultado de uma discussão realizada no Conselho editorial do *Mulherio*, acerca do comportamento do movimento feminista, enquanto organização partidária, frente às eleições. Considerando que, se de um lado a presença de mulheres no parlamento tinha reforçado a necessidade de se incluir nos projetos e programas políticos, pautas específicas de mulheres, por outro, havia um cuidado para que essas pautas não fossem encobridas por outras necessidades sociais, apresentadas pelos partidos como sendo mais importantes.

Na notícia, Corrêa destaca a atuação política de algumas mulheres, que desde 1975, vinham sendo responsáveis pela incorporação de questões específicas

sobre a mulher, no discurso dos candidatos em geral, como filiadas e também, candidatas dos partidos.

Eleições

E a autonomia do movimento feminista, como vai?

Uma reflexão necessária, antes e após as eleições: como manter nossa autonomia e, ao mesmo tempo, não desaparecer da cena política

As reuniões do conselho editorial do *Mulherio* são sempre tão interessantes que não sei por que a gente nunca fala delas nas matérias que faz para o jornal. Esta matéria, por exemplo, a idéia dela me foi sugerida ouvindo a descrição (irritada) da Lélia sobre uma feminista do Rio que afirmou numa entrevista que só o seu partido tinha feministas. Ficamos discutindo, a partir de um comportamento quase banal num ano de eleições, o que é que está acontecendo com a famosa autonomia do movimento feminista em relação à organização partidária da sociedade brasileira, que parece engolir como um solho não só a

mulheres estão entrando para os partidos, como representantes de vários outros setores da sociedade, com o objetivo de participar na direção das mudanças que vão ocorrer na sociedade brasileira depois das eleições de novembro. Boa parte das mulheres que desde 1975 vem recolocando na discussão política as questões específicas da situação da mulher, está agora na luta partidária. São elas as responsáveis pela incorporação dessas questões ao discurso dos candidatos em geral, aos programas dos partidos mas, além disso, elas são filiadas e candidatas.

mento chamávamos de "dupla militância" — no movimento feminista e em algum partido — são claramente percebidos pelas feministas envolvidas no processo, como se pode lembrar lendo o *Mulherio* de um ano atrás (setembro-outubro de 1981).

Mas, como a Fúlvia observava na reunião, é como se todas as questões, colocadas pelas mulheres entrevistadas naquele número do jornal, já tivessem sido superadas, resolvidas hoje, e não precisássemos mais discutilas. Outra maneira de formular a pergunta que nos interessava discutir era então: será que o movimento feminista está se esfacelando de maneira análoga ao esfacelamento sofrido pela oposição desde 1979? Dividir para reinar sempre foi uma estratégia utilizada pelos que detêm o poder, e, se uma feminista, quem quer que seja, pode dizer que só em seu partido há feministas, a frase significa que a sua primeira lealdade, ainda que parte da retórica de um ano eleitoral, é hoje para com o partido. Discussão complicada essa. Elizabeth lembrava também que é muito tênue a linha que separa a crítica ao partidarismo estreito da defesa de uma atuação apolítica. O movimento feminista tem demonstrado, entretanto, que resiste à idéia de que todo o político se concentra nos partidos, ao continuar a promover encontros comuns entre feministas de vários partidos ou não filiadas a partido nenhum: o Tribunal Bertha Lutz, é um bom exemplo disso, lembrava Adélia. A

Fonte: *Mulherio*, set/out de 1982, n.9, ano 2, p.10.

A conquista do palanque político, teria proporcionado a difusão, das propostas feministas, na qual a pesquisadora, apresenta como um marco importante na história feminista dentro dos partidos políticos, que a partir de então começaria a escrever a sua própria história, a seu ver essa seria a denominada dupla militância, uma vez que dentro dos partidos, não apenas as pautas feministas encontram respaldo na atuação. Ao criticar o depoimento de uma determinada candidata, ao anunciar que apenas em seu partido havia feministas, Corrêa apresenta, a preocupação conjunta com o corpo editorial do *Mulherio*, em relação a trajetória política do movimento feminista, frente às questões partidárias, ao relatar que

[...] o que nos interessava discutir era então: será que o movimento feminista está se esfacelando de maneira análoga ao esfacelamento sofrido pela oposição desde 1979? Dividir para reinar sempre foi uma estratégia utilizada pelos que detêm o poder, e, se uma feminista, quem quer que seja, pode dizer que só em seu partido há feministas, a frase significa que a sua primeira lealdade, ainda que parte da

retórica de um ano eleitoral, é hoje para com o partido (MULHERIO, set/out de 1982, n.9, ano II, p.10).

A questão central é o que fazer daqui para diante. para que nossa atuação não seja simplesmente um item de programa partidário, mas que também não esteja desvinculada de outras lutas sociais: para que, mantendo nossa autonomia, não desapareçamos da cena política. na qual entramos com tanta gana. A discussão está só começando (MULHERIO, set/out de 1982, n.9, ano II, p.10).

O debate apresentado acima, perdurou no jornal, durante os anos seguintes, e em 1985, na edição de janeiro/fevereiro, o *Mulherio*, traz um recado em forma de editorial, sobre as tensões que estavam ocorrendo entre o corpo editorial e as fundações que financiavam o mesmo, por conta das pautas que estavam sendo privilegiadas no contexto das eleições.

O Mulherio, vem tentando tratar de política institucional. E temos tratado. tateantes. nos perguntando todo o tempo o que significa um jornal de mulheres falar de política, como articular nossos desejos com o Congresso, Colégio Eleitoral, Planalto, terrenos tão alienígenas. Queremos ser políticas, não partidárias - o que não quer dizer que individualmente não tenhamos simpatias por esse ou aquele partido (simpatias algumas abaladas, outras bem distantes, reflexos do momento). E surgem perguntas: um jornal de mulheres não deveria falar de política apenas em abstrato, a tal Política com P maiúsculo? Ou é o caso de se meter mais diretamente nos fatos (não é indiferente, por exemplo, que para o *Conselho da Condição Feminina* seja indicada uma Eunice Michiles, claramente comprometida com posições controlistas da natalidade, ou uma mulher que defenda acesso a contracepção como um direito a saúde das mulheres). Por que é que estamos falando tudo isso e por que resolvemos dar esse recado em forma de editorial (que não faz lá nosso gênero)? Porque ficamos sabendo o quanto MULHERIO abordar a sucessão presidencial, por exemplo, desagradou a muita gente (MULHERIO, jan/fev de 1985, ano 5, n.20, p.3).

A mudança de pautas, implicou na acusação de que “o jornal deixou de ser feminista ao tratar de política institucional ou que virou petista” (*idem*, p.3), o que implicou que

Uma das agências que financiou MULHERIO suspendeu a verba e nos escreveu afirmando que foi com base em consultas a feministas brasileiras “cujos pontos de vista sobre planejamento familiar concordam com os nossos. Elas leram MULHERIO durante o tempo em que nos concedemos apoio a vocês e nos aconselharam nos seguintes termos: Que apesar de MULHERIO parecer favorável a possibilidade de escolha com relação ao aborto, sua voz sobre

planejamento familiar é mais negativa do que positiva, refletindo pontos de vista radicais que dizem que as tentativas de grupos locais no sentido de promover planejamento familiar no Brasil são politicamente inspiradas em interesses externos (*MULHERIO*, jan/fev de 1985, ano 5, n.20, p.3).

A agência que a nota do jornal se refere (na citação acima), é a Fundação Carlos Chagas. O editorial anuncia ainda que os supostos “pontos de vistas de feministas brasileiras e leitoras do jornal”, não chegaram em nenhum momento à equipe do jornal, e que se o tivesse chegado seria tratado de forma ampla em alguma edição, visto que

[...] estamos dizendo tudo isso porque nos interessa como jornal manter o debate. Porque estamos refazendo nosso projeto, em pleno agito interno, repensando o jornal de ponta a ponta. E queremos que todos e todas que lêem o jornal participem desse momento. E também porque se estamos deixando para trás uma ditadura militar, nossa melhor contribuição para que a transição realmente democrática se opere, é viver práticas democráticas. Analisando, elogiando, fazendo críticas (não só as ditas críticas construtivas) (*MULHERIO*, jan/fev de 1985, ano 5, n.20, p.3).

A pauta política, continuou acompanhando o jornal, nos anos seguintes, inclusive sendo matéria principal e de capa de duas edições no ano de 1986, a partir do debate da constituinte, já no período da redemocratização brasileira, na qual trazia a efervescência do movimento feminista frente à esperança de uma constituinte inclusiva de suas pautas e com novas configurações sociais.



Fonte: *Mulherio*, mar/abr de 1986, ano 6, n.25, capa.

A partir da capa, percebemos a atuação do jornal, ao denunciar uma política que vinha sendo, até então, excludente e machista em relação a mulher, seguida de matérias que apresentavam a esperança de um novo momento, que acabaria com “o clube do bolinha”, conforme a notícia abaixo, *A nova constituição em gestação* (*MULHERIO*, mar/abr de 1986, ano 6, n.25, p.13). O jornal, começa apresentando propostas que deveriam ser incorporadas na Constituinte, de acordo com as reivindicações das lutas de mulheres, em prol de direitos iguais:

1 Lei: A mulher que trai o marido perde pensão, os filhos e todos os seus direitos. E nada acontece ao homem que abandona a família. Queremos direitos iguais para o homem e a mulher. 2: Lei: O marido não tem direito, por motivo nenhum, de bater na sua mulher, porque a mulher não é propriedade do marido. 3: Lei: Que no planejamento familiar, marido e mulher sejam responsáveis de maneira igual. Que o marido aceite orientação junto com a mulher sobre os métodos

anticoncepcionais. 4. Lei: Que a mulher abandonada pelo marido e com filhos seja ajudada pelas autoridades competentes para criar os filhos. 5: Lei: Que toda empregada doméstica tenha direitos trabalhistas iguais: fundo de garantia, PIS, férias pagas e salário mínimo igual ao vigente no país 6: Lei: Que toda dona-de-casa tenha um salário fixo por mês com direito a INPS e aposentadoria (*MULHERIO*, mar/abr de 1986, ano 6, n.25, p.13).

POLÍTICA

A NOVA CONSTITUIÇÃO EM GESTAÇÃO

Verdadeiros "Clubes do Bolinha", as Constituintes anteriores mantiveram os privilégios dos homens, principalmente os ricos. As mulheres se mobilizam para que a próxima não seja assim.



Mulheres na Constituinte: na zona Sul de S. Paulo, como em todo o Brasil

Fonte: *Mulherio*, mar/abr de 1986, ano 6, n.25, p13.

Para o editorial do *Mulherio*, a nova Constituição brasileira deverá começar com essas inclusões. O jornal também apresenta, outras reivindicações que deveriam ser observadas pela nova proposta constitucional, a exemplo das pautas apresentadas pelos Clubes de Mães do Embu, de São Paulo, que reivindicavam ao Estado, cuidados com os menores abandonados e com usuários de drogas, defendendo que ambos deveriam ter inclusive bom atendimento na área de saúde.

A partir dessa discussão, o jornal chama atenção para o fato de que, todo o debate em torno da nova constituição, revela uma imagem que apresenta mulheres impotentes frente aos homens, sobretudo, no caso das donas de casa e empregadas domésticas, que estariam a margem dos benefícios sociais, e que se constituem como realidade da maioria das mulheres brasileiras, e também esperançosas de um novo começo, apresentam em vias alternativas, como o clube de mães, suas pautas para serem representadas pelas suas candidatas à Constituinte.

[...] E se há alguma ingenuidade na redação dessas propostas, não é o caso das redigidas pelas mães de creches de várias vilas e jardins da mesma região, organizadas em diversos capítulos e que incluem desde a redução para 30 horas da jornada de trabalho feminino e delegacias da mulher em cada bairro, até "que a mulher possa trabalhar fora por opção ou realização pessoal, e – não apara ajudar a manter a família (*MULHERIO*, mar/abr de 1986, ano 6, n.25, p.13).

Em todo o país, destaca o *Mulherio*, estava ocorrendo passeatas e mobilizações de mulheres em prol de uma mudança. No ano seguinte, o jornal trouxe o balanço das eleições de novembro de 1987, apresentando o que seria a *Nova cara da constituinte*, enfatizando o aumento do número de mulheres que venceram as eleições, dentre elas uma representante negra, e, também, mulheres com idades distintas, sendo assim uma novidade na história eletiva brasileira.



Fonte: *Mulherio*, dez/fev de 1987, ano 7, n.27, p.11.

Ao dedicar praticamente as 27 páginas da edição de dezembro a fevereiro de 1987, tratando das mulheres que venceram as eleições, apresentando trajetórias, tabelas regionais e propostas destas, o *Mulherio*, apresentou os conflitos partidários, das eleitas que em geral estavam vinculadas aos partidos do PT e do PMDB, ressaltando que nem todas sendo feministas, o resultado eleitoral representou uma conquista para o movimento de mulheres em todo o país, visto que em todas as

regiões do Brasil, teriam representantes eleitas, e que mesmo tendo aumentado o número dentro das esquerdas (PT, PCs e PSB – 5%), a grande maioria das mulheres eleitas, estavam vinculadas ao PMDB (57%), o que conferiria uma tendência da bancada feminina, na época, mais progressista.

De uma forma geral, o jornal manifestou-se positivamente ao resultado das eleições, ressaltando as conquistas de grupos de mulheres femininas e feministas que agora deveriam todas se unirem em prol de uma causa em comum, para além das questões partidárias, a luta em prol da emancipação da mulher em todas as dimensões.

Esse debate político, acompanhou várias edições do *Mulherio*, e assim como a questão do trabalho e da política, foram apresentados pelo jornal, como pautas gerais de lutas das mulheres. O jornal também dedicou praticamente em todas as suas edições, notícias acerca do que seriam pautas específicas do movimento feminista, tais como: a questão do corpo, do aborto, da violência e sexualidade, temáticas essas recorrentes no referido periódico.

Em *Contra a repressão sexual*, o jornal defende a necessidade das mulheres conhecerem o seu próprio corpo, sem censura, e sem hipocrisia, elogiando o programa TV Mulher da rede globo que traz a frente Marta Suplicy, falando sobre

[...] assuntos muito importantes, mas que costumavam ser segregados às alcovas: orgasmo, prazer, clitóris etc. Sua postura feminista transparece na constante ênfase dada a igualdade entre os sexos, ao respeito a integridade pessoal e ao tratamento de assuntos raramente debatidos em nossos meios de comunicação de massas como as muitas manifestações de violência institucionalizada contra as mulheres (*MULHERIO*, jul/ago de 1981, ano 1, n.2, p.19).

Ao relatar a importância desses assuntos serem debatidos em rede nacional, O *Mulherio*, apresenta uma manifestação, também ancorada em grupos feministas, contra as investidas de censura que o programa vinha sofrendo. "Se o sexo, sem os véus da hipocrisia ou do preconceito os choca, eles têm toda a liberdade de girar o botão. Mas não podem querer impor aos outros [...] sua própria miopia" (*idem*, p.19).

Censura

Contra a repressão sexual

Quem liga a televisão na Rede Globo às 10,40 da manhã tem a agradável surpresa de encontrar Marta Suplicy falando, com naturalidade, de assuntos muito importantes mas que costumavam ser segregados às alcovas: orgasmo, prazer, clitoris, etc. Sua postura feminista transparece na constante ênfase dada à igualdade entre os sexos, ao respeito à integridade pessoal e ao tratamento de assuntos largamente debatidos em nossos meios de comunicação de massas como as múltiplas manifestações da violência, na discussão zeda contra as mi. heres. Atuando há mais de um ano, Marta tem conquistado a simpatia e admiração de grande número de pessoas, que lhe escrevem muitas cartas diariamente.

Preocupados com a investida da censura contra o programa, os grupos feministas de São Paulo (Frente de Mulheres Feministas, Associação das Mulheres, Sociedade Brasil Mulher, Grupo Nos Mulheres, Pró-Mulher, SCS Mulher, Centro da Mulher Brasileira e Grupo F. de Realização) encaminharam ao diretor da TV Mulher a seguinte manifestação:

"As integrantes dos grupos organizados de mulheres acima citados vêm através desta, expressar seu apoio à sexóloga Marta Suplicy, objeto de críticas, injúrias e descabidas, por causa do trabalho de esclarecimento e educação sexual que realiza no programa "TV Mulher".

Em um país onde ainda predominam os preconceitos em relação a tudo o que se refere à esfera sexual, é de responder certamente a uma necessidade. Nada há de

Marta, informações objetivas e linguagem acessível.

vergonhoso ou de intrinsecamente mau ao sexo, que precisa ser encarado com mais naturalidade e não ocultado e reprimido como se fosse uma lata. A sexualidade é parte integrante da personalidade humana e tratá-la de forma discriminatória e criar atitudes pouco saudáveis, além de pouco democráticas.

Informações objetivas e em linguagem acessível como aquelas transmitidas por Marta Suplicy, mostrando o sexo dentro de um conceito de liberdade com responsabilidade, não constituem, de forma alguma, incentivo à sexualidade irresponsável ou à pornografia, como afirmam alguns pouco esclarecidos. Ao contrário, a educação sexual está na ordem inversa da pornografia, pois esta só pode existir se manterem acima de repressão e de tabus, que a alimentam.

* As restrições feitas quanto à conveniência do horário também não fazem maior sentido, porque esse tipo de esclarecimento pode e deve atingir a faixa de público que inclui adolescentes, crianças e mulheres, talvez as mais necessitadas de informação.

** Em relação às mulheres, o quadro de Marta contribui para sua conscientização, dando-las a melhor conexão com o próprio corpo, controlá-lo e estimá-lo, condição indispensável para a sua realização como seres humanos integrais. Toda alienação surge da ignorância e no caso das mulheres, ela começa no próprio corpo.

*** Por todos esses motivos, queremos deixar aqui consignados nosso apoio ao programa "TV Mulher" e nossa saudade à sexóloga, cujo trabalho deve prosseguir, para benefício de muita gente que não tem acesso a outras fontes informativas. Ao mesmo tempo, protestamos contra aqueles que, com base numa visão estreita e reacionária do papel de educação e dos meios de comunicação, exercem pressões para a retirada do quadro, são certamente setores minoritários, assim como são cada vez mais minoritários os que cam no ridículo de proibir o beijo ou mandarem para a fogueira gravuras de Picasso, em virtude da mesma visão.

Se o sexo, sem os véus da hipocrisia ou do preconceito, os choça, eles têm toda a liberdade de girar o botão. Mas não podem querer impor aos outros — sem dúvida a maioria — as consequências de sua própria miopia.

Fonte: *Mulherio*, jul/ago de 1981, ano 1, n.2, p.19.

Outra discussão apresentada pelo *Mulherio*, era a questão da beleza e da relação da mulher com o corpo. No que concerne a beleza, no editorial *A beleza produzida*, as editoras privilegiaram o quanto a beleza cobrada das mulheres, mas para além de uma questão de "gênero", pode ser também uma questão de classe.

Para a realização da matéria, foram feitas entrevistas, dentre elas:

José, 30 anos, corretor de seguros definiu sem hesitar uma mulher bonita como sendo: loira de olhos azuis queimada de sol. Ainda que o "queimada de sol", seja uma concessão tupiniquim é surpreendente que num país de mestiços o padrão de beleza feminina que vem imediatamente a mente de um brasileiro médio seja a loira de olhos azuis (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.12).

No entanto, a resposta de "José" é confrontada no próximo parágrafo:

Maria, 15 anos que tem justamente os olhos azuis do modelo europeu, só que auxiliar de vendas em Taboão da Serra acha que não basta só esse detalhe e um corpo "legal": é preciso também uma pintura boa, um cabelo bem penteado. Porque a mulher bonita a seu ver "é bem arrumadinha e bem vestida" (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.12).

Assim, o jornal evidencia de como a perspectiva de classe está implicitamente ligada a noção de beleza feminina, onde “arrumação é um sinônimo de beleza e beleza sinônimo de status” (idem, p.12).

Porque é preciso dinheiro sim e muito. Ou Maria das Dores, margarida que varria preguiçosamente a Xavier de Toledo não teria ruborizado para responder se é bonita. “quando me arrumo em dias de festa sou sim...acho que sou... mas não que nem os ricos...” Pois os ricos podem recorrer a todos os artifícios da indústria da beleza. Os modelos assim, condicionam as pessoas e muito especialmente as mulheres, aos interesses econômicos do sistema (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.12).



Fonte: *Mulherio*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.11.

O jornal, ressalta que não existe um modelo universal de mulher. O parâmetro de beleza feminino, é em sua maioria veiculado pela indústria cultural que na década de 1980, era sumariamente representada pelas novelas. Assim, os modelos são

criados e transformados continuamente a cada novela, o que torna impossível às mulheres reais acompanharem as suas alterações que nem sempre são superficiais, mas também de essência.

Peitos grandes, ou pequenos, corpo esbelto ou rechonchudo, olhos verdes ou azuis, além disso, cada modelo produzido é absolutamente inatingível, mesmo isolado, porque é perfeito. *MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.12).

[...] Nada de rugas, estrias, acúmulo de gordura, nada que indique que somos vivas, os padrões de beleza exigem que nosso corpo se enquadre dentro de um contorno padrão, custe o que custar, regimes torturantes para emagrecimento, mutilações, chamadas operações plásticas, sessões contínuas nos próprios institutos de fisioterapia. Beleza é fundamental sim! Mas é essa a beleza que queremos? *MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.12).

[...] Luiza (personagem de Vera Fisher, na novela *Brilhante*) é a mulher perfeita para a sociedade de consumo: além de bonita, é também uma mulher emancipada, que se veste simplesmente, mas sempre na moda e com muito charme, se maquia com suavidade, despedida do emprego, abandonada pelo homem de sua vida, nunca perde o bom humor: conserva todas as qualidades da clássica esposa e mãe, é compreensiva, carinhosa, alegre, e terna. Nunca está situada, despenteada, com a maquiagem borrada, nem no fim de um exaustivo dia de trabalho e grandes emoções. Evidentemente Vera Fisher não é “Luiza”. Como Sônia Braga, a baixinha de pernas finas que “ninguém olha na rua” não é Sônia Braga, a morena sensual e langorosa produzida pela globo. Como ela mesma admite, nada a torna especial, quando não está produzida para novelas e filmes. [...] os modelos são criados e transformados continuamente, tornando impossível à comum das mortais acompanhar as alterações (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.12).



Fonte: *MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.16.

Em *Beleza é fundamental sim*, Maria Rita Kehl, psicanalista e integrante do *Mulherio*, questiona a autoridade masculina enquanto juíza da beleza da mulher. Para tal, a centralidade de seu argumento reside na frase de Vinícius de Moraes “as feias que me perdoem, mas a beleza é fundamental”, onde segundo a pesquisadora o músico se sentia no mínimo com poderes de juiz, não apenas por ser do sexo masculino, mas talvez pela certeza de que iria agradar a grande parte das mulheres. (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.14).

Apesar de todas as ressalvas, o que a pesquisadora, propõe é concordar parcialmente com a frase opressiva do poeta, beleza é sim fundamental, o que se propõe, não é um elogio da feiura, “a ideologia do quanto mais maltratada melhor” e sim a subversão de nossos conceitos estéticos, onde conclui que:

A maior beleza é a do corpo livre, desinibido, em seu jeito próprio de ser, gracioso porque todo ser vivo é gracioso, quando não vive oprimido e com medo. É a livre expressão e nossos humores, desejos e odores; é o fim da culpa e do medo que sentimos pela nossa sensualidade natural; é a conquista do direito e da coragem a uma vida afetiva mais satisfatória. É a liberdade, a ternura e a alta confiança que nos tornarão belas. É essa a beleza fundamental. (*MULHERIO*, jan/fev de 1982, ano 2, n.5, p.13).

A partir das discussões e debates acerca do corpo da mulher, o *Mulherio*, também apresenta temas tabus, e pautas feministas, relacionadas com essa questão como o tema do aborto que vai ao encontro do marco religioso, ao anunciar o papel que deveria ser ocupado pela mulher, justificado pelos preceitos bíblicos.

4.1.2.1.4.1 Marcos sociais religiosos em evidência: das suas contradições na discussão sobre a mulher

A situação da mulher, perante o discurso progressista da Igreja Católica, também é debatida no jornal, com o uso de uma linguagem persuasiva destinada a necessidade da mudança, quanto ao discurso acerca da mulher. Nessa perspectiva, o jornal também debate, a expressão ativa de um dos marcos que mais incide sobre a mulher, o marco religioso.

Em *Frei Beto: o machismo em questão*, o referido frei cita o livro *O rosto materno de Deus*, produzido pelo frei Leonardo Boff, que situa a questão da mulher na teologia da libertação na América Latina, onde defende que não dá para separar a mulher do conjunto opressor da sociedade a que essa está inserida, ao passo que não dá para confundir as questões relacionadas às mulheres com questões dos homens, visto que, as mulheres tem direitos específicos a serem conquistados.

Outra preocupação da teologia da libertação, segundo Frei Beto ao *Mulherio*, é retomar o feminino na tradição cristã,

Daí a importância que o culto a Maria teve na redução da submissão social da mulher. O culto a Maria fez com que, progressivamente, a mulher fosse deixando de ser considerada como um ser imperfeito com relação ao homem [...]. Por força da influência da filosofia grega no século IV, a reflexão teológica feita por Santo Agostinho marginalizou a mulher de uma maneira que também existia na filosofia hebraica e que se reflete nas cartas de São Paulo, no Novo Testamento. Mas que não existia nem na prática de Jesus, nem na igreja primitiva. Na prática de Jesus, um dos fatores de subversão é justamente ele se fazer acompanhar por mulheres [...] basicamente, Jesus colocou no centro aqueles que a sociedade colocava na margem. Entre eles, as mulheres [...]. Apesar de tudo isso o machismo é extremamente forte dentro da estrutura da igreja (*MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.11).



Fonte: *MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.11.

Nesta mesma reportagem, Inês Castilho (a entrevistadora) se contrapõe ao teólogo “Não entendo quando você diz que o culto a Maria ajudou a rever a posição de submissão que a mulher ocupa na igreja. O culto a Maria, virgem e assexuada, não me reforçava enquanto mulher. No máximo me trazia a culpa de não ser como ela...” (*MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.11).

Essa contraposição reforça o posicionamento do jornal, no qual a igreja mesmo em seus movimentos mais progressistas como a Teologia da Libertação, continua a ser por excelência um espaço misógino.

Em *Padres de saias*, o *Mulherio*, traz uma fala do cardeal Joseph Ratzinger²⁰ na qual o sacerdote questiona o direito da mulher exercer o sacerdócio e conclui que “esse não é um direito da mulher, porque ela não tem vocação para o sacerdócio”. (*MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.10).

²⁰ Joseph Ratzinger, se tornou em abril de 2005 o papa Bento XVI.

Padres de Saias

“O sacerdócio do homem: uma ofensa aos direitos da mulher?” Assim começa o cardinal J. Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício) sua argumentação contra o direito da mulher exercer o sacerdócio. E conclui: esse não é um direito da mulher, porque ela não tem vocação para o sacerdócio.

“É um argumento ideológico para justificar aquilo que não tem justificativa”, contesta o teólogo brasileiro Leonardo Boff, 45 anos, catarinense de Concorórdia, 11 irmãos, entre eles uma freira e outro teólogo. “Se a mulher tem vocação política, vocação de liderança, de assumir postos de governo, não há justificativas. Essa é uma forma explícita de discriminar a mulher por razões ideológicas.”

Embora não tenha sido citada pela imprensa, essa é uma das questões contidas na “heresia” de frei Boff, que levou-o a ser processado pela Santa Sé e a ser interrogado pelo mesmo cardinal Ratzinger.

No capítulo IV do livro *Igreja, Carisma e Poder*, que aborda “A questão da violação dos direitos humanos dentro da Igreja” (alvo por excelência das acusações do Vaticano contra Boff), ele diz: “Um dos pontos que mais salta aos olhos como contrário ao sentido do direito é a vigência da discriminação da mulher no seio da Igreja. As mulheres compõem metade do número dos fiéis e as religiosas somam dez vezes mais do que os religiosos. Apesar disto são juridicamente consideradas incapazes para quase todas as funções de direção na Igreja, com escassíssima presença nos Secretariados romanos, nas Comissões e Sagradas Congregações.”

No mesmo capítulo, além de contestar o argumento básico da Sagrada Congregação contra a ordenação sacerdotal das mulheres, “de ordem biológica”, ele cita D. Paulo Evaristo Arns, cardinal arcebispo de São Pau-

lher dentro da sociedade e das Igrejas? Seríamos tão míopes, a ponto de enxergarmos apenas as disposições e os costumes do passado, sem abriremos novos horizontes para forças tão decisivas no desenvolvimento humano?”

No entanto, há contradições

Se a linha progressista da Igreja se coloca contra a discriminação da mulher, ela ainda parece ter uma visão bastante conservadora da moral e dos costumes, que desempenham papel fundamental no controle sobre a mulher na família e na sociedade. É o que demonstra a recente nota enviada pela CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao ministro Abi Ackerl, da Justiça, criticando o anteprojeto de mudança do Código Penal. A CNBB diz não à proposta de se criar mais uma categoria de aborto permitido — o chamado “aborto piecioso”, proposto para os casos em que o feto apresente anomalias irreversíveis. E tenta preservar os crimes de sedução e adultério, cujo desaparecimento significaria, segundo os bispos, “um golpe contra a instituição do casamento”.

Além da experiência e necessidades das mulheres, a Igreja condena ainda todas as formas de esterilização humana, exigindo que seja mantida no rol dos crimes. A prática da ligação das trompas, uma prática que, se pode ser usada (e) contra a população feminina em programas de controle populacional, pode também corresponder ao desejo de algumas mulheres em determinadas situações.

É essa liberdade, de decidir sobre o próprio corpo e sexualidade, que a Igreja — mesmo progressista —, que tende tirar da mulher. Ao mesmo tempo em que questiona, insiste em mantê-la num lugar subalterno. (1) fazer da filha que precisa ouvir do pai aquilo que deve. (2) não fazer.

1. Em “*Missão da Mulher na Igreja*”, Biblioteca de São Pau-



Fonte: *MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.10.

Já em *O Papa e as Moças*, o jornal trata da viagem que o então papa João Paulo II, fez ao Canadá em 1984, ano que coincidiu com a divulgação de resultados de pesquisas realizadas pelas universidades de Montreal e Québec, que demonstrava que 68% dos católicos canadenses eram favoráveis a utilização de métodos contraceptivos; 65,7% a favor do divórcio e de um segundo casamento celebrado na igreja; 72% apoiava o sacerdócio das mulheres e 48,4% favoráveis ao aborto.

Contudo, mesmo diante dos dados apresentados acerca da sociedade canadense que apontavam para um movimento católico progressista e “moderno”,

o papa insistiu em beatificar a freira canadense Marie Leonie Paradis (1840-1912), que se dedicou a serviços domésticos em seminários e fundou em 1874, a Ordem das irmãszinhas da Sagrada Família que até hoje faz trabalhos de limpeza, cozinha e costura nos seminários (*MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.11).



Fonte: *MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.11.

Ainda na referida notícia, o *Mulherio*, aborda que a visita do papa desencadeou uma reação de vários grupos feministas canadenses que fizeram manifestações de protestos diante da casa onde o papa estava hospedado. Outro grupo descontente com as declarações do pontífice foram das católicas canadenses que no momento lutavam pela ordenação sacerdotal das mulheres e reagiram ao discurso que João Paulo II exortou no túmulo de Margueritte Bourgeoys, primeira santa do Canadá.

Admirais sua imaginação pastoral e sua tenacidade ao preparar jovens, homens, e mulheres, para estabelecer lares estáveis e formar esposas e mães cristãs bem educadas e trabalhadoras [...]. *MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.11).

O Jornal *Mulherio* juntando-se as críticas das mulheres canadenses acrescenta que:

É como se o sumo pontífice insistisse em não enxergar a realidade deste fim do século XX. Falando a professores de teologia suíços, insistiu que tirassem da cabeça a ideia de que a igreja alteraria sua doutrina com relação ao controle da natalidade, ao divórcio e ao papel das mulheres na igreja. Os teólogos, mesmo tendo ouvido a

advertência entregaram a João Paulo II que gostariam de ver discutidos pela Santa Sé, entre os quais, a admissão da mulher ao sacerdócio e uma redefinição sobre o controle da natalidade e do divórcio. (*MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.11).

A partir dessas notícias, o jornal conclui que se a linha progressista da igreja se coloca contra a discriminação da mulher, ela ainda parece ter uma visão bastante conservadora da moral e dos costumes, que desempenham papéis fundamentais no controle da mulher no âmbito da família e na sociedade.

É o que demonstra a nota enviada pela CNBB, conferência nacional dos bispos do Brasil, ao ministro Abi Ackel, da Justiça, criticando o anteprojeto de mudança do código penal. A CNBB diz não a proposta de se criar mais uma categoria de aborto permitindo o chamado “aborto piedoso” proposto para os casos em que o feto apresente anomalias irreversíveis. E tenta preservar os crimes de sedução e adultério, cujo desaparecimento significaria, segundo os bispos “um golpe contra a instituição do casamento”. Alheia a experiência das necessidades das mulheres, a igreja condena ainda todas as formas de esterilização humana, exigindo que seja mantida no rol crimes, a prática da ligação das trompas. Uma prática que, se pode ser usada (e é) contra a população feminina em programas de controle populacional, pode também corresponder ao desejo de algumas mulheres em determinadas situações (*MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.10).

O jornal acrescenta ainda:

É essa liberdade, de decidir sobre o próprio corpo e sexualidade, que a igreja – mesmo progressista- pretende tirar da mulher. Ao mesmo tempo em que questiona, insiste em mantê-la no lugar subalterno. O lugar da filha que precisa ouvir do pai aquilo que deve, ou não, fazer (*MULHERIO*, set/out de 1984, ano 4, n.18, p.10).

O tema continuou sendo discutido no jornal, considerando o debate na constituinte e na luta pela legalização do aborto. O *Mulherio*, como pode ser visto nas notícias abaixo em grande medida, coloca em debate as condições da mulher perante uma sociedade que produz, reproduz e conforma ideologias, mas que como destacamos, debate os marcos sociais e sua incidência dentro do jogo de forças numa sociedade androcêntrica, particularmente quando há o enfrentamento dessas questões por mulheres na busca da participação política, da democracia, dos seus direitos.

Em 1984, é realizado no Brasil o dia Nacional de Luta pela legalização do aborto, nessa edição (imagem abaixo), de 1987, há mais de três anos do Encontro, ao contrário do que se esperava, a questão não avançou, pelo contrário encontra-se ameaçada de retroceder na nova constituição (1988), isso deflagrou uma reação conjunta dos grupos autônomos de mulheres.

Por pouco as mulheres não perderam o trem da história, na carta das mulheres o item sobre o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher, acabou sendo substituído por uma segunda versão, na forma de dispositivo, que não incluiu a questão do aborto por ser matéria pertinente às leis ordinárias “fomos ingênuas” analisa a feminista carioca Comba Marques, “ao supor que o aborto não seria levado pelos conservadores para a constituinte”. (*MULHERIO*, jul. de 1987, ano 7, n.30, p.5).



Fonte: *Mulherio*, jul de 1987, ano 7, n.30, capa.

A reação maciça das mulheres, só aconteceu quando os anteprojotos da subcomissão da família, do menor e do idoso, transformaram o aborto em crime, independente da circunstância em que for realizado, um retrocesso, na luta das mulheres porque desconsiderava até mesmo os casos previsto no Código penal da época, como gravidez resultado de estupro ou quando a gestante sofria risco de vida.

A legalização do aborto, chegou a ser cogitada, como uma possível conquista das mulheres na nova constituição, mas, diante da predisposição de 60% dos parlamentares se posicionarem contrários a ideia o entusiasmo arrefeceu

O aborto continua a ser colocado como uma guerra santa, pondera a deputada do PMDB, Cristina Tavares, está colocado indevidamente na Constituinte e por ser um assunto complexo e delicado, deveria ser aprovado ou rejeitado mediante um plebiscito popular (*MULHERIO*, jul de 1987, ano 7, n.30, p.6).

A guerra contra o aborto na constituinte, estava sendo tensionada principalmente por dois grandes agentes: a bancada de deputados evangélicos, a quarta maior dentro do Congresso, e a igreja católica, responsável por um dos mais poderosos *lobbies* constitucionais. De acordo com o jornal, a igreja católica além de contar com a sua bancada de simpatizantes, também vinha articulando mobilizações populares contra o aborto.

Também dentro da bancada evangélica, o parlamentar Sotero Cunha, atribuiu as mulheres a culpa pela violência sexual sofrida, ao afirmar que: “se a mulher não quiser, o homem não conseguirá estuprá-la” (*idem*, p.6). Essa afirmação, de acordo com o editorial do *Mulherio*, contou ainda com o apoio de parlamentares mulheres como a deputada Rita Camata, PMDB-ES, que propôs a emenda de que “a vida será protegida desde a concepção” (*idem*, p.6), que se aprovada, na época, vetaria qualquer endosso ao aborto as leis ordinárias.

O jornal chama atenção, para a violência contra a mulher, tanto nas relações interpessoais, como do ponto de vista legislativo. O grupo SOS mulher, publicou em junho de 1985, o chamado dossiê da impunidade, no qual, denunciava 13 casos, dos quais 9 assassinatos, ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, onde o criminoso estaria impune, na maioria das vezes, contemplados com a Lei Fleury, a cumplicidade da polícia e do judiciário, de um lado e de outro o silêncio e a apatia da sociedade (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.4).

Ladrão de galinhas vai para a cadeia assassino de mulher, não

O Grupo SOS Mulher/RJ publicou em junho o **Dossiê da Impunidade**, que denuncia 13 casos (nove assassinatos) ocorridos no Estado do Rio e nos quais o criminoso continua impune, na maioria das vezes graças à Lei Fleury, à cumplicidade da polícia e do judiciário e ao silêncio e apatia da sociedade.

Só em março deste ano foram assassinadas quatro mulheres em Campinas, SP. Em todos os casos o criminoso está foragido. Mani Alvares, do SOS-Ação Mulher, analisa como a estrutura patriarcal da família e a organização social que exclui a participação da mulher na vida pública e política contribuem para a reprodução

da violência nas relações homem-mulher.

Os grupos de mulheres de Sta. Inês, interior do Maranhão, e de Lins, São Paulo, estão mobilizando a população em dois casos nos quais os meios de comunicação protegem escandalosamente os assassinos: em Sta. Inês, Maria de Fátima, muito jovem e grávida de dois meses, foi brutalmente assassinada pelo ex-companheiro, filho do vereador Paulo Afonso, influente político local. O assassino responde ao processo em liberdade, como o filho do ex-delegado de Lins, que assassinou com seis tiros a ex-mulher, num crime presenciado pela mãe e os dois filhos da vítima.

Em Alagoas a vereadora Katia Born, vice-presidente da Câmara Municipal de Maceió e líder da bancada do PMDB, corajosamente denuncia a violência através de um dossiê elaborado com base nos B.O.s de delegacias e pronto-socorros. O dossiê é um desfile de selvageria e impunidade: apenas em maio e junho de 85 foram mortas 61 mulheres e outras 239 foram vítimas de violências físicas e sexuais. Katia Born e os grupos de mulheres estão lutando pela criação de uma Delegacia Especial da Mulher, uma reivindicação que já é realidade em Goiás, onde o governador Iris Rezende assinou em setembro o decreto que cria a mais nova Delegacia da Mulher no Brasil.

Fonte: *Mulherio*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.4.

No que concerne a institucionalização da violência, o *Mulherio*, traz também em 1985, *O terror sexual da ditadura argentina*, na qual apesar de homens e mulheres terem sido torturados, igualmente com bastões elétricos, e serem numerados as vezes sem celas, acorrentados com olhos vendados, o jornal afirma que as mulheres foram duplamente torturadas:

Muitas foram obrigadas a testemunhara a agonia de seus filhos e maridos. Outras, forçadas a tornarem-se amantes de seus verdugos. As que foram sequestradas grávidas, deram a luz a seus filhos em lugares infectos, sem nenhuma assistência, algemadas. Logo, tiravam-lhe os bebês recém-nascidos (são mais de 200 as crianças desaparecidas) (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.5).

Vinte e cinco por cento, dos desaparecidos políticos argentinos eram mulheres. Grande parte delas estavam grávidas, na época do sequestro. Ainda que não foram presas pelo fato de serem mulheres, sem dúvida foram torturadas de forma dupla: as violências, perversões sexuais, e humilhações nas prisões e Centros de detenção clandestinos da Argentina, nos anos governados pela juntas militares (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.5).



Fonte: *Mulherio*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.5 e 6.

Em 1985, os nove ex-chefes militares argentinos, pela primeira vez no continente americano estavam sentados no banco dos réus. Muitas foram as mulheres que testemunharam todas as violências sofridas durante a ditadura, mas mesmo em julgamento muitas vítimas foram condenadas pelos preconceitos da sociedade argentina.

As mulheres não inibem o choro, por isso seus relatos são os que mais comovem. Com a voz firme e trêmula, dia após dia, elas foram reconstruindo como um quebra-cabeças mórbidos a vida nos porões das prisões argentinas. Por pudor, algumas relatam nas calçadas O que silenciaram no estrado. Ah, esqueci de dizer que me violentaram", me disse uma jovem que esteve detida em "La Perla" (A Pérola), o mais terrível dos campos de concentração da província de Córdoba, a segunda do país. Formalmente estão sendo julgados o general Videla e os outros oito ex-comandantes que governaram a Argentina entre 1976 e 1983. Sem dúvida, é a sociedade argentina que se estende nua, com todos os seus preconceitos a vista. "Todas as psicólogas são putas", dizem os policiais a uma presa desta profissão. Você mantinha relações sociais com o militar?" pergunta um dos advogados que defende os ex-chefes militares a uma testemunha que foi forçada a manter relações sexuais com o coronel que comandava o campo de concentração. (Como se fossem possíveis os vínculos sociais entre vítimas e verdugos (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.5 e 6).

O *Mulherio*, conclui que no próprio tribunal as frases jurídicas, palavras de duplo sentido, cerceiam e escondem o que as testemunhas mulheres nomearam com todas as letras. Os jornais da grande mídia, reproduzem as denúncias das sobreviventes femininas, mas, censuram o relato nu e cru dos vexames e das torturas sexuais. Ao concluir a notícia sobre a violência e torturas vividas pelas mulheres argentinas, o jornal trouxe o prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, para o livro *Brasil Nunca Mais*, a fim de comparar que a ditadura brasileira foi tão "sádica"

quanto a Argentina, principalmente no que tange ao tratamento às mulheres (*MULHERIO*, jul/ago de 1985, ano 5, n.22, p.5 e 6).

Assim, a repressão política nos países do cone sul, teve como uma de suas matrizes entre outros horrores, um sistema social, misógino, em que a sociedade é fundamentada.

5 CONCLUSÃO

Nesse trabalho, tomamos como referência os estudos da memória para discutir o editorial e materiais do jornal *Mulherio*, publicado entre os anos de 1981 e 1988. Problematizamos as atuações a partir da noção de contramemória, ou seja, a empreitada em debater os marcos dominantes de uma sociedade androcêntrica, ou machista, por meio de uma militância acadêmico-prática, principalmente, pelo caráter acadêmico-científico de militância das pesquisadoras, que se enquadravam no que definimos com base em Céli Pinto, de feminismo acadêmico ou intelectual.

Inicialmente, recompomos os movimentos feministas a partir do século XIX, entre os anos de 1852 a 1980, no Brasil, tendo como foco a relação entre as mulheres e produção social de escritos, focando os primeiros poemas em língua portuguesa até as produções científicas de mulheres em âmbito acadêmico.

Constatamos a partir dos referenciais de Anette Goldberg, Albertina Costa, Constância Duarte, Heloísa Buarque de Hollanda, Maria Amélia Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, que a consolidação das pesquisas sobre a mulher no Brasil, principalmente no âmbito da pós-graduação, teve grande apoio das fundações internacionais e nacionais, que por meio do financiamento de diversos estudos, colaboraram para a consolidação das pesquisas na área de ciências.

A Fundação Ford (FF) foi a instituição internacional que na década de 1980, mais investiu em estudos e pesquisas nas áreas de ciências sociais, sobretudo, nas temáticas de questões étnico-raciais e estudos sobre a condição feminina no Brasil. Sua principal parceira no país foi a Fundação Carlos Chagas que a partir da década de 1970, foi uma das principais donatárias da FF.

Constatamos que o jornal *Mulherio* é o resultado de um dos projetos desenvolvidos pela Fundação Carlos Chagas com o financiamento da Fundação Ford, que inicialmente propunha a pesquisa sobre a condição feminina no Brasil, e previa a publicação dos resultados de uma forma que atingisse ao grande público. Para tal finalidade, foi pensado um boletim de notícias que inicialmente servisse para publicação dos resultados da pesquisa, e que formasse uma rede de pesquisadores sobre “a mulher”.

Na pesquisa foi ficando evidente que o corpo editorial do *Mulherio*, demarca o campo de atuação e produção nos estudos da mulher, permitindo que façamos uma

analogia de suas intervenções como uma contramemória aos marcos dominantes, tendo em vista a construção de uma memória de uma “nova mulher”

O jornal, discute como interventor da lógica do androcentrismo, e vai constituindo-se como um lugar de discussões das intersecções acerca dos diversos segmentos do feminismo brasileiro, na qual o seu feminismo acadêmico seria construído a partir da síntese entre a militância política e a atuação acadêmica.

Ao relacionarmos as notícias do *Mulherio* com os marcos sociais halbwaquianos, verificamos que o referido jornal, propôs recompor as suas estruturas a partir de novas bases e concepções.

Dentro da concepção de marcos sociais, fomos evidenciando que o *Mulherio* debate a relação mulher e família, e a inserção desta nos diversos espaços sociais. Discute o público e o privado, na qual os homens dividiriam os papéis sem hierarquia de atribuições, rompendo assim a lógica da desvalorização social e sexista, na defesa de que as mulheres precisam ser donas de si mesmas, inclusive de seu próprio corpo, o que corrobora intrínsecamente com o marco da religião, quando relacionaram o comportamento cristão com a reafirmação do androcentrismo, ao defender a manutenção de uma submissão feminina frente ao homem, e ter como modelo a imagem da mãe, resignada, assexuada como prospecto de mulher ideal.

O contramarco religioso que verificamos a partir das discussões travadas no *Mulherio*, coloca como necessidade a desmistificação dos preconceitos e estereótipos, denunciando silenciamentos e manipulações onde as mulheres foram (e são) alvos, durante vários processos históricos da sociedade.

A linguagem, que referencia a discussão, é um marco efetivamente feminista e verificamos logo no primeiro editorial a posição ideológica que esta assume, quando define os papéis de mulher e homem para reafirmar o lugar de subalternidade que a primeira se encontra na sociedade, assim o jornal propôs que nas pesquisas sobre a mulher fossem adotadas uma linguagem que retirasse a invisibilidade e a “carga negativa” desta. O principal exemplo de tal medida é o próprio nome do jornal (*Mulherio*), que busca adotar um termo utilizado amplamente de forma pejorativa e atribuir um novo significado, demarcando um contramarco de linguagem.

De igual modo, o marco social de uma linguagem que denuncia a exploração de classe, são debatidas no jornal situando a relação entre a totalidade e conciliação da mulher. Nas pautas contra a opressão, estavam presentes a existência daquelas relacionadas ao autoritarismo dos governos, a crítica ao capitalismo e a influência deste na perpetuação das desigualdades entre mulheres e homens, e a exploração da mão de obra feminina que se dá no âmbito privado e público. Diante disso, o jornal *Mulherio*, já na década de 1980, antecipava os debates em torno da interseccionalidade, que discute os vários níveis de opressão que as mulheres sofrem de acordo com o seu recorte de classe e raça, propondo a igualdade baseada nos níveis de desigualdade, ou o contramarco de classe.

Desse modo, nesta dissertação tratamos de como o jornal *Mulherio*, constituído por feministas acadêmicas buscou, através de uma atuação teórico-prática, transpor os limites impostos pelo patriarcado, ou seja, um sistema ideológico, político, social e familiar que pretende determinar quais são ou não, os papéis exercidos pelas mulheres, seja por meio da força na repressão direta, ou pelos rituais, tradições, leis, linguagens, costumes, rótulos, educação ou divisão do trabalho, com o objetivo único de submeter as mulheres em todas as circunstâncias a uma sociedade machista, ou a um sistema que privilegia homens. Lutar contra essas estruturas, ou no caso do *Mulherio*, atribuir um novo significado a estas, retirando todo o viés androcêntrico, é que nesse trabalho chamamos de construção de uma contramemória, ao binarismo homem, mulher e a revisão dos marcos (contramarcos) dominantes em favor de uma sociedade que inclua essa “nova mulher”.

REFERÊNCIAS

Fonte

Análise geral:

MULHERIO. 39 edições. 1981-1988

Análise específica

MULHERIO, mai/jun de 1981, ano 1, n. 0

MULHERIO, mai/jun de 1981, ano 1, n.1

MULHERIO, jul/ago de 1981, ano 1, n.2

MULHERIO, set/out de 1981, ano 1, n.3

MULHERIO, nov/dez de 1981, ano 1, n.4

MULHERIO, jan/fev de 1982, ano 2, n.5

MULHERIO, set/out de 1982, ano 2, n.7

MULHERIO, set/out de 1982, ano 2, n.9

MULHERIO, jan/fev de 1982, ano 2, n.5

MULHERIO, set/out de 1982, ano 2, n.9

MULHERIO, jan/fev de 1983, ano 3, n.11

MULHERIO, mar/abr de 1983, ano 3, n.12

MULHERIO, set/out de 1984, ano 4, n.18

MULHERIO, jan/fev de 1985, ano 5, n.20

MULHERIO, mai/jun de 1985, ano 5, n.21

MULHERIO, jul/ago de 1985, ano 5, n.22

MULHERIO, out/ de 1985, ano 5, n.23

MULHERIO, jan/fev de 1986, ano 6, n.24

MULHERIO, mar/abr de 1986, ano 6, n.25

MULHERIO, dez/fev de 1987, ano 7, n.27

MULHERIO, jul. de 1987, ano 7, n.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos direitos humanos. **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da USP/Fundação Ford, 2002.

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ARÓSTEGUI, Julio. Experiencia, memoria e historia. In: **La historia vivida**. Sobre la historia del presente, Madrid, Alianza, 2004.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fortes, 1999.

BLAY, Eva A. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Editora da USP, 2017.

BROOKE, Nigel. O escritório da Fundação Ford no Brasil, 1962-2002: um apanhado histórico. **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da USP/Fundação Ford, 2002.

CAMPOS, Maria Malta. Da formação de professores de ciências à reforma da educação. In: **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da USP/Fundação Ford, 2002.

CHAVES, Wanderson da Silva. **O Brasil e a recriação da questão racial do pós-guerra**: um percurso através da história da Fundação Ford. 165. Tese (Doutorado em história social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2011.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo. **Cadernos Pagu** (16) 2001: p.13-30.

COSTA, Albertina de Oliveira. Revista estudos feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (N.E) 264, p.205-210, 2004.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.54, p.5-15, 1985.

_____. Pesquisa sobre mulher no Brasil do limbo ao gueto? In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CUESTA, Raimundo. **La venganza de la memoria y las paradojas de la historia**. Salamanca: edições do autor, 2015.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil mulher**: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. 140f. Dissertação. (mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Rev. Estud. Fem.** vol.14 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2006.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FARIA, Lina; COSTA Maria da Conceição. Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.49, n.1, 2006.

FCC. Fundação Carlos Chagas. **Mulherio**, São Paulo: FCC, s/d. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/capas2.html>>. FCC. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: FCC, 2020.

FERREIRA, Maria Luíza Ribeiro. A mulher como “o outro” – a filosofia e a identidade feminina. In: **Porque nos Interessa a Filosofia**. Lisboa: Esfera do Caos, 2008.

FORD FOUNDATION. **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da USP/Fundação Ford, 2002.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2012.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação e ideologia liberalizante. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 224f. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

GRAZZIOLI, Airton. **Fundações Privadas**: do poder à responsabilidade dos dirigentes. Dissertação (Mestrado em Direito). 201f. São Paulo: PUC-SP, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthopos editorial, 2004. Publicação original, 1925.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política Brasileira. Dossiê - Brasil: Cultura e Sociedade. São Paulo: USP, **Tempo Social**, V.22, N.1, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1996.

LEITE, Rosalina Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, 2003.

_____. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. In: **Estudos feministas**, vol.11, n.01. Florianópolis, 2003.

LEVI, Joseph Abraham. Estudos de Mulher e de Gênero nos Estados Unidos da América. Séculos XIX-XXI: Temáticas e Abordagens. In: **Campus Social**, 2007, 3/4, 63-76.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A trajetória das gerações brasileiras nascidas entre 1926 e 1975: um perfil sociodemográfico**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: UNICAMP, 1999.

_____. Experiência, memória, aprendizagem social e política. In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia (Org.). **Experiência o termo ausente?**. Campinas: Navegando Publicações, 2018.

_____.; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: LOMBARDI, J. C; CASIMIRO, A. P. B.; MAGALHÃES, L. D. R (Org.). **História, memória e educação**. Campinas, SP: Alínea, 2011.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. A presença norte-americana na educação superior brasileira: uma abordagem histórica da articulação entre a Fundação Rockefeller e estruturas acadêmicas de São Paulo. **Thesis**, São Paulo, ano.1, v.3, 2005.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociologia de la memória**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

MORAES, Maria L. Quartim de. Família e Feminismo. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo. n.37, p.44-51, 1981.

PERALTA, Elsa. Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica. In: **Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória**, N.º 2 (nova série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 4-23, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. Dossiê. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. **A Fundação Ford e o fomento para instituições estratégicas e lideranças acadêmicas no Brasil**: análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas. 260f. Tese. (Doutorado em Política científica e tecnológica). Campinas: UNICAMP, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Entrevista sobre feminismo a FGV**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão popular, 2013. Publicação original – 1967.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n.16, 2001, p.31-48.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SILVA, JS. Parte I - Panorama da crítica feminista A crítica feminista em questão: perspectivas e representantes. In: **Vozes femininas da poesia latino-americana**: Cecília e as poetisas uruguaias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 221 p. ISBN 978-85-7983-032-7. Available from SciELO Books .

SOIETH, Rachel. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira CMB: anos 1970-1980. **Revista Gênero**, v.7, n.2, Niterói, p.237-254, 2007.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminino pós-luta amada no Brasil 1975-1980. São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

UMBEHAUM, Sandra. **Entrevista sobre feminismo a FGV**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.